

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DE SAÚDE 2018-2025



FICHA TÉCNICA

Título

Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde da Amadora
2018/2025

Documento elaborado por

Núcleo Executivo CLAS da Amadora

Ana Moreno – Coordenadora

Ana Costa & Rute Gonçalves – Técnicas de Apoio

Sónia Miranda – Representante da Área do Emprego

Filomena Pires & Ana Paula Correia – Representantes da Área da Justiça

Maria de Jesus Santos – Representante das Comissões Sociais de Freguesia

Juvenal Baltazar – Representante das Entidades Sem Fins Lucrativos

Ana Corte – Representante do Instituto da Segurança Social

Coordenação Geral

Susana Nogueira – Presidente do Conselho Local de Ação Social

Capa

Câmara Municipal da Amadora

GIRP/Gabinete de Design e Comunicação

Aprovação em Sessão Plenária de CLAS de 02/03/2018

ÍNDICE

FICHA TÉCNICA.....	2
INTRODUÇÃO	4
1. METODOLOGIA.....	5
2. ARTICULAÇÃO COM OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, MEDIDAS, PROGRAMAS E PROJETOS NACIONAIS E LOCAIS	7
3. PLANO ESTRATÉGICO	8
3.1 ENQUADRAMENTO.....	8
3.2 PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO	9
3.3 ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO	10
I – Promoção de Igualdade de Oportunidades e Cidadania Ativa.....	10
a) III Plano Municipal Contra a Violência	10
b) Plano Local de Promoção dos direitos das crianças e dos jovens.....	15
c) II Plano Municipal para a Integração de Migrantes	16
d) Desenvolvimento Social e Comunitário	21
II – Envelhecimento.....	25
Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável.....	25
III - Promoção da Qualidade de Vida.....	27
4. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	29
ANEXOS	31

INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Social e Saúde (PDSS) é um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social a nível local.

O mesmo tem como foco principal o trabalho iniciado na Amadora em 2003 no âmbito da medida de política Rede Social, ou seja, atuar sobre a pobreza e a exclusão social promovendo a construção de uma sociedade mais justa, assente na defesa dos direitos humanos, na tolerância, no respeito pela diversidade, na igualdade de oportunidades, na solidariedade, na segurança e participação social, cultural e política de todos os grupos que constituem a comunidade.

Decorridos quase 15 anos, desde a elaboração dos primeiros documentos de planeamento estratégico para a área da intervenção social no município da Amadora, o Núcleo Executivo do CLAS após refletida análise ponderou o alargamento do período de duração do plano para 8 anos, permitindo assim um planeamento a médio prazo, com metas intermédias em 2020 e 2022, considerando que as mudanças sociais que ocorrem não têm produzido grandes alterações na estrutura social do território.

O PDSS, elaborado pelo Núcleo Executivo do CLAS, estruturou-se com base nos contributos e informações provenientes dos parceiros, tendo como principal objetivo orientar toda a estratégia no planeamento da intervenção social e saúde no município até 2025.

Para a elaboração do documento de planeamento procedeu-se à atualização do Diagnóstico Social, para o qual foram utilizadas metodologias participativas, com técnicos, dirigentes e grupos relevantes da comunidade permitindo assim que todos contribuíssem para a identificação das prioridades de intervenção tendo em conta os recursos existentes no território.

Tal como em Planos anteriores, também este pretende contribuir para o desenvolvimento local na medida em que congrega sinergias de diferentes parceiros numa lógica de otimização e rentabilização de recursos, reforçando a intervenção da Rede Social no município.

Na primeira parte do documento é apresentada a metodologia, seguindo-se um capítulo que refere a coerência externa do documento através da articulação com outros instrumentos de planeamento, medidas, programas e projetos, nacionais e locais.

Na quarta parte é efetuado o enquadramento geral do Plano, as prioridades e estratégias de intervenção.

Por último é apresentado o modelo de monitorização e avaliação.

1. METODOLOGIA

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde (PDSS) privilegiou uma metodologia participativa, através da mobilização e do envolvimento dos parceiros locais e da comunidade. Através da aplicação de métodos e técnicas participativas promoveu-se a reflexão e participação ativa, valorizando o conhecimento, perspetivas e visão de todos sobre as potencialidades e os problemas do território assim como os recursos existentes. Estas constituem elementos preponderantes para a produção de conhecimento sobre a realidade social local.

O processo de construção do presente documento constituiu um momento privilegiado para a definição de estratégias e mobilização dos recursos do concelho, possibilitando a definição dos eixos orientadores para a ação, que operacionalizam o PDSS.

Metodologicamente, para a elaboração do PDSS 2018/25 foram, numa primeira fase, recolhidos dados estatísticos de modo a atualizar o perfil sociodemográfico da Amadora e, numa segunda fase, foram realizadas reuniões sessões de *focus group* com vários parceiros, que permitiram recolher informação qualitativa e complementar aos dados quantitativos.

A metodologia para a elaboração do PDSS, teve por base a realização de:

- Reuniões de Núcleo Executivo para análise e reflexão dos dados e para definição das prioridades de intervenção;
- Sessão Plenária do Conselho Local de Ação Social para apresentação dos dados do Diagnóstico Social e discussão das orientações estratégias para o PDSS;
- Reuniões de acompanhamento do N.E. com as CSF, para definição conjunta da metodologia de elaboração dos documentos de planeamento estratégico;
- Sessões de *focus group* com os parceiros das Comissões Sociais de Freguesia:

Data	CSF	Parceiros envolvidos
7.setembro	Encosta do Sol	11
14.setembro	Venteira	10
15.setembro	Alfragide	9
26.setembro	Mina de Água	12
27.setembro	Falagueira/Venda Nova	12
24.outubro	Águas Livres	15

No sentido de aprofundar o conhecimento em áreas de intervenção prioritárias, foram ainda realizadas as seguintes reuniões:

Data	Temática	Participantes
2.março	Imigração	Plataforma de Acompanhamento do PMIM - Debate e reflexão sobre as medidas do Plano
4.maio	Imigração	Plataforma de Acompanhamento do PMIM - Debate e reflexão sobre as medidas do Plano (Serviços de Acolhimento, Integração e Solidariedade)
8.junho	Imigração	Plataforma de Acompanhamento do PMIM - Debate e reflexão sobre as medidas do Plano (Educação, Emprego e Capacitação)
31.agosto	Imigração	Plataforma de Acompanhamento do PMIM - Debate e reflexão sobre as medidas do Plano (Cultura, Cidadania e Participação Cívica)
12.outubro	Imigração	Plataforma de Acompanhamento do PMIM - Debate e reflexão sobre as medidas do Plano (Media e sensibilização da opinião pública)
28.setembro	Imigração	Técnicos do Atendimento Social – <i>Focus Group</i> para recolha de contributos para o Diagnóstico
14.setembro	Violência	Parceiros do Observatório da Violência
15.novembro	Violência	Parceiros do Observatório da Violência

Para além do trabalho desenvolvido junto dos parceiros, foram ainda auscultados grupos específicos, nomeadamente população imigrante, através da realização de entrevistas individuais com representantes das comunidades NPT em presença no município. Foram realizadas 25 entrevistas.

2. ARTICULAÇÃO COM OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, MEDIDAS, PROGRAMAS E PROJETOS NACIONAIS E LOCAIS

A intervenção inscrita no PDSS, tem em conta medidas de âmbito nacional e europeu, articulando-as com as ações previstas a nível local, de modo a adequar a intervenção social aos problemas e necessidades identificados no diagnóstico.

Desta abordagem integrada, e tendo em conta as áreas de intervenção prioritárias destacam-se os seguintes documentos de planeamento:

Instrumentos	Contributo para o PDSS
Plano Nacional de Saúde 2012-2020	Definição de orientações, recomendações e ações para potenciar o Serviço Nacional de Saúde. Operacionalização do objetivo de promoção de contextos favoráveis à saúde ao longo do ciclo de vida.
Plano Local de Saúde da Amadora 2014 – 2020	Definição e priorização dos problemas de saúde na cidade da Amadora. Definição de estratégias de intervenção nos problemas de saúde prioritários.
Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025	Definição de linhas orientadoras de ação e medidas estruturadas para a implementação nos sistemas de saúde, social e outros, assentes na abordagem intersectorial e multidisciplinar na promoção do envelhecimento ativo.
Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020	Define prioridades, medidas e ações com vista à integração das comunidades ciganas enquanto comunidades vulneráveis
Estratégia Nacional para a Integração das pessoas em situação de sem abrigo 2017-2023	Definição das condições que garantam a promoção da autonomia das pessoas em situação de sem abrigo, através da mobilização de todos os recursos disponíveis de acordo com o diagnóstico e as necessidades individuais, com vista ao exercício pleno de cidadania
Programa Nacional de Promoção da Atividade Física e Desportiva	Definição de políticas integradas promotoras da atividade física como fundamento da saúde pública. Definição das redes locais na promoção da atividade física.
Programa Nacional de Saúde Mental	Definição de estratégias nacionais que promovam os serviços de saúde mental e o igual acesso pelos cidadãos. Definição de orientações estratégicas para a promoção da saúde mental e prevenção da doença mental.
III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2014-2017	Definição de estratégias nacionais para a prevenção e eliminação da MGF. Definições das funções das redes locais na prevenção e combate à Violência Doméstica e de Género.
V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014 -2017	Definição de orientações estratégias nacionais para a prevenção e combate à Violência Doméstica e de Género. Definição das funções das redes locais na prevenção e combate à Violência Doméstica e de Género.
Programa Escolhas	Define as áreas estratégicas de intervenção promotoras da inclusão social de crianças e jovens oriundos de contextos socioeconómicos vulneráveis. Definição do papel das redes locais na implementação de projetos.
Contrato Local de Desenvolvimento Social Mais (Portaria 135-C/2013 de 28 de março)	Define as condições e as regras para a implementação e execução dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social+. Prioriza as áreas de intervenção de um território específico.
Convenção de Lanzarote – Convenção do Conselho da Europa contra o Abuso e Exploração Sexual	Define estratégias de prevenção e combate ao abuso e exploração sexual de crianças, promovendo a cooperação internacional. Documento chave do projeto ONE in FIVE, promotor das definições da Conceção ao nível local.
Portugal 2020 – Acordo de parceria 2014/20	Acordo estabelecido entre Portugal e a Comissão europeia que define a programação dos fundos europeus estruturais e de investimento no sentido de promover o desenvolvimento económico, social e territorial em Portugal entre 2014 e 2020.
Programa URBACT	Programa Europeu de aprendizagem e troca de experiências na promoção do desenvolvimento urbano sustentável.

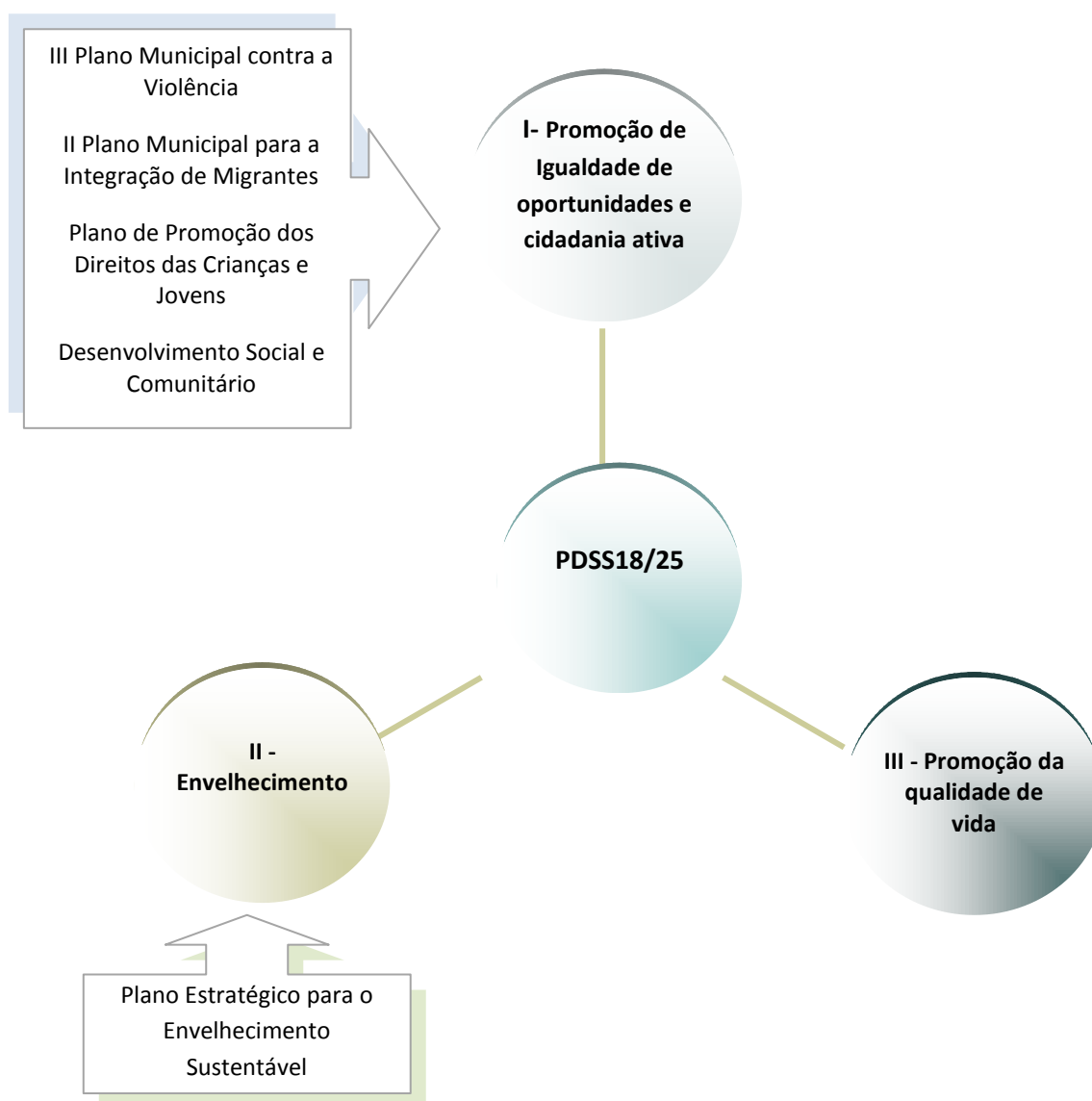
3. PLANO ESTRATÉGICO

3.1 ENQUADRAMENTO

A Rede Social assume um papel fundamental no processo de desenvolvimento local, quer pela metodologia de implementação de processos de planeamento estratégico e participado ao nível do território, quer enquanto suporte de intervenções sociais, integradas e eficazes, indutoras de políticas sociais que respondam à multidimensionalidade dos problemas sociais diagnosticados.

No Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde 2018/25 encontram-se espelhados os objetivos, que a Rede Social da Amadora se propõe alcançar num período de oito anos.

Este é um documento que se estrutura em três eixos de intervenção estratégica, que refletem um conjunto transversal de problemáticas devidamente diagnosticadas e identificadas.



A elaboração do Plano foi orientada em três conceitos enquadradores:

- **Igualdade de Oportunidades**, entendendo-se pelo mesmo o pleno acesso à cidadania e aos direitos sociais. O exercício dos direitos e deveres cívicos assume uma condição fundamental para o combate à pobreza/exclusão social.
- **Desenvolvimento Local**, em que a abordagem dos problemas é efetuada da base para o topo, integrando os recursos locais de modo a aumentar a eficácia da intervenção e a promover processos participativos, envolvendo os decisores políticos, os atores relevantes e as comunidades locais. O seu principal objetivo é favorecer o desenvolvimento sustentável, através da ação local, numa lógica de parceria.
- **Parceria**, conceito subjacente a toda a intervenção em Rede, remetendo a mesma para a ideia de ação coletiva, implicando uma forte dimensão relacional e comunicacional, assente em objetivos comuns consensualizados e partilhados; é também um desafio estratégico, onde os diferentes agentes sociais são implicados na construção de consensos, na procura de respostas inovadoras aos problemas, na promoção da coesão social, evitando sobreposição de ações e otimizando recursos, espaços, tempos e energias, remetendo para uma mudança de práticas institucionalizadas, criando novos hábitos e condições de diálogo e de entendimento interinstitucional.

3.2 PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO

Da análise dos dados do Diagnóstico Social 2017 constata-se que não ocorreram mudanças significativas na estrutura social do município. A caracterização possibilitou a identificação e priorização de um conjunto de problemáticas a nível local, sobre as quais incidem as estratégias de intervenção do CLAS.

Assim destacam-se as seguintes áreas de intervenção prioritárias:

- Envelhecimento populacional, constata-se que 23% da população residente tem idade igual ou superior a 65 anos e destes 46% tem idade igual ou superior a 75 anos, facto que constitui um desafio à intervenção social pelo aumento das situações de dependência e isolamento que contribuem para a exclusão social deste grupo populacional.
- População migrante, constitui 9% da população da Amadora, destacando-se a grande multiculturalidade em presença (99 nacionalidades) sendo que a inclusão social dos cidadãos estrangeiros assume um papel preponderante na coesão da cidade.
- Violência doméstica, verifica-se um aumento das denúncias, assim como um elevado número de processos de promoção e proteção de crianças e jovens em acompanhamento, pelo que se torna necessário dar continuidade ao trabalho de prevenção e intervenção em rede desenvolvido nestas áreas.
- Qualificação para a empregabilidade, apesar da diminuição do desemprego registado, continua a registar-se uma baixa taxa de escolarização da população em idade ativa e

consequente precariedade de emprego com baixos salários importa investir no aumento das qualificações.

- Territórios e grupos vulneráveis, a existência de bairros degradados e de realojamento na cidade, de pessoas em situação de sem abrigo, presença de comunidades ciganas em territórios específicos e de bolsas de pobreza persistente, criam grupos de população em situação de vulnerabilidade e exclusão social, pelo que a intervenção tem que ser integrada, holística e estratégica.
- Melhoria da qualidade de vida e bem-estar ao longo do ciclo de vida, apresentando a cidade da Amadora um perfil de saúde com características particulares, marcadas pela elevada incidência de doenças cujas causas estão associadas a fatores de pobreza a promoção de estilos de vida saudáveis será relevante para a integração social dos grupos mais vulneráveis.

3.3 ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Da análise do Diagnóstico Social foram identificadas prioridades e definidas as estratégias de intervenção do Plano, cujo um dos focos é a Promoção de Igualdade de Oportunidades e Cidadania Ativa. Neste âmbito destacam-se os Planos Municipais Contra a Violência, Integração de Migrantes, Plano de Promoção dos Direitos das Crianças e dos Jovens e o Desenvolvimento Social e Comunitário. Pretende-se com os mesmos intervir junto dos grupos mais vulneráveis da comunidade, numa perspetiva de integração social.

Outra das estratégias de intervenção é baseada na temática do envelhecimento populacional, bastante relevante no território, destacando-se o Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável.

Por último, tratando-se de um Plano que promove a articulação entre a intervenção social e a saúde, uma das estratégias está vocacionada para a Promoção da Qualidade de Vida da população residente ao longo do seu ciclo de vida.

I – Promoção de Igualdade de Oportunidades e Cidadania Ativa

a) III Plano Municipal Contra a Violência

A intervenção no fenómeno da violência doméstica na Amadora conta com mais de uma década de experiência, tendo esta sido assente numa lógica de parceria e concertação dos recursos existentes na cidade.

Desde 2011 que têm tido vigência os Planos Municipais contra a Violência, estruturados de forma a dar resposta às várias áreas que estruturam a violência doméstica como problema social, sendo que a parceria envolvida tem conseguido manter alguma estabilidade, tão importante na prossecução de resultados estruturais.

No final do período do II PMCV foram dinamizados diversos momentos com os parceiros da cidade que têm intervenção na temática, no sentido de elaborar um diagnóstico de

necessidades das vítimas e dos vários agentes envolvidos, assim como do trabalho que tinha vindo a ser desenvolvido.

As principais conclusões apontaram no sentido de garantir a continuidade das ações em curso, baseadas fundamentalmente na estruturação de uma parceria forte e integrada, que assegure a satisfação da reposta às vítimas, que se pretende o mais completa e multidisciplinar possível, a prevenção do fenómeno junto de crianças e jovens e a articulação no acompanhamento dos arguidos do crime de violência doméstica.

Por outro lado, e à semelhança do que aconteceu no passado, também a continuidade da intervenção na Amadora será norteada pelos documentos de planeamento estratégicos nacionais. Atualmente encontra-se em discussão a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030, que integra, entre outros, o Eixo para a Eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres e da violência doméstica, que estabelece objetivos até 2030, e que se consubstancia no Plano nacional de ação para a prevenção e o combate à violência contra mulheres e à violência doméstica 2018-2021. O Plano Nacional estrutura-se em 6 objetivos estratégicos:

1. Prevenir – Erradicar a tolerância social às várias manifestações de VMVD, conscientizar sobre os seus impactos e promover uma cultura de não-violência, de direitos humanos, de igualdade e de não discriminação;
2. Apoiar/Proteger – Ampliar e consolidar a intervenção;
3. Intervir junto de pessoas agressoras, promovendo uma cultura de responsabilização;
4. Qualificar profissionais e serviços para a intervenção;
5. Investigar, monitorizar e avaliar as políticas públicas;
6. Prevenir e combater as práticas tradicionais nefastas, nomeadamente a MGF e os casamentos infantis e precoces;

Estando ainda em processo de apreciação pública, o *draft* da Estratégia Nacional constituiu um contributo importante na reflexão da parceria sobre o trabalho a desenvolver.

O III Plano Municipal Contra a Violência estrutura-se em 4 áreas de intervenção: Atender e acompanhar vítimas de violência, Prevenir a violência na Amadora, Intervenção para a ação e Intervir junto de agressores. As medidas contempladas em cada eixo pretendem-se estratégicas, sendo operacionalizadas em planos de ação periódicos, discutidos em sede de parceria alargada.

O modelo de governação do III PMCV terá igualmente continuidade naquele experimentado até aqui: a Divisão de Intervenção Social da Câmara Municipal da Amadora será responsável pela dinamização geral do Plano, assumindo os restantes parceiros responsabilidades partilhadas de acordo com a sua área de intervenção. O planeamento periódico, a monitorização e avaliação permanentes deste plano serão garantidas pela manutenção de momentos de partilha e discussão entre os vários agentes com intervenção no fenómeno da violência doméstica na Amadora.

EIXO 1 – ATENDER E ACOMPANHAR VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Objetivo Geral		Dinamizar o atendimento e acompanhamento especializados a vítimas de violência, qualificando o atendimento social, através do envolvimento dos parceiros locais					
Objetivo Específico	Medidas	Metas	Metas Intermédias			Indicadores de Avaliação	Parceiro Responsável
			2020	2022	2025		
Garantir a qualidade do atendimento e acompanhamento especializado a vítimas de violência, dinamizando as parcerias estabelecidas	Dinamização de sessões de apresentação dos procedimentos de atendimento e acompanhamento a vítimas de violência a parceiros chave do território	8 sessões de apresentação 120 participantes	3 sessões	2 sessões	3 sessões	Nº de sessões de apresentação realizadas Nº de participantes	CMA
	Dinamização de um grupo de discussão e partilha de informação sobre violência contra pessoas idosas	16 reuniões 16 entidades	6 reuniões	4 reuniões	6 reuniões	Nº de reuniões realizadas Nº de entidades participantes	Parceiro representante das IPSS de apoio a seniores
	Realização de um ciclo de sessões de formação e informação sobre violência doméstica, envolvendo os parceiros do CLAS	8 sessões de formação 120 participantes	3 sessões	2 sessões	3 sessões	Nº de sessões realizadas Nº de participantes	CMA Cooperativa
	Realização de sessões de informação sobre procedimentos jurídicos em situações de violência familiar	5 sessões de informação 75 participantes	2 sessões	1 sessão	2 sessões	Nº de sessões realizadas Nº de participantes	Ministério Público da Amadora
	Diagnóstico, formação e intervenção no fenómeno da violência contra pessoas com deficiência	10 reuniões 6 entidades participantes	5 reuniões	2 reuniões	3 reuniões	Nº de reuniões realizadas Nº de entidades participantes	Parceiro representante das IPSS de apoio a pessoas com deficiência
Garantir o atendimento e acompanhamento especializado a vítimas de violência	Efetuar o atendimento social especializado a vítimas de violência	400 vítimas atendidas em 1ª linha 2 atendimentos de acompanhamento	150 vítimas	100 vítimas	150 vítimas	Nº de vítimas atendidas em 1ª linha Nº de atendimentos de acompanhamento por utente	CMA
	Criação e dinamização de um grupo de apoio/autoajuda para vítimas de violência	Grupo criado	1 grupo			Grupo criado Nº de participantes	CMA
	Promover a avaliação da satisfação das vítimas de violência face à rede de apoio na Amadora	1 momento de avaliação 10% de utentes avaliados	1 momento			Nº de momentos de avaliação % de utentes avaliados	CMA
Criar e dinamizar circuitos de comunicação e encaminhamento de vítimas de Mutilação Genital Feminina entre os parceiros do PMCV	Realização de reuniões de trabalho para criação e dinamização de guia integrado de procedimento junto de vítimas de MGF na Amadora	10 reuniões 7 entidades participantes	5 reuniões	2 reuniões	3 reuniões	Nº de reuniões realizadas Nº de entidades participantes	CMA AJPAS ACES CPCJ

EIXO 2 – PREVENIR A VIOLÊNCIA NA AMADORA

Objetivo Geral	Contribuir para a prevenção do fenómeno da violência na cidade da Amadora, através do desenvolvimento de atividades junto de crianças e jovens, outros atores chave no processo educativo e comunidade em geral
-----------------------	---

Objetivo Específico	Medidas	Metas	Metas Intermédias			Indicadores de Avaliação	Parceiro Responsável
			2020	2022	2025		
Sensibilizar a comunidade educativa dos Agrupamentos de Escolas da Amadora para tema da Violência dinamizando as parcerias estabelecidas	Realização de atividades sobre o Dia da Não Violência Escolar	96 atividades	36	24	36	Nº de atividades realizadas Nº de Agrups. Escolas participantes	Agrupamentos de Escolas
	Monitorização e divulgação das atividades de prevenção da violência desenvolvidas pelos Agrups. Escolas	100% das atividades monitorizadas	100%	100%	100%	Nº de atividades desenvolvidas Nº de ações de divulgação efetuadas pelas CMA - DIE	CMA
Promover a sensibilização da comunidade da Amadora para a problemática da violência familiar	Criação e dinamização de uma campanha de informação e sensibilização, dirigida à comunidade da cidade da Amadora para a violência familiar	1 campanha dinamizada 5 ações realizadas	1 campanha 1 ação	2 ações	2 ações	Campanha dinamizada Ações de sensibilização realizadas	CMA

EIXO 3 – INVESTIGAÇÃO PARA A AÇÃO

Objetivo Geral		Promover o debate entre parceiros, contribuindo para o conhecimento integrado da violência, focando os vários grupos de vítimas e agressores, as várias formas de violência e as suas consequências					
Objetivo Específico	Medidas	Metas	Metas Intermédias			Indicadores de Avaliação	Parceiro Responsável
			2020	2022	2025		
Conhecer o fenómeno da violência no Concelho da Amadora	Recolha dos dados junto de entidades parceiras	100% das vítimas atendidas 6 instituições	100% vítimas	100% vítimas	100% vítimas	% de vítimas caracterizadas Nº de Instituições envolvidas	CMA ISS ACES HFF CPCJ CVP PSP Cooperativa SCMA
	Elaboração de relatórios com tratamento integrado de dados recolhidos	8 relatórios elaborados	3 relatórios	2 relatórios	3 relatórios	Elaboração de relatórios anuais	CMA
	Promoção do acolhimento de estágios académicos e elaboração de estudos de investigação sobre a violência na Amadora	8 estagiários/as acolhidos/as 8 estudos produzidos	3 estagiários/as	2 estagiários/as	3 estagiários/as	Nº de estagiários/as acolhidos/as Nº de estudos produzidos	CMA
Promover o debate sobre o fenómeno da violência na Amadora entre os parceiros do PMCV, contribuindo para a melhoria da intervenção integrada	Dinamização de reuniões de parceiros para discussão do fenómeno da violência no concelho da Amadora	32 reuniões realizadas 15 parceiros	12 reuniões	8 reuniões	12 reuniões	Nº de reuniões realizadas Nº de parceiros participantes	CMA

EIXO 4 – INTERVIR JUNTO DE AGRESSORES

Objetivo Geral		Promover a articulação entre os parceiros chave no atendimento e acompanhamento a agressores de violência					
Objetivo Específico	Medidas	Metas	Metas Intermédias			Indicadores de Avaliação	Parceiro Responsável
			2020	2022	2025		
Dinamizar estratégias que facilitem o desenvolvimento do Programa para Agressores de Violência Doméstica na Amadora	Realização de reuniões entre parceiros chave para a implementação do PAVD na Amadora	8 reuniões 2 entidades participantes	3 reuniões	2 reuniões	3 reuniões	Nº reuniões realizadas Nº de Inst. envolvidas	DGRSP – Equipa Lisboa 2

b) Plano Local de Promoção dos direitos das crianças e dos jovens

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens (Lei nº147/99, de 1 de setembro) define a competência e a responsabilidade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, na sua modalidade alargada, na promoção de medidas que contribuam para prevenção de maus tratos na infância e juventude.

Assim, e procurando sistematizar, operacionalizar e monitorizar esta competência, em 2013, a CPCJ da Amadora criou o Plano Local de Prevenção dos Maus Tratos na Infância e Juventude, que teve continuidade num segundo documento estratégico, vigente até final de 2017.

Em 2018, e pretendendo dar continuidade à metodologia implementada, a CPCJ da Amadora elaborou e aprovou o Plano Local de Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens 2018-2020, estruturado em 4 eixos de ação:

- Promoção da responsabilidade social para a Promoção dos Direitos da Criança e do Jovem;
- Promoção da Parentalidade Positiva;
- Promoção de Competências Pessoais e Sociais nas Crianças e Jovens;
- Promoção de Respostas Integradas na Proteção das Crianças e Jovens em Perigo.

À semelhança dos planos anteriores, este plano estratégico tem por base o funcionamento da CPCJ na sua modalidade alargada que assenta na partilha de responsabilidade e competências de todas as entidades nela representadas, e em permanente articulação com a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.

Ainda que se constitua como um documento autónomo, elaborado, aprovado e implementado em fórum próprio, o Plano Local de Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens integrará o Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde 2018-2025, considerando-se que este se constitui como elemento estratégico de intervenção social na cidade. Acresce ainda que as prioridades e estratégias definidas convergem com as demais áreas (migração, violência doméstica, desenvolvimento social e comunitário), pelo que a sua integração no PDSS é uma mais-valia para a Rede Social da Amadora.

c) II Plano Municipal para a Integração de Migrantes

Tendo em conta a multiculturalidade do Município da Amadora, assim como a influência que os grupos de imigrantes assumem no total da população residente, considerou-se pertinente em 2015 criar uma estratégia local de intervenção com nacionais de países terceiros (candidatura ao ACM que decorreu de abril a dezembro de 2015).

O I Plano Municipal para a Integração de Imigrantes (PMII) teve por objetivo estruturar e sistematizar a intervenção feita no município da Amadora com impacto na população imigrante residente. O documento sistematizou as principais problemáticas da população imigrante, definindo ações desenvolvidas em parceria, potenciadoras da inserção social, profissional e cultural deste grupo. Na sequência deste Plano foi elaborada candidatura em agosto de 2016 para financiamento de uma das ações – Dinamização dos Centros Locais de Apoio ao Migrante ao FAMI - Fundo Asilo Migrações e Integração.

O II Plano Municipal decorre também de candidatura ao FAMI, que decorrerá até 31 de agosto de 2020, tendo a elaboração do mesmo decorrido da avaliação efetuada ao I Plano e da necessidade de dar continuidade à estratégia anteriormente definida.

Metodologicamente, a elaboração do II Plano Municipal para a Integração de Migrantes privilegiou o envolvimento dos *stakeholders* e da comunidade NPT no diagnóstico, assim como na definição e operacionalização das estratégias de intervenção. Foram envolvidas as associações de imigrantes, os projetos Escolhas E6G a decorrer no território, os voluntários do Programa Mentores para Imigrantes. Este Plano beneficiou ainda da metodologia do Programa URBACT, dado que a autarquia lidera o consórcio de candidatura a decorrer até abril de 2018.

As prioridades de intervenção agora consideradas são as seguintes: serviços de acolhimento e integração e solidariedade; emprego, educação e capacitação; cultura, cidadania e participação cívica; *média* e sensibilização da opinião pública.

No âmbito da candidatura ao FAMI, algumas das ações prevista em Plano, carecem de financiamento próprio, sendo que no âmbito desta candidatura foi já prevista verba para a execução das mesmas, como exemplo o funcionamento dos Centros Locais de Apoio aos Migrantes (CLAIMs). Importa ainda referir que existem no Plano ações que só poderão ser dinamizadas com financiamentos externos como é o caso da ação Mediação Intercultural nos Serviços Públicos.

EIXO 1- SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO, INTEGRAÇÃO E SOLIDARIEDADE

Objetivo Geral		Promover uma maior qualidade nos Serviços de Acolhimento Integração e Solidariedade, com o envolvimento dos beneficiários					
Objetivo Especifico	Medidas	Metas	Metas Intermédias			Indicadores de Avaliação	Parceiro Responsável
			2020	2022	2025		
Facilitar o acesso aos serviços públicos através de estruturas de informação e apoio e profissionais capacitados	Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAIM)	Funcionamento dos 2 CLAIM's	2 CLAIM	-	-	N.º de CLAIM em funcionamento N.º de atendimentos realizados	CMA AJPAS ASSACAM
	Gabinetes de Apoio Social e à Documentação	Funcionamento dos 2 Gabinetes	2	-	-	N.º de gabinetes em funcionamento	Centro Social 6 Maio ACMJ
	Disponibilização online do Guia de Recursos para Imigrantes	1 guia de recursos online	-	-	-	Guia disponibilizado	CMA
	Mediação Intercultural nos Serviços Públicos	1 Equipa de mediadores interculturais em funcionamento	1	-	-	Equipa de mediadora criada	CMA ACMJ AJPAS ASSACM
	Programa Mentores para Imigrantes	Dinamização de 1 programa	1	-	-	Dinamização do programa N.º de mentorias estabelecidas	CMA AJPAS ASSACM Pressley Ridge ACMJ
	Grupo de trabalho especializado para a regularização de imigrantes	4 Reuniões anuais	12 Reuniões	-	-	N.º de reuniões realizadas	CMA AJPAS ASSACM ACMJ Centro Social 6 de Maio SEF
Melhorar as competências dos profissionais do atendimento	Formações sobre a Lei de Estrangeiros, Lei da Nacionalidade, Acesso aos Cuidados de Saúde e Diálogo Intercultural	3 Formações anuais	9 Formações	-	-	N.º de formações N.º de profissionais envolvidos	CMA ACM
Promover a participação dos imigrantes na construção de respostas para a sua inserção	Integração de imigrantes nas reuniões da Plataforma de Acompanhamento ao Plano	1 Reunião anual	3 Reuniões	-	-	N.º de reuniões realizadas N.º de reuniões com participação de imigrantes	CMA ACMJ Pressley Ridge Ass. Jardins Escola João de Deus Centro Social 6 de Maio Raizes – AACJ ASSACM AJPAS
Promover a integração e autonomia dos refugiados e das suas famílias	Acompanhamento e integração de refugiados no âmbito do protocolo estabelecido entre a CMA e o CPR	Acompanhamento de 100% das famílias acolhidas	100%	-	-	N.º de famílias acompanhadas	CMA CPR

EIXO 2 – EMPREGO, EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Objetivo Geral		Promover e valorizar a diversidade nos espaços educativos, capacitando os jovens para a inclusão escolar e social e a integração no mercado de trabalho das comunidades NPT					
Objetivo Específico	Medidas	Metas	Metas Intermédias			Indicadores de Avaliação	Parceiro Responsável
			2020	2022	2025		
Facilitar a integração das crianças e jovens NPT no sistema educativo	Projeto Educativo-Turma de Acolhimento	1 Projeto educativo	1 projeto	-	-	Projeto a decorrer	CMA Agrupamento Escolas Damaia
	Identificação de crianças e jovens em situação irregular que frequentam a escola e sinalização ao SEF	Sinalização de 100% das crianças em situação irregular	100%	-	-	N.º de crianças sinalizadas	CMA SEF PSP ASSACM AJPAS
Desenvolver competências pessoais e sociais dos jovens NPT	Projetos Escolhas a decorrer no território	5 projetos a decorrer no território	5	-	-	Projetos a decorrer Candidaturas aprovadas	Raizes – AACJ Pressley Ridge Ass. Jardins Escola João de Deus OMEP CESIS
Promover a empregabilidade através da formação, capacitação e empreendedorismo	Gabinetes de Inserção Profissional para Imigrantes (GIP)	1 GIP	1	-	-	GIP a funcionar	IEFP Ass. Jardim Escola João de Deus
	Atividades de promoção do empreendedorismo	15 encaminhamentos por ano para o Programa de Empreendedorismo Imigrante (PEI) Acompanhamento de 20 empreendedores por ano	45 60	-	-	N.º utentes abrangidos	ACMJ
Aumentar e consolidar os níveis de conhecimento da língua portuguesa	Alfabetização de adultos	4 turmas de alfabetização por ano	12 turmas	-	-	N.º de turmas de alfabetização N.º de alunos	AJPAS ACMJ ASSACM Ass. Jardim Escola São João de Deus
	Ensino da Língua Portuguesa – Português para Todos	2 Cursos de Língua Portuguesa	2 Cursos	-	-	N.º de cursos dinamizados N.º de alunos	CMA/Centro Qualifica Escolas D. João V ACM Ass. Jardim Escola São João de Deus
Promover instrumentos de práticas de diversidade nas organizações	Divulgação da Carta da Diversidade	1 ação de divulgação	1			Ação de divulgação realizada N.º de entidades que participou na divulgação	ACMJ Fundação Aga Khan

EIXO 3 – CULTURA, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CIVICA

Objetivo Geral	Promover a participação cívica e cultural dos migrantes na cidade
-----------------------	---

Objetivo Específico	Medidas	Metas	Metas Intermédias			Indicadores de Avaliação	Parceiro Responsável
			2020	2022	2025		
Divulgar a cultura e os direitos e deveres de cidadania dos imigrantes	Promoção de ações sobre o recenseamento eleitoral	Dinamização de uma campanha de informação anual	3	-	-	N.º de campanhas N.º de pessoas abrangidas	ACMJ ASSACM AJPAS
	Dinamização do Projeto Cidadania Participativa	Dinamização de um projeto	1	-	-	Projeto dinamizado N.º de Ações desenvolvidas N.º de pessoas abrangidas	ACMJ
	Divulgação do orçamento participativo junto das comunidades NPT	1 ação de divulgação anual	3	-	-	N.º de ações realizadas N.º de pessoas abrangidas	CMA
	Guia Cultural da Cidade para a Diversidade	Criação de um Guia Cultural	1	-	-	Guia cultural criado	CMA ACMJ Fundação afid
	Comemoração da Semana Cultural da Diversidade	Dinamização da Semana Cultural para a Diversidade	3	-	-	Atividade desenvolvida N.º de entidades envolvidas	CMA AJPAS ASSACM Ass Jardins Escola Raizes-ACC Pressley Ridge Centro Social 6 de Maio Fundação afid J.F. Falagueira Venda-Nova
Qualificar os dirigentes associativos	Ação de formação sobre os recursos técnicos e financeiros disponíveis para as associações de imigrantes	Realização de 1 ação de formação anual	3	-	-	N.º de ações realizadas N.º de participantes	CMA ACM

EIXO 4 – MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Objetivo Geral		Promoção da diversidade e da interculturalidade					
Objetivo Específico	Medidas	Metas	Metas Intermédias			Indicadores de Avaliação	Parceiro Responsável
			2020	2022	2025		
Combater os estereótipos e preconceitos associados às comunidades imigrantes	Produção de um vídeo de promoção da diversidade e da interculturalidade	Produção de 1 vídeo	1	-	-	Vídeo produzido	CMA
	Divulgação do vídeo de promoção da diversidade e da interculturalidade	3 ações de divulgação do vídeo	3	-	-	N.º de ações de divulgação do vídeo	CMA
	Realização de um evento anual no âmbito do Projeto “Família do Lado”	Realização de 1 evento com envolvimento de famílias da comunidade NPT	3	-	-	Realização da atividade N.º de famílias participantes N.º de instituições envolvidas	ACM ASSACM Raízes - AACJ
	Campanha “Não Alimente o Rumor”	Dinamização de uma campanha “não alimente o rumor”	1	-	-	Campanha realizada N.º de ações desenvolvidas	CMA
	Ações de formação para jovens dos 10 aos 16 anos integrados em projetos de desenvolvimento de competências	4 ações de formação de interculturalidade para os jovens	4	-	-	N.º de ações N.º de jovens envolvidos	CMA ACM Raízes – AACJ Pressley Ridge Ass. Jardim Escola São João de Deus
Melhorar a comunicação das iniciativas dirigidas às comunidades imigrantes	Envolver a TV Local na divulgação de eventos de cariz intercultural	2 ações de divulgação	2	-	-	N.º de ações de divulgação	CMA TV Amadora
	Realização de ação de divulgação do PMII, num workshop com os media sob o tema: “Representatividade dos imigrantes nos media”	1 workshop	1	-	-	Workshop realizado N.º de participantes	CMA

d) Desenvolvimento Social e Comunitário

Na atualização do Diagnóstico Social 2017, continuam a ser identificadas problemáticas que caracterizam o município, designadamente, o envelhecimento populacional, a falta de qualificação profissional da população, a existência de territórios e grupos muito vulneráveis, que acentuam as fragilidades do município e que carecem de uma intervenção social sistémica, promotora de mudança.

No município da Amadora a existência de áreas territoriais de maior vulnerabilidade social, como são ainda os núcleos habitacionais de construção clandestina e degradada, o número significativo de bairros de realojamento, com todos os constrangimentos que advém da massificação da habitação social, nomeadamente a perda de laços de solidariedade e de vizinhança, levam a situações de pobreza e de exclusão social.

Foi a existência destes grupos populacionais mais vulneráveis, assim como a necessidade de otimizar e rentabilizar os recursos técnicos da área da intervenção social que desde 2006 se operacionalizou na Amadora, o Sistema de Atendimento e Acompanhamento Integrado, permitindo melhorar o acesso dos munícipes ao sistema de ação social, evitando a duplicação da intervenção e gerindo melhor os recursos disponíveis.

Como todos os modelos de intervenção também este tem vindo a ser adaptado/ajustado com o objetivo de melhor as repostas disponibilizadas aos munícipes. Assim e numa ótica de complementaridade das competências definidas na Lei de Bases Gerais do Sistema de Segurança Social (Lei n.º 4/2007 de 16 de janeiro), em abril de 2014 foram celebrados entre a CMA e as Juntas de Freguesia, contratos interadministrativos de delegação de competências do atendimento e acompanhamento social, rentabilizando e otimizando os recursos existentes.

Numa época em que se discute a transferência de competências da área na ação social da administração central para a local, prevendo-se que o serviço de atendimento e acompanhamento social, passe para as autarquias, importa consolidar o modelo implementado na Amadora, dotando-o dos recursos adequados para uma intervenção social mais eficaz e promotora de mudança social.

O Plano integra medidas locais que contribuem para as estratégias nacionais de intervenção com a comunidade cigana e as pessoas em situação de sem abrigo, considerando que são realidades em presença na cidade e que carecem de uma abordagem integrada e sistémica.

Tal como no anterior Plano a dinamização de projetos de intervenção territorial, como são os Contratos Locais de Desenvolvimento Social, instrumento de política social que permite o desenvolvimento de projetos promotores de coesão social, atualmente com uma forte vertente na área do desemprego são essenciais para a experimentação de novas metodologias de intervenção e para a inovação social.

No município está a decorrer um CLDS 3 G, “Consigo “na freguesia da Falagueira-Venda Nova, dinamizado pela Santa Casa da Misericórdia da Amadora estando o término previsto para

setembro de 2019. A missão é promover a inclusão social dos cidadãos, combater a pobreza persistente e a exclusão social, assim como promover o aumento da empregabilidade. O projeto em curso estrutura-se em três eixos de ação (Eixo I- Emprego, formação e qualificação; Eixo II- Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil e Eixo III- Capacitação da comunidade e das instituições) e tem como estratégia de intervenção, colaborar, cooperar ativamente com os parceiros locais, no reforço das suas ações e atividades.

Também o Programa “Escolhas” tem por missão promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. Na 6ª Geração, que termina em dezembro de 2018, o Programa mantém protocolos com os consórcios de 5 projetos locais: Loja Mira Jovem- Geração Desporto, A Rodar no Bairro, 2 Brave, Do outro lado do Bairro e Percursos Acompanhados.

O CLAS continuará a procurar fontes de financiamento para o desenvolvimento de projetos de base comunitária, potenciando as parcerias e os recursos na criação de respostas inovadoras que vão de encontro aos problemas diagnosticados e que contribuam para a coesão social no território.

Objetivo Geral	Promover a dinamização de atividades que permitam a inclusão de grupos vulneráveis da população
-----------------------	---

Objetivo Específico	Medidas	Metas	Metas Intermédias			Indicadores de Avaliação	Parceiro Responsável
			2020	2022	2025		
Realizar até ao final de 2025 o atendimento e acompanhamento social integrado	Realização do atendimento e acompanhamento social geral de ação social	8000 Atendimentos de 1ª linha 5600 Acompanhamentos	2666(1ª linha) 1866(2ª linha)	2666(1ª linha) 1866(2ª linha)	2666(1ª linha) 1866(2ª linha)	N.º de marcações de atendimentos; N.º de atendimento realizados Pedidos de apoio financeiro efetuados	Juntas de Freguesia CMA ISS.IP
	Realização do atendimento e acompanhamento social especializado nas seguintes áreas: violência doméstica, toxicod dependentes e sem abrigo, deficientes e insalubridade	1290 Atendimentos de 1ª linha 2504 Acompanhamentos	489 (1ª linha) 939 Acompanhamento	312 (1ª linha) 626 Acompanhamento	489 (1ª linha) 939 Acompanhamento	N.º de marcações de atendimento N.º de atendimentos realizados Pedidos de apoio financeiro efetuados	CMA ISS.IP Comunidade Vida e Paz
	Prestação de apoio alimentar de emergência a famílias em acompanhamento social, através da recolha Seja Solidário	Realização de 2 campanhas anuais	6 Campanhas	4 Campanhas	6 Campanhas	N.º de campanhas de recolha de produtos de 1ª necessidade Quantidade de produtos recolhidos N.º de parceiros envolvidos	Comissões Sociais de Freguesia
Acompanhar até 2025 a elaboração e execução de projetos de intervenção comunitária	Apoiar a elaboração de candidaturas a financiamentos para a implementação de projetos de intervenção comunitária	100% das candidaturas apoiadas	100% das candidaturas apoiadas	100% das candidaturas apoiadas	100% das candidaturas apoiadas	N.º de candidaturas elaboradas % de candidaturas apoiadas % de candidaturas aprovadas	Parceiros do CLAS
	Execução do programa operacional de apoio às pessoas mais carenciadas	1095 Beneficiários	1095 Beneficiários	-	-	N.º de beneficiários N.º de famílias Quantidade de produtos distribuídas	Cruz Vermelha Portuguesa-delegação Amadora
	Acompanhamento da elaboração e execução de projetos de intervenção comunitária	Participação em 2 reuniões de acompanhamento por ano	Participação em 2 reuniões de acompanhamento por ano	Participação em 2 reuniões de acompanhamento por ano	Participação em 2 reuniões de acompanhamento por ano	N.º de projetos a decorrer N.º de reuniões de acompanhamento Taxa de execução das atividades dinamizadas	N.E. do CLAS

Objetivo Específico	Medidas	Metas	Metas Intermédias			Indicadores de Avaliação	Parceiro Responsável
			2020	2022	2025		
Promover até 2025 ações de qualificação com vista a melhorar a empregabilidade de públicos vulneráveis	Dinamização dos Centros Qualifica	7500 pessoas atendidas 375 encaminhamentos para RVCC 1464 ações de formação e qualificação	7500 pessoas atendidas 375 encaminhamentos para RVCC 1464 ações de formação e qualificação	-	-	N.º de pessoas atendidas N. de encaminhamentos para RVCC Nº de ações de formação e qualificação	CMA Esc. Sec. Azevedo Neves, Esc. Sec. Seomara da Costa Primo e Escola Gustavo Eiffel
	Realização de formação para pessoas com necessidades especiais e públicos muito vulneráveis	250 pessoas	90 pessoas	70 pessoas	90 pessoas	N.º de ações de formação realizadas N.º de formandos	Fundação afid
Elaborar até 2020 o diagnóstico referente às comunidades ciganas em presença no território	Realização do diagnóstico das comunidades ciganas residentes nas freguesias de Alfragide e Falagueira Venda Nova	1 Diagnóstico	1 Diagnóstico	-	-	Diagnóstico	CESIS CMA Junta de Freguesia de Alfragide e da Falagueira Venda Nova
Definir e dinamizar plano de ação para a intervenção com as comunidades ciganas concretizando algumas das ações prevista na ENICC	Dinamização dos grupos de trabalho para a criação e implementação do plano de ação numa lógica de investigação-ação	Constituição de 2 grupos de trabalho Definição e implementação de um plano de ação	Grupos de trabalho criados Plano de ação elaborado 100% de concretização do PA	100% de concretização do PA	100% de concretização do PA	Grupos de trabalho constituídos N.º de parceiros envolvidos em cada território Plano de ação elaborado	CMA Junta de Freguesia de Alfragide e da Falagueira Venda Nova
Criar e dinamizar até 2020 um grupo de trabalho operacional no âmbito do NPISA da Amadora para acompanhar a implementação da ENIPSSA	Criação e dinamização da parceria do NPISA da Amadora Definição dos procedimentos de intervenção e divulgação e comunicação das medidas	Constituição de grupo de trabalho Documento com definição dos procedimentos de atuação Realização de 24 reuniões	1 grupo de trabalho 1 documento criado 12 reuniões	4 reuniões	6 reuniões	N.º de parceiros envolvidos N.º de reuniões da parceria Documento com procedimentos elaborado N.º de ações de divulgação	CMA Comunidade Vida e Paz

Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável

Considerando os dados demográficos do município em que o número de residentes com 65 ou mais anos tem estado a aumentar, tornando-se bastante expressivo no global da população, este grupo tem sido alvo de priorização por parte das entidades que na cidade intervêm junto do mesmo, quer ao nível da promoção do envelhecimento ativo, quer na definição de intervenções para responder aos principais problemas diagnosticados, nomeadamente: isolamento social, fracas redes de suporte formal e informal, precariedade económica e habitacional, mobilidade.

Na senda dos dois Planos Gerontológicos anteriores, os diferentes atores sociais da cidade com responsabilidade na atuação junto desta população decidiram em 2016 encetar a construção de um *Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável da Amadora*.

Esta decisão decorreu da reflexão aprofundada sobre as políticas desenvolvidas no município no domínio do envelhecimento pelos diferentes parceiros sociais.

Estes mesmos parceiros foram participantes ativos desde o primeiro momento na definição dos objetivos do Plano, assim como das iniciativas estratégicas e metas que lhe darão resposta. Em abril de 2016, 51 entidades assinaram o Pacto Local para o Envelhecimento Sustentável, documento que sistematizou o compromisso conjunto de construir uma cidade mais coesa e promotora da integração social.

A elaboração do *Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável da Amadora* passou também por um processo participativo da comunidade, que em meados de 2016 pôde responder à questão ‘O que é preciso para eu viver bem na Amadora?’. Os contributos recolhidos foram integrados no planeamento operacional do documento.

Já em 2017, estando o Plano concluído e em implementação, foram constituídos grupos de trabalho para o acompanhamento e monitorização dos eixos de intervenção definidos.

Eixos estratégicos de intervenção do Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável:

- 1- **Eixo 1 - Cuidados básicos, subsistência e suporte à vida (BASIC)**- Refere-se aos fatores que garantam as condições básicas de sobrevivência segurança e integridade física, psicológica, social e económica a todas as pessoas idosas do município;
- 2- **Eixo 2- Inclusão na Comunidade (ECO)** – Refere-se às condições necessárias para a participação social de todos os munícipes, independentemente da sua idade, condição social, económica ou de saúde, favorecendo o conhecimento e respeito mútuos e as relações intergeracionais;
- 3- **Eixo 3. Participação socioeconómica e cívica, aprendizagem ao longo da vida e fruição cultural (CIVIC)**- Refere-se às condições necessárias para promover a participação

socioeconómica e cívica, aprendizagem ao longo da vida e a fruição da cultura dos mais idosos para benefício de todos;

- 4- Eixo 4. Qualificação das Organizações e responsabilidade social** – *Refere-se às condições necessárias para promover a melhoria dos sistemas de gestão organizacional, o reforço do trabalho colaborativo, a coordenação e monitorização do PEES e a disseminação de boas práticas.*

Estando o Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável em implementação desde 2017 com um modelo de governação e monitorização autónomos, embora tendo como enquadramento a Rede Social, o mesmo é parte integrante do PDSS e encontra-se em anexo.

III - Promoção da Qualidade de Vida

Promover a saúde e o bem-estar da população ao longo do ciclo de vida – esta será concretizada através da definição de novas abordagens, com base no conceito da "Organização Mundial de Saúde" (OMS). Este conceito defende que a saúde não se caracteriza apenas pela ausência de doença mas também por um estado de completo bem-estar biopsicossocial.

Desde 1997, que o município da Amadora faz parte da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis cujo principal objetivo é apoiar e promover estratégias locais capazes de favorecer a obtenção de ganhos em saúde.

Em 2014 foi elaborado pelo ACES Amadora em parceria com as instituições da cidade o Plano Local de Saúde que vigorará até 2020. Este Plano é um documento estratégico que visa a melhoria do estado de saúde da população residente no município. O documento prioriza os problemas de saúde identificados no território e projeta o estado de saúde da população até 2020, propondo intervenções mais adequadas aos problemas de saúde da comunidade.

Nos últimos anos o município da Amadora tem investido na requalificação do espaço urbano, dotando a cidade de espaços de lazer que permitem a prática de atividade física informal. São exemplos os vários circuitos pedonais, a ciclovia e ginásios ao ar livre, possibilitando à população a prática de atividades físicas e/ou desportivas regulares, promovidas pelas várias entidades.

A aposta na promoção de estilos de vida saudáveis passa também pela dinamização de ações nos agrupamentos de escolas, nas instituições que dinamizam respostas sociais para séniores e na comunidade sobre hábitos de vida saudável, nomeadamente a alimentação.

A realização regular de diversos rastreios de saúde (oftalmológicos, diabetes, tensão arterial, glicémia, HIV entre outros) promovidos por entidades públicas e privadas que operam nesta área permite um diagnóstico de doenças e atua na prevenção de comportamentos de risco.

Objetivo Geral	Dinamizar projetos e atividades na comunidade promotores da qualidade de vida e saúde
-----------------------	---

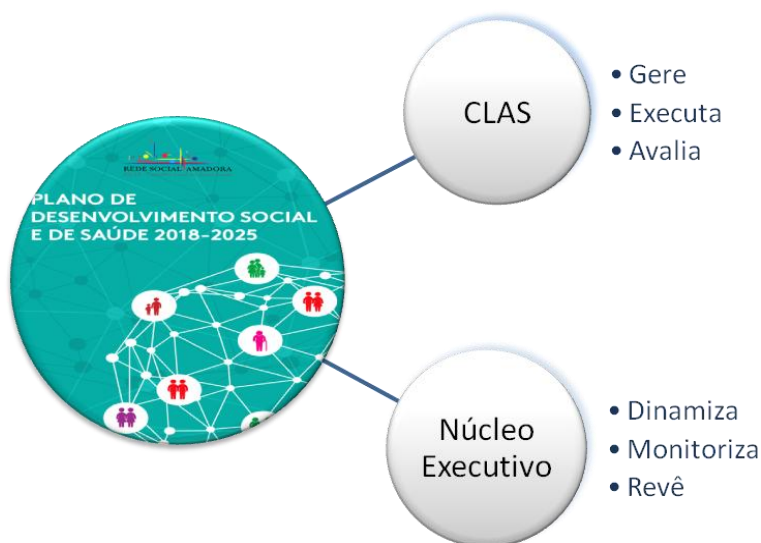
Objetivo Específico	Medidas	Metas	Metas Intermédias			Indicadores de Avaliação	Parceiro Responsável
			2020	2022	2025		
Acompanhar até 2020 a execução do PLS	Participação em 100% das reuniões convocadas	Participação em 100% das reuniões	Participação em 100% das reuniões			N.º de reuniões realizadas	ACES Amadora
Atualizar até 2020 o Perfil de Saúde da Amadora	Atualização da informação referente ao Perfil de Saúde da população residente na Amadora	1 documento	1 documento			N.º de reuniões realizadas N.º de parceiros envolvidos Documento elaborado	ACES Amadora
Assinalar até 2025, datas relevantes na área da promoção da saúde e qualidade de vida	Realização de atividades lúdico recreativas para assinalar datas comemorativas	48	18	12	18	N.º de instituições envolvidas N.º de atividades N.º de participantes	ACES Amadora CMA CSF
Participar até 2025 nas iniciativas promovidas pela Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis	Participação em iniciativas da RPMS	24	9	6	9	N.º de atividades dinamizadas N.º de reuniões realizadas pelo grupo de trabalho	CMA
Realizar até 2025 rastreios de saúde na comunidade	Realização de rastreios na área da saúde (orais, glicémia, colesterol, oftalmológicos, diabetes, sida/HIV, tuberculose, tensão arterial entre outros)	80	30	20	30	N.º de atividades realizadas N.º de parceiros envolvidos	CSF ACES AJPAS
Incentivar até 2025 à prática da atividade física	Realização de atividades	32 atividades	12	8	12	N.º de atividades realizadas	CMA CSF

4. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

O processo de monitorização permite acompanhar e controlar o progresso da intervenção, de forma a identificar eventuais desvios face ao previsto. Este controlo incide no cumprimento da calendarização das atividades, na realização das mesmas e na utilização dos recursos previstos em planeamento, com base em indicadores previamente definidos. Este deverá constituir um momento de reflexão, potenciador do planeamento de ações subsequentes, identificando pontos de reorientação ou reforço das mesmas.

O Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde da Amadora é um instrumento de planeamento estratégico, conjunto e comum a todos os parceiros, a quem compete a execução das ações previstas, assim como a sua avaliação. Dado constituir um retrato dos objetivos a cumprir em oito anos, o presente documento contempla a programação de ações, baseadas em estratégias definidas, tendo presente o Diagnóstico Social local aprovado pelo CLAS em sessão plenária de 15 de dezembro de 2017. Neste sentido, e uma vez que a realidade social está em constante alteração, o PDSS 2018/25 poderá ser reformulado durante a sua vigência, tendo para efeitos de monitorização sido definidas metas intermédias em 2020 e 2022. Assim, caso se verifiquem alterações significativas na estrutura social do município, será efetuado o reajuste das medidas definidas pela parceria.

A gestão, execução e avaliação é uma das competências do plenário do CLAS, sendo que a dinamização e monitorização dos objetivos propostos no Plano, é da responsabilidade do Núcleo Executivo, a quem compete também a elaboração dos Planos de Ação intermédios. Estes são elementos do PDSS, elaborados periodicamente, onde é inscrito o planeamento das ações, assim como a afetação dos parceiros às mesmas. Prevê-se ainda a inclusão na monitorização do indicador de custo/investimento por ação, trabalho a efetuar pelo N.E. do CLAS no primeiro ano da execução do mesmo.



A monitorização do PDSS será efetuada anualmente e permitirá acompanhar e controlar o processo de intervenção por forma a identificar eventuais desvios na mesma. Para o efeito, servirá de recurso um sistema de registo de toda a informação de monitorização (base de dados), recolhida junto do parceiro responsável pela execução da atividade a monitorizar. A gestão da base de dados é da responsabilidade do N.E. a quem compete a elaboração de relatórios de execução, a apresentar aos parceiros, na primeira sessão plenária do CLAS do ano.

ANEXOS

Anexo 1. Contributos das Comissões Sociais de Freguesia para o PDSS 2018-2025

Anexo 2. Listagem dos parceiros do CLAS

Anexo 3. Plano Municipal para a Integração de Migrantes

Anexo 4. Plano Local para a Promoção das crianças e Jovens 2018-20

Anexo 5. Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável 2017-2025

Anexo 1. Contributos das Comissões Sociais de Freguesia para o PDSS 2018-2025

CSF	Data	Nº parceiros	Contributos
Águas Livres	24/10/2017	12 Instituições	<ul style="list-style-type: none"> • Procura de resposta/solução ao nível do apoio alimentar; • Redes de vizinhança e Voluntariado de proximidade – renovação com novos voluntários; criação de respostas inovadoras; • Realização de trabalho de sensibilização para o voluntariado nas escolas; • Continuidade do desenvolvimento de atividades em conjunto para enriquecimento da parceria; • Necessidade de investir na área da juventude, ao nível não só de atividades, mas também de equipamentos e espaços; • Necessidade de investir no fortalecimento das competências pessoais e sociais dos jovens;
Alfragide	15/09/2017	8 Instituições	<ul style="list-style-type: none"> • Descentralização da realização das reuniões do plenário da CSF nas várias instituições onde cada uma apresenta o seu trabalho e intervenção na freguesia; • Necessidade de criar resposta ao nível da sustentabilidade dos projetos que estão no território pós-financiamento • Necessidade de as instituições encontrarem fontes de financiamento diversificadas para poderem ajustar as respostas às necessidades das pessoas
Encosta do Sol	07/09/2017	11 Instituições	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação de respostas sociais existentes; • Projeto de SAD personalizado às necessidades dos utentes; • Criação de centro de noite (cidade da Amadora); • Criação de estratégias para ‘cativar’ seniores do sexo masculino para as atividades; • Desenhar projeto de manutenção do campo de futebol do Casal da Mira; • Criação de outros espaços para desenvolvimento de atividades no exterior na freguesia (Casal da Mira, Alforneiros); • Implementação de Mercearia Social; • Criação de vagas em resposta creche; • Maior envolvimento dos parceiros nos acordos de promoção e proteção;

			<ul style="list-style-type: none"> • Reforço das equipas multidisciplinares das escolas; • Sensibilização da população sénior para as questões da violência económica; • Criação de respostas para descanso do cuidador; • Formação para cuidadores de pessoas dependentes; • Manutenção do grupo AtitudEmprego; • Criação de circuito de autocarro público do Casal da Mira para Brandoa/Alfornelos; • Orçamento participativo como estratégia para envolvimento da comunidade;
Falagueira – Venda Nova	27/09/2017	11 entidades	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de guia de recursos da freguesia como forma de facilitar comunicação entre parceiros; • Investimento na relação com tecido empresarial: levantamento de empresas existentes e aproximação da CSF; • Investir no trabalho de prevenção de isolamento e dependência dos seniores;
Mina de Água	26/09/2017	11 entidades	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento nas associações para dinamização de atividades nas pausas letivas; • Adequar as funções do gabinete técnico de habitação face às necessidades de intervenção com a comunidade; • Transporte solidário dentro da freguesia; • Investir na formação de ajudantes de ação direta;
Venteira	14/09/2017	9 entidades	<ul style="list-style-type: none"> • Aposta numa maior e melhor comunicação entre a parceria; definição mais clara de procedimentos para a intervenção; • Necessidade de reforço das respostas nomeadamente SAD e ERPI e de melhoria da qualidade das repostas prestadas; • Questão da multiculturalidade – necessidade de um maior conhecimento sobre as várias culturas existentes/realização de ações de informação/sensibilização sobre culturas diferentes; • Investir de forma continuada na articulação com o SEF; • Necessidade de investimento na comunicação/divulgação dos serviços junto de outros parceiros da CSF; • Necessidade de formação para pais ao nível das competências; trabalho em casa das famílias – necessidade de reforço dos RH envolvidos;

Anexo 2. Listagem dos parceiros do CLAS

ACES Amadora
AERLIS-Assoc. Empresarial da Região de Lisboa
Agrupamento de Escolas Cardoso Lopes
Agrupamento de Escolas da Damaia
Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves
Agrupamento de Escolas Fernando Namora
Agrupamento de Escolas José Cardoso Pires
Agrupamento de Escolas Mães D'Água
Agrupamento de Escolas Miguel Torga
Agrupamento Vertical de Almeida Garrett
AJPAS-Assoc. de Jovens Promotores da Amadora Saudável
Amadora Inova
AMASIN - Associação dos Amigos e Utentes do HFF
AMORAMA
Aproximar, CRL
Assoc. Comercial e Empresarial de Oeiras e Amadora
Assoc. Jardins- Escola João de Deus
Associação "Ajuda de Mãe"
Associação APRE!
Associação Cultural de Surdos da Amadora
Associação Cultural Moinho da Juventude
Associação de Socorros Médicos "O Vigilante"
Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura
Associação de Solidariedade SUBUD
Associação Olhar com Saber
Associação Passo a Passo
Associação Portuguesa de Deficientes
Associação Unidos de Cabo Verde
AURPIF Assoc. Unitária de Pensionistas e Idosos da Falagueira
Câmara Municipal da Amadora
Casal Popular da Damaia
CEBESA - Centro de Bem estar Social da Amadora
Centro Cultural Roque Gameiro
Centro Social Paroquial de S. Brás
CERCIAMA
CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social
Clube de Natação da Amadora
Coo (op) razão - Cooperativa de Solidariedade Social, CRL
Coop - LINQUE
Cooperactiva - Cooperativa de Desenvolvimento Social, CRL
Cooptécnica-Gustave Eiffel CRL
CPCJ Amadora
Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação da Amadora
CUTLA - Clube Universitário Tempo Livre da Amadora

DGESTE - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares
Diaverum - SPD Amadora
Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Equipa de Tratamento da Amadora
Escola Secundária da Amadora
Escola Secundária Seomara da Costa Primo
FAPCA-Federação das Associações de Pais do concelho da Amadora
Feixe Luminoso
Fundação AFID Diferença
Fundação Pão de açúcar AUCHAN
Hospital Amadora-Sintra, SG
IEFP - Serviço Local de Emprego Amadora
Instituto de Segurança Social -IP/Serviço Local da Amadora
Junta de Freguesia da Encosta do Sol
Junta de Freguesia da Falagueira/Venda Nova
Junta de Freguesia da Mina de Água
Junta de Freguesia da Venteira
Junta de Freguesia das Águas Livres
Junta de Freguesia de Alfragide
Núcleo Local de Inserção Amadora
Organização Mundial de Educação Pré- Escolar
Pressley Ridge
PSP- Divisão da Amadora
Santa Casa da Misericórdia da Amadora
SFRAA - Quinta de S. Miguel
UGT- União Geral de Trabalhadores
URPIA - União de Reformados, Pensionistas e Idosos da Amadora



AMADORA
Câmara Municipal

II Plano Municipal para a Integração de Migrantes da Amadora

2018-2020



Título

II Plano Municipal para a Integração de Migrantes
2018/2020

Documento elaborado por

Ana Moreno
Nuno Sousa
Rute Gonçalves

Documento elaborado com os contributos de

Agrupamento de Escolas Alforneiros
Agrupamento de Escolas Almeida Garret
Agrupamento de Escolas Amadora 3
Agrupamento de Escolas Amadora Oeste
Agrupamento de Escolas Cardoso Lopes
Agrupamento de Escolas Cardoso Pires
Agrupamento de Escolas D. João V
Agrupamento de Escolas Damaia
Agrupamento de Escolas Mães d'Água
Agrupamento de Escolas Miguel Torga
Agrupamento de Escolas Pioneiros da Aviação Portuguesa
AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde
Alto Comissariado para as Migrações
Associação Reformados Pensionistas e Idosos da Buraca
Associação Cultural Moinho da Juventude
Associação de Solidariedade Social Alto da Cova da Moura
Associação Jardins Escola João de Deus
Associação Presley Ridge
Câmara Municipal da Amadora:
Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana
Divisão de Intervenção Educativa
Divisão de Intervenção Social
Gabinete de Projetos Especiais
Centro de Estudos para a Intervenção Social – Projeto Escolhas Percursos Acompanhados
Centro Social 6 de Maio
Cooperativa
Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Amadora
Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Escola Profissional Gustave Eiffel
Fundação Afid Diferença
Fundação Aga Khan
Instituto de Emprego e Formação Profissional
ISS, IP - Segurança Social da Amadora
Junta de Freguesia da Águas Livres
Junta de Freguesia da Encosta do Sol
Junta de Freguesia da Falagueira Venda Nova
Junta de Freguesia da Venteira
Junta de Freguesia de Alfragide
Organização Mundial Educação Pré-Escolar

Polícia de Segurança Pública
Raízes – Associação de Apoio à Criança e ao Jovem
Santa Casa da Misericórdia da Amadora
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
Sociedade Filarmónica de Apoio Social e Recreio Artístico da Amadora

Capa
Câmara Municipal da Amadora

Aprovação em Sessão de Câmara de
28 de fevereiro de 2018

Aprovação em Sessão Plenária de CLAS de
2 de março de 2018

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro do Programa URBACT e do FEDER da União Europeia.
O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade dos autores e não pode de modo algum ser
tomado para refletir as opiniões da Comissão Europeia.

Nota de Abertura

“Na atualidade as migrações são um dos assuntos que se encontram no topo da agenda internacional, o que se reflete nos números apresentados no relatório anual da OCDE sobre as *Perspetivas das Migrações Internacionais de 2017*, e que aponta para um valor de 5 milhões de pessoas que migraram de forma permanente para os países da OCDE, durante o ano de 2016, muito acima do máximo registado no ano de 2007.

Ainda de acordo com o mesmo relatório a migração por razões humanitárias foi o principal fator de crescimento no período de 2015 a 2016, representando cerca de 1,5 milhões de pessoas. Outra das razões deste aumento está relacionada com a mobilidade intra-empresas e o destacamento de trabalhadores no espaço da União Europeia, realidades que cresceram entre 10% e 3% respetivamente no ano de 2015.

Face a esta realidade internacional de crescente mobilidade pelas mais variadas razões, e à elevada presença de comunidades estrangeiras na Amadora o Município decidiu, em conjunto com os seus parceiros, dar continuidade ao trabalho iniciado em 2015 com o I Plano Municipal para a Integração de Imigrantes, dinamizado até dezembro de 2017, com uma elevada taxa de execução e que contribuiu para uma maior cooperação entre todos os agentes envolvidos, instituições, comunidades e migrantes.

Deste trabalho conjunto realizado nos últimos 3 anos surge agora o **II Plano Municipal para a Integração de Migrantes** que resulta de uma visão positiva da diversidade como fator de desenvolvimento e de valorização do território e que desejamos se traduza numa cidade com dimensão humana, com igualdade de oportunidades e desenvolvimento social e económico para todos e todas. “

Carla Tavares

Presidente da Câmara Municipal da Amadora

Fevereiro de 2018

Índice

Ficha Técnica	2
Nota de Abertura	4
Enquadramento	9
Diagnóstico Local.....	11
Demografia.....	11
Serviços de Acolhimento e Integração.....	14
Urbanismo e Habitação.....	18
Mercado de trabalho e Empreendedorismo.....	20
Educação e Língua	22
Capacitação e formação.....	28
Cultura.....	29
Saúde.....	32
Solidariedade e resposta social.....	34
Cidadania e Participação Cívica.....	36
Media e sensibilização da opinião pública.....	40
Racismo e discriminação.....	41
Relações internacionais.....	42
Religião.....	42
Justiça e reinserção social.....	44
Dimensão Estratégica.....	46
Dimensão Operacional.....	51
Modelo de Monitorização e Avaliação.....	58
Acompanhamento e Modelo de Governação.....	59
Anexo 1.....	61
Anexo 2.....	66
Anexo 3.....	70

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução dos estrangeiros residentes na Amadora de 2011-2016	11
Gráfico n.º 2 – Distribuição dos residentes estrangeiros por Continente (2016)	12
Gráfico n.º 3 – Distribuição por género dos estrangeiros residentes 2016	13
Gráfico n.º 4 – Evolução do saldo migratório de 2011 a 2016.....	13
Gráfico n.º 5 – Distribuição da população estrangeira por Freguesia	14
Gráfico n.º 6 – N.º de atendimentos realizados pelos serviços de apoio à documentação 2016	15
Gráfico n.º 7 – Distribuição dos estrangeiros residentes por situação legal 2016	16
Gráfico n.º 8 – Principais nacionalidades utentes do CLAIM 2016	16
Gráfico n.º 9 – N.º de candidatos por ano ao Programa de Retorno Voluntário na Amadora...	17
Gráfico n.º 10 – Candidatos por nacionalidade ao Programa de Retorno Voluntário na Amadora	17
Gráfico n.º 11 – Nacionalidade dos residentes no Parque Habitacional Municipal 2016	18
Gráfico n.º 12 - Nacionalidade dos residentes em habitação precária 2016.....	19
Gráfico n.º 13 – Residentes em habitação social e precária, face ao total da população 2016 .	19
Gráfico n.º 14 – Desemprego imigrante principais nacionalidades 2016.....	20
Gráfico n.º 15 – Beneficiários de subsídio de desemprego por origem 2016.....	21
Gráfico n.º 16 – Beneficiários estrangeiros do subsídio de desemprego por origem 2016	21
Gráfico n.º 17 – Beneficiários de subsídio de desemprego por origem, face ao total da população 2016.....	22
Gráfico n.º 18 – Alunos inscritos por origem ano letivo 2017/18.....	23
Gráfico n.º 19 – Alunos estrangeiros por continente no ano letivo 2017/18.....	23
Gráfico n.º 20 – Nacionalidade dos alunos estrangeiros inscritos no ano letivo 2017/18	24
Gráfico n.º 21 – Alunos estrangeiros por agrupamento ano letivo 2017/18.....	24
Gráfico n.º 22 – Sucesso e insucesso escolar por origem dos alunos, ano letivo 2016/17	25
Gráfico n.º 23 – Nacionalidade alunos Português para Todos, Escola D. João V 2017/18	27
Gráfico n.º 24 – Nacionalidade dos formandos estrangeiros na Amadora 2017/18.....	29
Gráfico n.º 25 – Nacionalidade formandos Escola Gustave Eiffel 2017/18	29
Gráfico n.º 26 – Inscritos no Registo Nacional de Utentes por origem 2017	32
Gráfico n.º 27 - Inscritos no Registo Nacional de Utentes por origem 2017	33
Gráfico n.º 28 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por origem 2016	34
Gráfico n.º 29 – Beneficiários estrangeiros do Rendimento Social de Inserção por origem 2016	34

Gráfico n.º 30 – Beneficiários de Rendimento Social de Inserção face à população total 2016	35
Gráfico n.º 31 – Estrangeiros recenseados face ao total da população com capacidade eleitoral ativa 2017	36
Gráfico n.º 32 – Total de estrangeiros recenseados por origem 2017	37
Gráfico n.º 33 – Capacidade eleitoral ativa dos estrangeiros residentes	37
Gráfico n.º 34 – Estrangeiros recenseados por Freguesias 2017	38
Gráfico n.º 35 – Nacionalidades dos estrangeiros com Medida Penal 2016	44
Gráfico n.º 36 – Nacionalidade dos estrangeiros com Medida Tutelar Educativa 2016.....	44
Gráfico n.º 37 – Medida penal por origem 2016.....	45
Gráfico n.º 38 – Medida penal face à população residente 2016.....	45

Índice de Quadros

Quadro n.º 1 – Principais nacionalidades dos estrangeiros residentes (2016).....	12
Quadro n.º 2 – Projetos educativos de integração de crianças estrangeiras	25
Quadro n.º 3 – Ações de alfabetização para adultos 2017/18	26
Quadro n.º 4 – Projetos Escolhas em execução.....	28
Quadro n.º 5 – Atividades culturais das comunidades	30
Quadro n.º 6 – Exemplos de atividades dos Projetos Escolhas	31
Quadro n.º 7 – Quadro resumo do Programa Mentores	35
Quadro n.º 8 – Nacionalidades por Capacidade e Eleitoral	36
Quadro n.º 9 – Lista de Associações acreditadas no GAMA (Set.2016).....	38
Quadro n.º 10 – Plataforma de Acompanhamento ao PMII 2017-2020.....	38
Quadro n.º 11 – Outras Instituições.....	39
Quadro n.º 12 – Acordos de germinação estabelecidos.....	42
Quadro n.º 13 – Confissões religiosas identificadas	43
Quadro n.º 14 – Religiões mais representativas.....	43

Enquadramento

A cidade da Amadora tem uma forte matriz multicultural decorrente de uma elevada presença de comunidades estrangeiras no seu território, e que de acordo com os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de 2016, representam cerca de 9% do total da população divididas por 99 diferentes nacionalidades. No entanto, se considerarmos a nacionalidade e a naturalidade dos residentes esta percentagem sobe para cerca de 18% o que reforça a posição da Amadora como uma das cidades do país com maior diversidade cultural.

Importa igualmente destacar que no atual contexto existe um elevado fluxo migratório, decorrente de situações de conflito o que faz com que estejamos na presença da maior vaga de refugiados depois da segunda guerra mundial, que levou a União Europeia a criar mecanismos de resposta para lidar com este novo desafio. Neste âmbito, o município da Amadora, estabeleceu um protocolo de colaboração com o Conselho Português para os Refugiados, juntando-se assim ao esforço europeu conjunto para acolher e integrar refugiados no seu território. Esta colaboração foi precedida da construção de um plano de ação em conjunto com uma parceria voluntária de instituições e que se encontra integrado no instrumento de planeamento local na área das migrações.

Face a esta realidade e a valorização que a cidade e as suas instituições atribuem à diversidade foi construído o I Plano Municipal para a Integração de Imigrantes que decorreu de uma candidatura ao Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINT), fonte de financiamento gerida pelo Alto Comissariado para as Migrações e que decorreu no período de 2015 a 2017.

Após os resultados obtidos com este I Plano que se traduziu numa taxa de execução de cerca de 70% das medidas previstas e com uma avaliação favorável feita pelas instituições do grupo de acompanhamento e pelos migrantes, foi elaborado o II PMIM em conjunto com os parceiros do município na área das migrações e que para além de medidas efetivas, incorpora recomendações decorrentes da execução do anterior Plano.

Os objetivos gerais deste instrumento de planeamento são os de continuar a desenvolver o trabalho em parceria, a promoção de sinergias entre os recursos existentes, a implementação das medidas numa lógica de subsidiariedade, procurando estabelecer metas e responsabilidades partilhadas com vista a potenciar as oportunidades que as migrações e a diversidade representam.

Assim, durante o ano de 2017 e em colaboração com parceiros locais e nacionais o município elaborou o II Plano Municipal para a Integração de Migrantes que irá ser implementado no período de 2018 a 2020 e é o instrumento de planeamento de referência na cidade para o desenvolvimento de ações que promovam a integração de imigrantes na Amadora.

O II Plano Municipal para a Integração de Imigrantes à semelhança do anterior, encontra-se devidamente enquadrado no planeamento local, nomeadamente no Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde de 2018-2025 e a nível nacional nas estratégias definidas pelo Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020 e que podem resumir-se da seguinte forma “... perspetivar as migrações como parte de uma estratégia de valorização e crescimento económico de Portugal de gestão e valorização do talento, da mobilidade, reforçando e promovendo o contributo das populações migrantes para esse objetivo”¹.

¹ Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020

O processo de construção do II PMIM teve como base uma metodologia participativa e de envolvimento ativo de todos os atores relevantes, nomeadamente da Plataforma de Acompanhamento da Rede Social e população estrangeira. Esta participação resultou de um conjunto de atividades desenvolvidas para o efeito e que permitiu a recolha de informações relevantes para a elaboração do diagnóstico para a definição dos eixos prioritários de intervenção e das medidas concretas. Esta metodologia pode ser resumida da seguinte forma:

1. Recolha e sistematização de dados estatísticos sobre o fenómeno migratório na Amadora;
2. Recolha e sistematização de dados qualitativos e quantitativos dos vários parceiros públicos e privados na cidade, sobre o trabalho desenvolvido com a população estrangeira;
3. Investigação realizada pelo Centro de Estudos da Universidade Técnica de Lisboa;
4. Realização de 12 reuniões com a Plataforma de Acompanhamento ao Plano, com a participação de todos os parceiros do Plano que decorreram na Divisão de Intervenção Social e em associações em localizações de forte presença de imigrantes;
5. Realização de 1 focus group com técnicos/as de atendimento e acompanhamento social (Câmara Municipal da Amadora, Juntas de Freguesia, equipas de acompanhamento de processos de Rendimento Social de Inserção)
6. Participação em 5 workshops transnacionais no âmbito do Projeto “Arrival Cities”, no quais foram realizadas trocas de experiências com vista à transferência de boas práticas entre parceiros, tendo os mesmos sido realizados em Dresden, Vantaa, Salónica, Oldenburgo e Val de Marne

No que concerne ao financiamento o II PMIM, conta com os recursos complementares do Fundo Asilo Migrações e Integração (FAMI), nomeadamente na dinamização dos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM’s), e com os apoios do Programa Urbact III através do projeto Arrival Cities que se traduziu em novos recursos técnicos e que possibilitou uma dimensão transnacional ao Plano com a incorporação de boas práticas, partilhadas nos workshops internacionais.

A implementação do II PMIM seguirá a metodologia definida no anterior Plano, ou seja as medidas definidas para a sua concretização, incorporam metas, indicadores, responsáveis e a respetiva calendarização para que a sua execução possa ser monitorizada e avaliada, em futuras reuniões com a Plataforma de Acompanhamento.

Os eixos e as medidas do II PMIM foram definidas em conjunto com os parceiros ao longo do ano de 2017 e foram validadas em reunião específica para o efeito no dia 16 de Novembro de 2017. Para além deste momento de avaliação, posteriormente o Plano será apresentado em reunião de Conselho Local de Ação Social no dia 2 de Março de 2018 para aprovação final por todos os parceiros da Rede Social.

Diagnóstico Local

Demografia

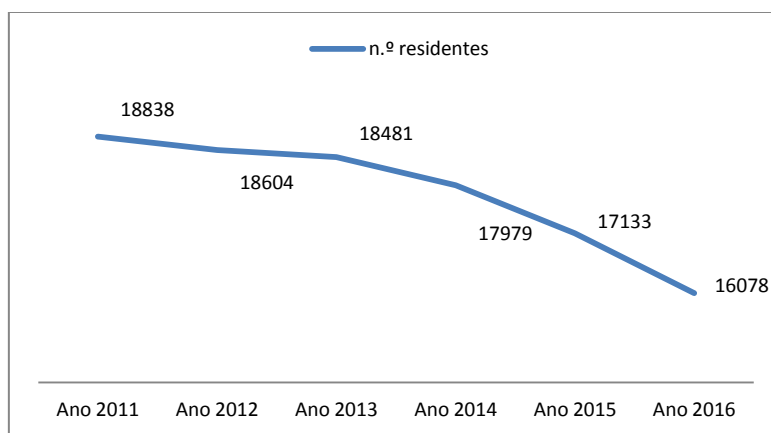
Em 2016 e com base em estimativas residiam na Amadora um total de 178.169 pessoas das quais, 9,02% (16.078) são estrangeiros, distribuídos por 99 diferentes nacionalidades.

Comparativamente à média nacional os imigrantes representam 3,9% do total da população, o que faz da Amadora um dos concelhos com maior diversidade cultural do país, com mais do dobro da média nacional.

No entanto no período de 2011 a 2016, registou-se um ligeiro decréscimo de estrangeiros residentes ao qual não são alheias as alterações realizadas na Lei da Nacionalidade que permitiu a naturalização de um grande número de imigrantes, com especial incidência para os nacionais dos PALOP`S.

Importa também referir que em 2011 e de acordo com os dados dos Censos, 31.338 pessoas (17,8% do total da população) eram naturais de países estrangeiros, podendo ou não ter nacionalidade portuguesa, estes dados reforçam o carácter multicultural da Amadora e da importância de serem desenhadas medidas específicas com vista à integração de pessoas oriundas de diferentes culturas.

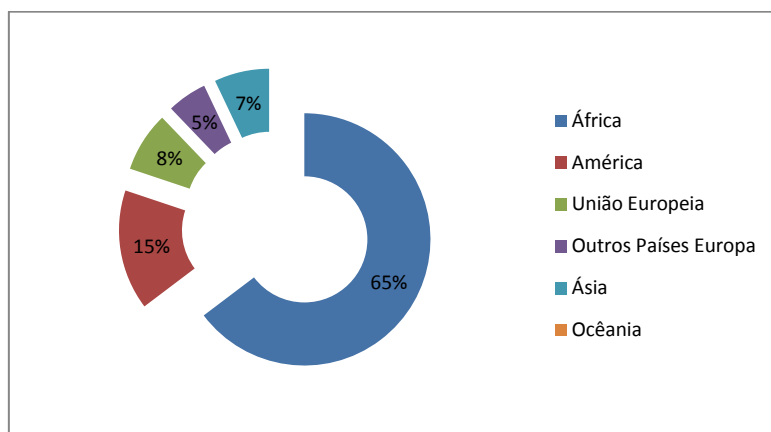
Gráfico 1 – Evolução dos estrangeiros residentes na Amadora de 2011-2016



Fonte: Portal Estatística do SEF

A maioria dos nacionais de países estrangeiros residentes na Amadora distribui-se pelos países do continente africano, com especial relevância para os imigrantes oriundos dos PALOPS, conforme o exposto no gráfico seguinte.

Gráfico n.º 2 – Distribuição dos residentes estrangeiros por Continente (2016)



Fonte: Portal de Estatística do SEF

As principais nacionalidades residentes na Amadora em 2016 eram a Cabo-verdiana e a Brasileira, à semelhança do que acontece a nível nacional. No período de 2011 a 2016, constata-se um decréscimo de imigrantes residentes com especial incidência para os nacionais do Brasil e Angola, por contraponto aos oriundos da Índia e da China, que apresentam taxas de crescimento significativas.

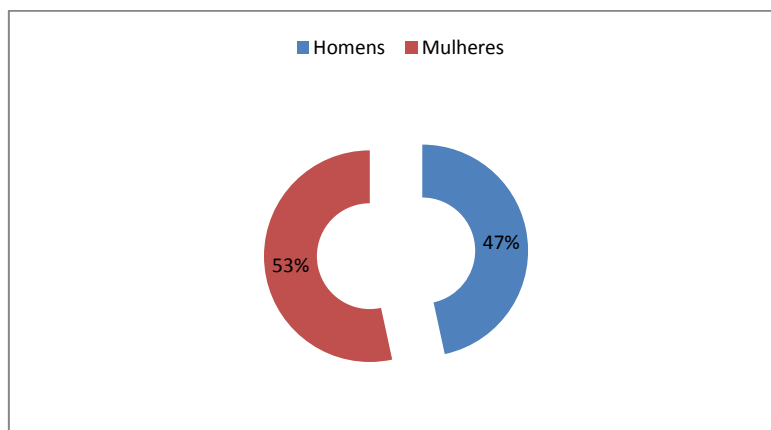
Quadro n.º 1 – Principais nacionalidades dos estrangeiros residentes (2016)

Nacionalidade	N	%	Evolução 2011-16
Cabo Verde	5892	36,6	-8,3
Brasil	2399	14,9	- 37,5
Guiné Bissau	1974	12,3	0,2
Angola	1016	6,3	- 33,6
São Tomé e Príncipe	883	5,5	- 12,4
Roménia	785	4,9	- 6,5
Ucrânia	629	3,9	- 20,5
Índia	355	2,2	23,3
China	354	2,2	8,9
Guiné	321	2,0	- 1,8

Fonte: Portal de Estatística do SEF

A maioria dos nacionais estrangeiros residentes na Amadora são mulheres, representando cerca de 53% da população migrante, esta tendência é particularmente expressiva nos nacionais oriundos do Brasil com as mulheres a representar cerca de 64% do total, por contraponto, os homens Indianos representam cerca de 63%. Neste âmbito a Amadora reflete o que se passa a nível nacional com uma crescente feminização da imigração.

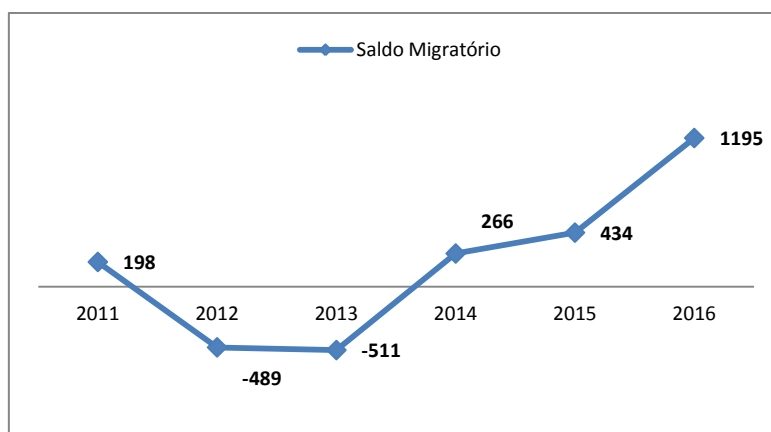
Gráfico n.º 3 – Distribuição por género dos estrangeiros residentes 2016



Fonte: Portal de Estatística do SEF

No que concerne ao saldo migratório no período em análise, constata-se que o mesmo foi positivo no território da Amadora, contribuindo desta forma para um aumento da população. Neste indicador encontram-se contabilizados todos os residentes, nacionais e estrangeiros.

Gráfico n.º 4 – Evolução do saldo migratório de 2011 a 2016



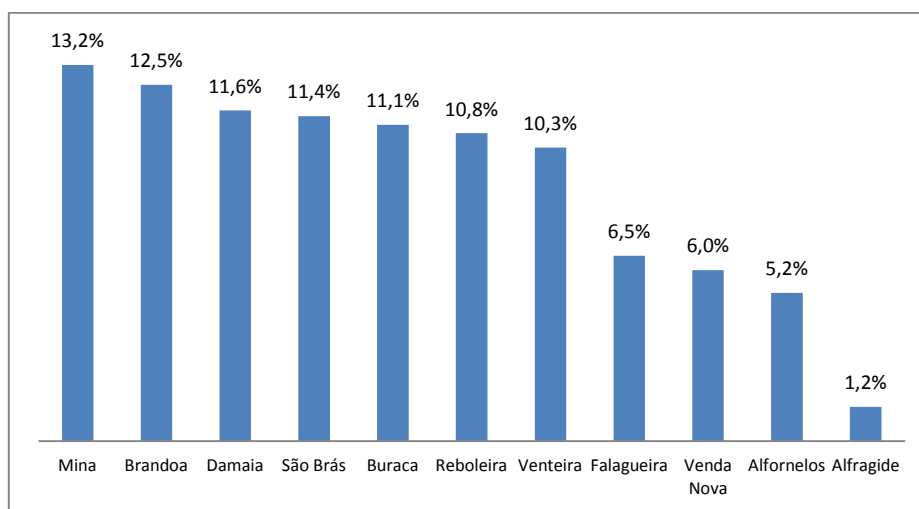
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Relativamente à distribuição da população estrangeira pelo território da Amadora, não existem dados novos face ao anterior diagnóstico que se reportam aos censos de 2011 e que identificaram a Mina (13,2%), a Brandoa (12,5%) e a Damaia (11,6%) como as freguesias com uma maior percentagem de imigrantes.

Verifica-se que em 2011 a distribuição nos nacionais estrangeiros pelo território das antigas freguesias não era homogénea, existindo locais no concelho com uma maior percentagem de imigrantes, face a outros, sendo exemplo desta discrepância a antiga freguesia da Mina com 13,2% e Alfragide com 1,2%.

Face à ausência de dados estatísticos atualizados, são apresentadas informações referentes aos Censos de 2011, sendo que, em Outubro de 2013 em virtude da reorganização administrativa o número de Juntas de Freguesia na Amadora reduziu para 6.

Gráfico n.º 5 – Distribuição da população estrangeira por Freguesia



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011

À semelhança dos dados apresentados para a distribuição da população estrangeira pelo território, não existem dados novos referentes aos grupos etários dos imigrantes residentes na Amadora. Sendo que em 2011, constatava-se que os naturais e os nacionais estrangeiros apresentam um maior número de pessoas em idade ativa, comparativamente aos portugueses.

As reduzidas percentagens de população jovem com nacionalidade e naturalidade estrangeira poderá relacionar-se com o facto de um elevado número de residentes poder ter nascido em Portugal e ter tido um acesso facilitado à nacionalidade portuguesa, decorrente da legislação aprovada em 2006 e que reforçou o conceito de *jus solis*², possibilitando a atribuição de nacionalidade originária a filhos de estrangeiros nascido em Portugal, sob determinadas condições.

No que concerne ao envelhecimento e reportando igualmente aos dados de 2011, constatava-se que população nacional e natural de outros países com mais de 60 anos tinha à data uma reduzida representatividade (3,61%), sendo a grande maioria de nacional de países africanos (3,11%).

Face aos dados apresentados, conclui-se que o imigrante tipo residente na Amadora é oriundo de um país de língua oficial portuguesa, de sexo feminino, encontra-se na faixa etária dos 20-29 anos e vive nas freguesias da Mina de Agua e/ou Águas Livres.

Serviços de Acolhimento e Integração

Existem na cidade da Amadora dois Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM's) estando um situado no território da Buraca (freguesia Águas Livres) e dinamizado pela Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura (ASSACM), e o outro situado no Casal da Mira (freguesia Encosta do Sol) e dinamizado pela Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde (AJPAS).

Os CLAIM's são estruturas apoiadas diretamente pelo Alto Comissariado para as Migrações e financiadas pelo Fundo Asilo Migrações e Integração (FAMI) têm como missão apoiar o processo do acolhimento e integração dos imigrantes, articulando com as diversas estruturas locais, e promovendo a interculturalidade a nível local.³ Cada CLAIM dispõe de uma equipa técnica especializada,

² No conceito de "Jus Soli", a nacionalidade originária é obtida em virtude do território onde o indivíduo tenha nascido.

³ www.acidi.gov.pt – consultado em Novembro de 2017;

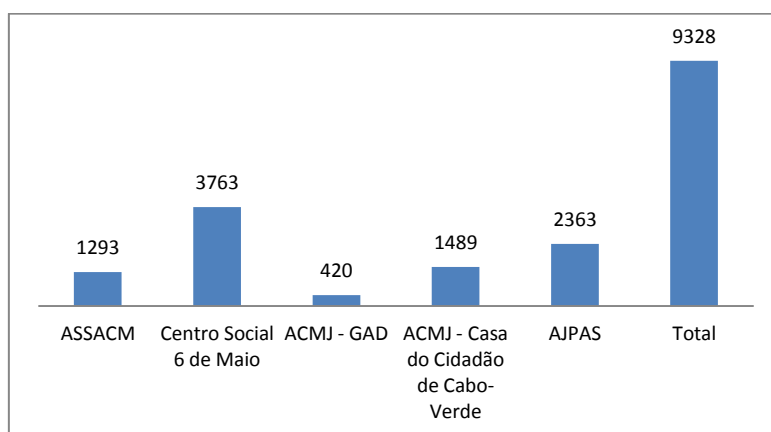
disponibilizando um conjunto de serviços de acolhimento e integração de imigrantes, nomeadamente, prestação de informação sobre o processo de regularização, pedido de nacionalidade portuguesa, reagrupamento familiar, habitação, retorno voluntário, emprego, formação profissional, respostas sociais, saúde e educação.

Para além dos CLAIM`s, existem na Amadora outras estruturas de apoio à população estrangeira nomeadamente os Gabinetes de Apoio à Documentação do Centro Social Bairro 6 de Maio e da Associação Cultural Moinho da Juventude (ACMJ), em conjunto estes serviços realizaram, 9328 atendimentos durante o ano de 2016.

Existe ainda no concelho dinamizado pela ACMJ, o Balcão da Casa do Cidadão de Cabo-Verde, cuja missão é disponibilizar serviços públicos a cidadãos e agentes económicos em Cabo Verde e na diáspora, através de canais de interação presencial e remota.

Esta estrutura pública presta serviços relevantes para os imigrantes cabo-verdianos nomeadamente, emissão da certidão de nascimento e de registo criminal, documentação que por norma é solicitada para a regularização ou para a aquisição de nacionalidade portuguesa.

Gráfico n.º 6 – N.º de atendimentos realizados pelos serviços de apoio à documentação 2016

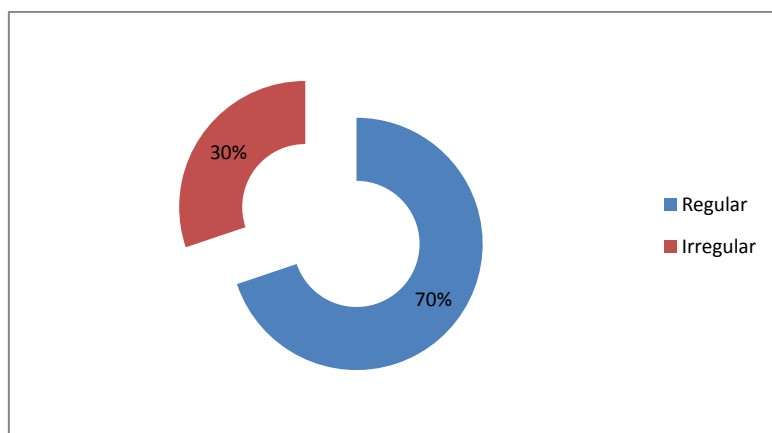


Fonte: Serviços de apoio à documentação

No que concerne aos assuntos tratados na sua grande maioria, estão relacionados com o apoio à regularização, à renovação de documentos, ao reagrupamento familiar e à aquisição de nacionalidade portuguesa. Sendo que são igualmente prestados serviços de encaminhamento e apoio para as respostas sociais existentes, com vista à integração no mercado de trabalho e/ou ao usufruto de prestações/direitos sociais.

De acordo com os dados cedidos pelo CLAIM da ASSACM, recorreram em 2016 a este serviço, 1293 pessoas sendo que a maioria procurou apoio no processo de regularização da situação em Portugal, representado cerca de 30% do total de atendimentos.

Gráfico n.º 7 – Distribuição dos estrangeiros residentes por situação legal 2016

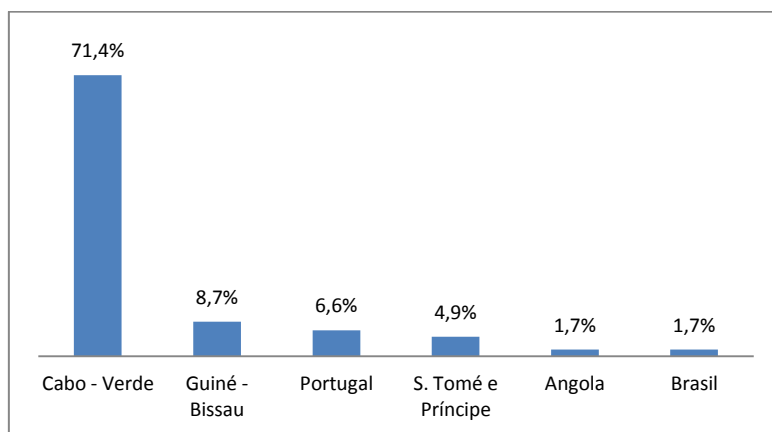


Fonte: Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes da ASSACM

Relativamente à distribuição dos utentes do CLAIM da ASSACM por nacionalidade, constata-se que a maioria dos utentes é de nacionalidade Cabo-verdiana com 71,4%, sendo seguidos pelos Guineenses e os Portugueses com 8,7% e 6,6% respetivamente.

Importa referir que os nacionais portugueses são cidadãos naturalizados que por norma, procuram informações sobre questões relacionadas com o reagrupamento familiar.

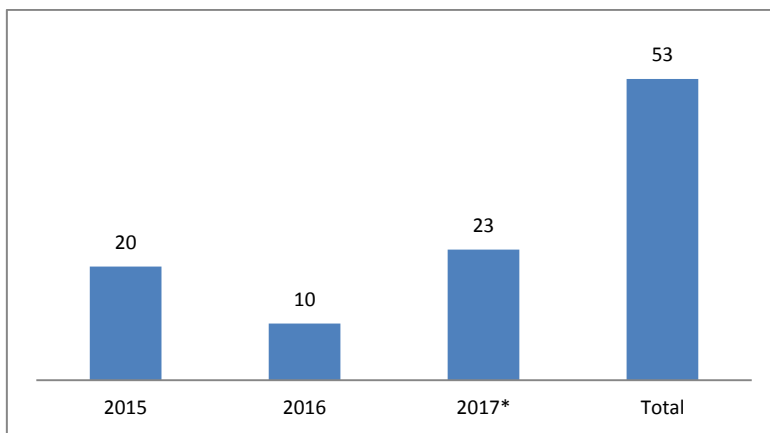
Gráfico n.º 8 – Principais nacionalidades utentes do CLAIM 2016



Fonte: Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes da ASSACM

Para além dos recursos já apresentados em março de 2016 a Organização Internacional para as Migrações efetivou um protocolo com a ASSACM e as AJPAS para a descentralização do Programa de Retorno Voluntário, permitindo aos migrantes residentes na amadora e que desejem retornar ao país de origem, realizar esta candidatura no concelho em uma destas duas instituições. Sendo que no ano de 2016, existiram 23 pedidos de retorno de migrantes em situação vulnerável residentes na Amadora.

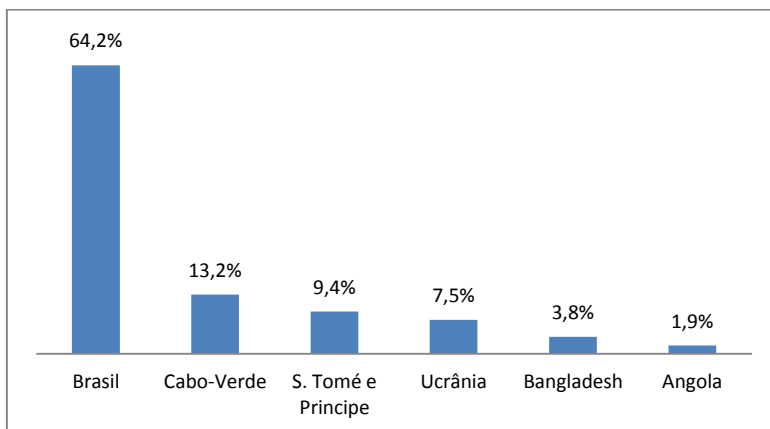
Gráfico n.º 9 – N.º de candidatos por ano ao Programa de Retorno Voluntário na Amadora



Fonte: Organização Internacional para as Migrações, dados até Agosto de 2017

No que concerne à distribuição de nacionalidades e à semelhança da realidade a nível nacional, os cidadãos oriundos do Brasil, são os que mais pedem apoio ao retorno ao país de origem, representando na amadora 64,2% dos casos.

Gráfico n.º 10 – Candidatos por nacionalidade ao Programa de Retorno Voluntário na Amadora



Fonte: Organização Internacional para as Migrações, dados referentes de 2015 a agosto de 2017

No âmbito de atividades previstas no I PMII, foi criado um grupo de trabalho especializado que reúne os serviços de apoio aos imigrantes no território, com o objetivo de discutir casos concretos, partilhar soluções e recursos, com vista a dar uma melhor resposta aos problemas da regularização dos estrangeiros. Neste âmbito foi aprofundada a colaboração com o SEF em Movimento, com o propósito de facilitar a regularização de imigrantes em situação de maior vulnerabilidade.

Para além dos serviços de acolhimento existentes e fruto do recente fluxo de refugiados o Município da Amadora, decidiu apoiar a Agenda Europeia para as Migrações e irá participar no esforço conjunto de integrar refugiados recolocados que se encontram em campos na Grécia e na Itália. Neste sentido o Município da Amadora assinou um protocolo com o Conselho Português para os Refugiados em março de 2016, onde foram definidas as responsabilidades partilhadas.

No processo de consulta e participação do Plano, os principais problemas apresentados pelos imigrantes, estão relacionados com a regularização em território nacional, uma vez que, é considerado

fundamental a obtenção de autorização de residência, para aceder e beneficiar de direitos essenciais para a sua integração. No âmbito documental, são também apontadas dificuldades administrativas que se encontram nos serviços públicos, nomeadamente no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com elevados tempos de espera e um exigente processo burocrático com falhas na prestação de informação.

São igualmente referidos alguns problemas no relacionamento com as embaixadas que no caso de algumas nacionalidades, podem ser um obstáculo adicional para a obtenção de regularização ou a nacionalidade portuguesa. Por último foram referidas algumas dificuldades no acesso à informação e aos recursos, por falta de conhecimento da existência dos mesmos.

Por outro lado e avaliando as respostas existentes os CLAIM's, são considerados pelos imigrantes estruturas de mediação e apoio importantes, face à sua proximidade e conhecimentos específicos na área das migrações, contribuindo para o desbloqueio e resolução de um leque abrangente de situações, em colaboração com os serviços públicos e instituições locais.

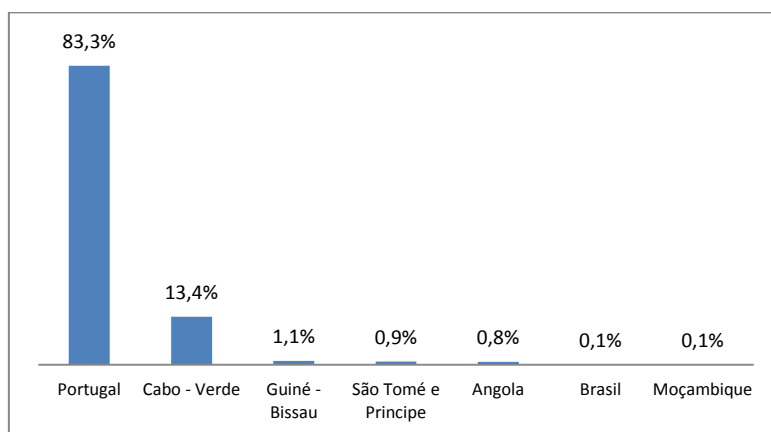
No focus group com técnicas de atendimento social e nas reuniões da plataforma de acompanhamento ao Plano/Urbact, as dificuldades identificadas são semelhantes as referidas pelos imigrantes, com especial enfoque para a questão da regularização em território nacional, sendo esta a questão mais referida uma vez que, os imigrantes irregulares não podem aceder a todos os apoios e recursos disponíveis. Noutro âmbito são igualmente referidas dificuldades burocráticas e de comunicação com o SEF e com as embaixadas, por último são sentidas necessidades de mais formação para poder dar resposta aos problemas específicos da população estrangeira.

Urbanismo e Habitação

A Câmara Municipal da Amadora dispõe de dados dos habitantes dos bairros de construção e ocupação ilegal, recolhidos no recenseamento do Programa Especial de Realojamento em 1993⁴.

Ao analisarmos a nacionalidade dos residentes no Parque Habitacional Municipal, podemos verificar que a maior parte tem nacionalidade portuguesa (83,3%), seguida dos nacionais de Cabo – Verde com 13,4%.

Gráfico n.º 11 – Nacionalidade dos residentes no Parque Habitacional Municipal 2016



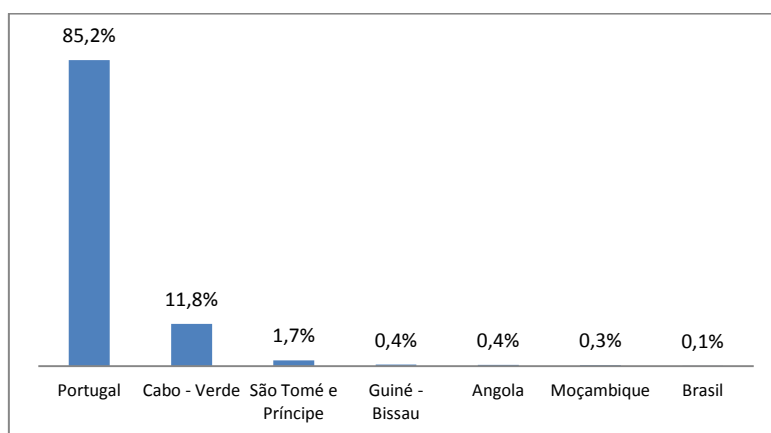
Fonte: Divisão de Habitação, CMA

No que concerne aos residentes em habitação precária, verifica-se igualmente que a maior parte tem nacionalidade portuguesa (85,2%), seguida dos nacionais de cabo-verde que representam 13,4% do

⁴ Em análise os elementos recenseados em 1993, que se acredita que ainda residam nos bairros Quinta do Pomar, Estrada Militar da Mina, Encosta Nascente, Quinta da Lage, 6 de Maio, Estrada Militar do Alto da Damaia e Alto da Cova da Moura.

total. Importa no entanto, ressaltar que os dados neste âmbito têm um menor grau de fiabilidade, uma vez que a atualização da informação não tem um caráter permanente.

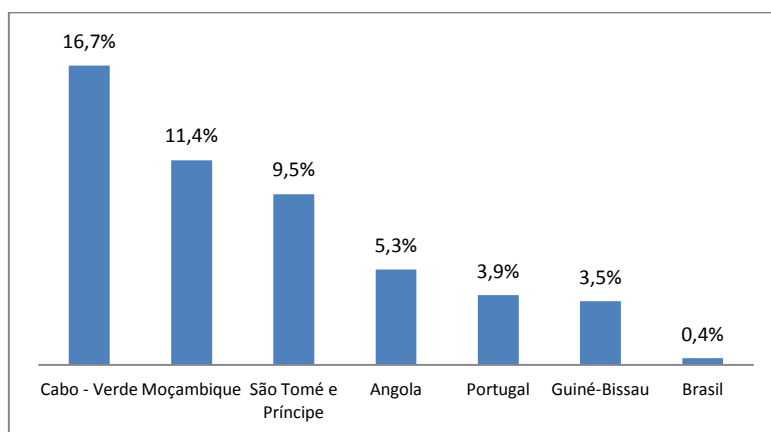
Gráfico n.º 12 - Nacionalidade dos residentes em habitação precária 2016



Fonte: Divisão de Habitação, CMA

Numa análise comparativa com o total da população, constata-se que cerca de 16,7% dos Cabo-Verdianos residentes na Amadora, estão a morar no parque municipal ou em residência precária, sendo seguidos pelos nacionais de Moçambique e de São Tomé e Príncipe, com 11,4% e 9,5% respetivamente.

Gráfico n.º 13 – Residentes em habitação social e precária, face ao total da população 2016



Fonte: Divisão de Habitação, CMA

Importa igualmente destacar que os nacionais portugueses a residir em habitação social ou precária, representam somente 3,9% do total da população, ao contrário dos nacionais dos PALOP's que apresentam taxas superiores o que evidência maiores vulnerabilidades no acesso à habitação.

Nas entrevistas realizadas com a população imigrante, destaca-se o facto de as pessoas sentirem como factor de discriminação a residência em determinado território e/ou bairro, podendo isto representar uma dificuldade adicional à sua integração. Outro aspeto relevante referido está relacionado com a falta de cuidado com o espaço público e escassez de estruturas no bairro, nomeadamente de âmbito social e cultural. Por último, foi mencionado o problema do aumento dos custos com a habitação.

No focus group com as técnicas de atendimento social e nas reuniões do grupo local/urbact, o isolamento das populações de determinados bairros e a vivência quase exclusiva dentro dos seus territórios, foi evidenciando com um dos principais problemas à integração dos imigrantes no território

da cidade. No que concerne às questões de âmbito social, destacam-se as situações de precariedade da habitação a informalidade no mercado de arrendamento, sem contrato e com quartos sub-alugados.

Mercado de trabalho e Empreendedorismo

No que concerne ao mercado de trabalho não existem dados novos relativamente a aspetos mencionados no anterior diagnóstico que decorrem dos censos de 2011, e que demonstram que na Amadora os estrangeiros representam a maioria de trabalhadores, semi ou pouco qualificados (35,1% e 22,2% respetivamente), constatando-se que à medida que o nível de especialização aumenta a representatividade dos imigrantes diminui.

Por outro lado e ainda referentes a dados dos censos a percentagem de trabalhadores imigrantes por conta de outrem é inferior à dos nacionais, representando 23% e 26% respetivamente, o que pode indicar uma maior precariedade laboral para os profissionais estrangeiros.

Ainda de acordo com os dados dos Censos 2011, a taxa de desemprego do total da população da Amadora era de 15%, sendo que a taxa dos nacionais de países estrangeiros era cerca de os 18%, e os naturais de países estrangeiros apresentavam uma taxa de desemprego de 20,5%. O que demonstra uma maior dificuldade por parte dos imigrantes no acesso ao mercado de trabalho.

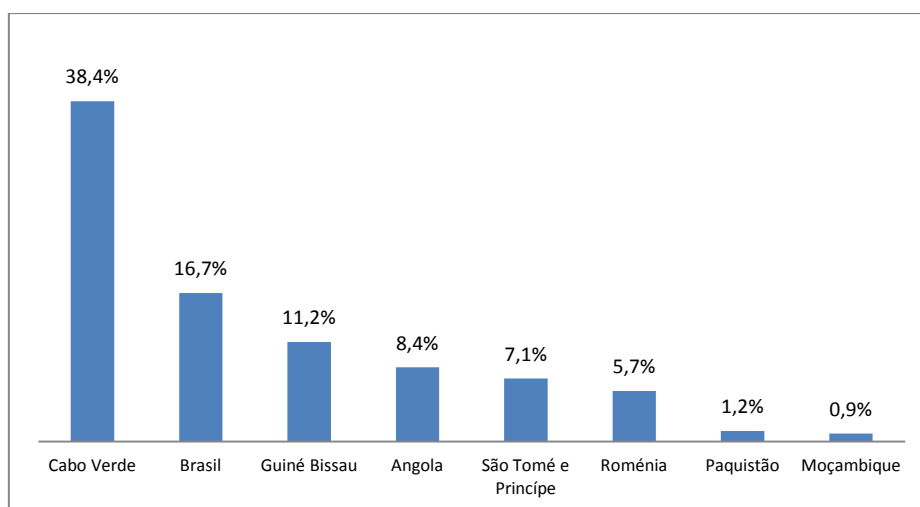
Relativamente às profissões desempenhadas pela população estrangeira na Amadora, os últimos censos, demonstram que são as seguintes:

- Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios
- Vendedores em lojas
- Trabalhadores qualificados em acabamentos da construção e similares

Já no final de 2016 e de acordo com dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), existiam na Amadora 1016 nacionais de países estrangeiros em situação de desemprego. Deste total, 66% eram nacionais dos PALOP, 16,7% eram nacionais do Brasil, 7% nacionais de países da União Europeia, com especial destaque para os cidadãos romenos que representam 5,7%.

Importa no entanto ressaltar que o IEFP só contabiliza dados dos imigrantes regulares, podendo o número total de estrangeiros desempregados na Amadora, ser maior.

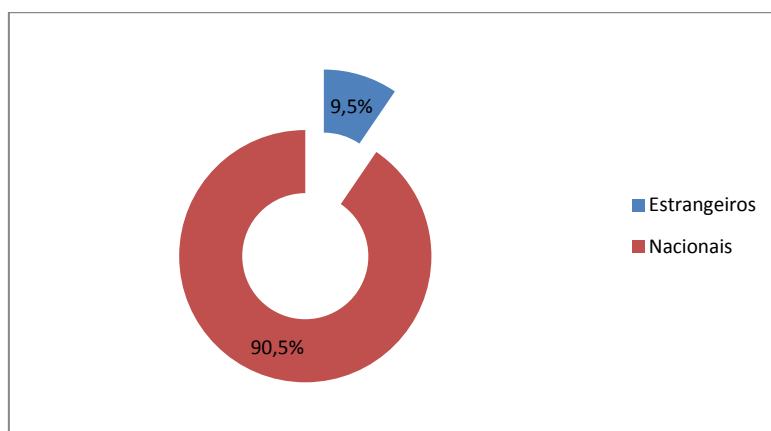
Gráfico n.º 14 – Desemprego imigrante principais nacionalidades 2016



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Relativamente ao subsídio de desemprego, social e subsequente os imigrantes representavam 9,5% do total de beneficiários em 2016 de acordo com os dados do Instituto da Segurança Social, IP.

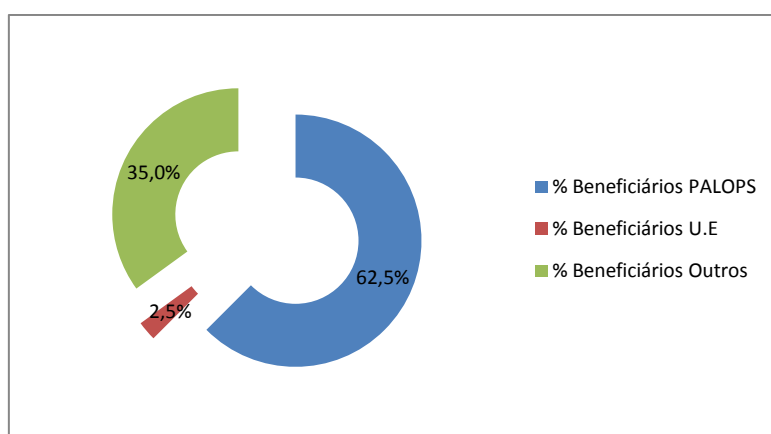
Gráfico n.º 15 – Beneficiários de subsídio de desemprego por origem 2016



Fonte: Instituto da Segurança Social, IP

Do total de beneficiários estrangeiros das diferentes medidas do subsídio de desemprego, destacam-se os nacionais dos PALOP, que representavam 62,5% do total.

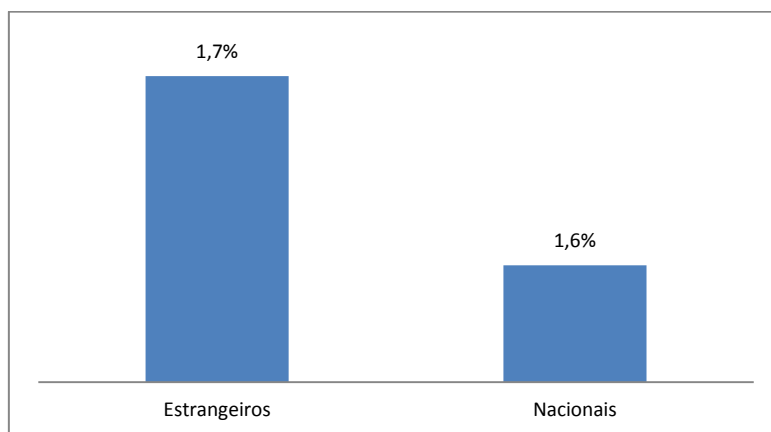
Gráfico n.º 16 – Beneficiários estrangeiros do subsídio de desemprego por origem 2016



Fonte: Instituto da Segurança Social, IP

Realizando uma análise comparativa entre nacionais e estrangeiros, constata-se que praticamente não existe diferença na percentagem de beneficiários, face ao total de portugueses e estrangeiros.

Gráfico n.º 17 – Beneficiários de subsídio de desemprego por origem, face ao total da população 2016



Fonte: Instituto da Segurança Social, IP

O empreendedorismo imigrante tem sido apoiado na cidade da Amadora através de diferentes associações e projetos, sendo que se destaca o trabalho desenvolvido pela Associação Cultural Moinho da Juventude (ACMJ) que através do seu Gabinete de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo (GAEE) realiza encaminhamento para a Formação do Programa Empreendedorismo Imigrante (PEI), iniciativa dinamizada pelo Alto Comissariado para as Migrações e um conjunto alargado de parceiros.

Para além disso, o ACMJ tem um acordo de cooperação com a Cooperativa de Solidariedade Social e Rumo, desde janeiro de 2015 que tem como principal objetivo prestar um acompanhamento personalizado aos empreendedores, tendo abrangido desde a sua criação 60 beneficiários.

Importa igualmente referir o trabalho realizado pelos projetos Escolhas E6G que se encontram a ser desenvolvidos na Amadora e que procuram contribuir para o desenvolvimento de competências, processos empreendedores, capacitação de jovens adultos com o objetivo último de promover a empregabilidade e integração no mercado de trabalho.

Na área do emprego os principais problemas identificados pelos imigrantes, relacionam-se com a documentação, sendo a mesma referida como fundamental para um acesso pleno ao mercado de trabalho, e no caso de a situação não estar regularizada existem dificuldades acrescidas para se conseguir um emprego. No entanto, uma das principais vias para conseguir a autorização de residência é através da integração no mercado de trabalho, o que pode criar situações de exclusão, uma vez que, ambas as condições podem depender uma da outra. Para além da importância dos documentos, foi referida a questão da idade, as habilitações literárias e a proficiência da língua como fatores relevantes para a obtenção de emprego.

Na reflexão realizada no focus-group e nas reuniões da plataforma de acompanhamento/Urbact o principal problema identificado está relacionado com a impossibilidade de inscrever imigrantes irregulares no centro de emprego, constrangimento que causa dificuldades adicionais na integração no mercado de trabalho e conseqüentemente na regularização. Foi também referido como problema a falta de correspondência entre perfis profissionais e as necessidades do mercado de trabalho, e alguma precariedade nas relações laborais que pode ter impacto no acesso e na manutenção da autorização de residência temporária.

Educação e Língua

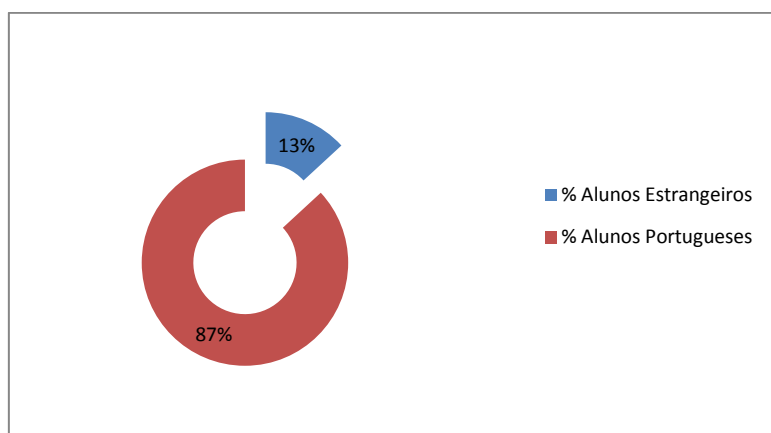
Na área da educação e do ensino da língua existem indicadores relevantes no âmbito dos censos de 2011 e que importa referir, nomeadamente o facto de os nacionais e naturais do estrangeiro terem menos habilitações literárias face ao total da população. Sendo que este facto é mais evidente quando

se comparam os dados globais com os dos estrangeiros fora da união europeia, em que por exemplo as habilitações superiores representam somente 6,3%, comparativamente aos 12,7% para o total da população.

De acordo com dados cedidos pelos 12 agrupamentos de escolas do concelho⁵, referente ao ano letivo de 2017/2018, 13,1% do total dos alunos, são de nacionalidade estrangeira.

Numa análise comparativa, constata-se que no presente ano escolar, existiu um ligeiro aumento de alunos estrangeiros face a 2016/2017 que se traduz num crescimento de 3,8%.

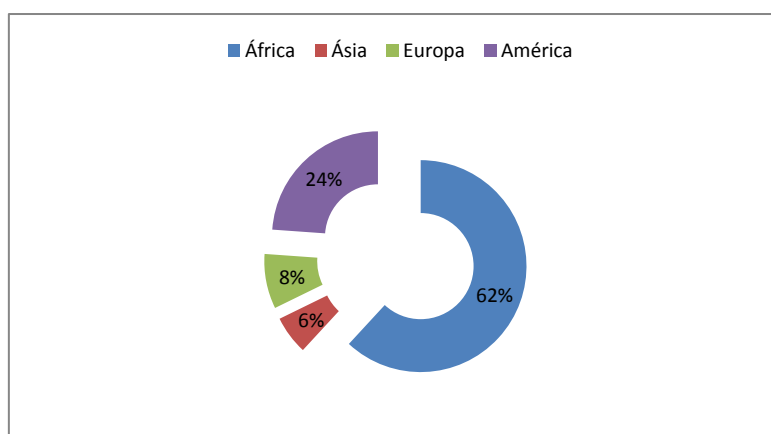
Gráfico n.º 18 – Alunos inscritos por origem ano letivo 2017/18



Fonte: Divisão de Intervenção Educativa

No que concerne à distribuição geográfica dos alunos estrangeiros na sua maioria (62%) são oriundos de países africanos, com especial incidência para os nacionais dos PALOP's, sendo seguidos pelos da América do Sul (24%), com especial expressão para os de nacionalidade brasileira.

Gráfico n.º 19 – Alunos estrangeiros por continente no ano letivo 2017/18

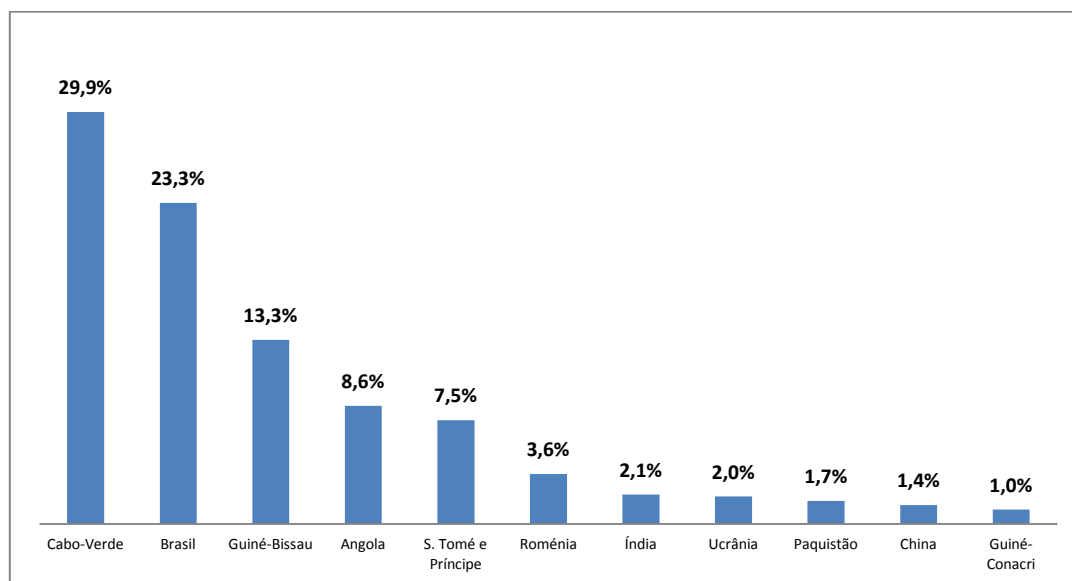


Fonte: Divisão de Intervenção Educativa

Analisando de uma forma mais detalhada a nacionalidade dos alunos estrangeiros, verificamos que os agrupamentos refletem a composição migratória do concelho, com destaque para os nacionais de Cabo Verde (29,9%) e do Brasil (23,3%).

⁵ Agrupamentos de escolas: Pioneiros da Aviação Portuguesa; Cardoso Lopes; José Cardoso Pires; Damaia;;Amadora Oeste; Mães d'Água; Alfoanelos; Miguel Torga; D. João V; Almeida Garret; Dr. Azevedo Neves; Fernando Namora

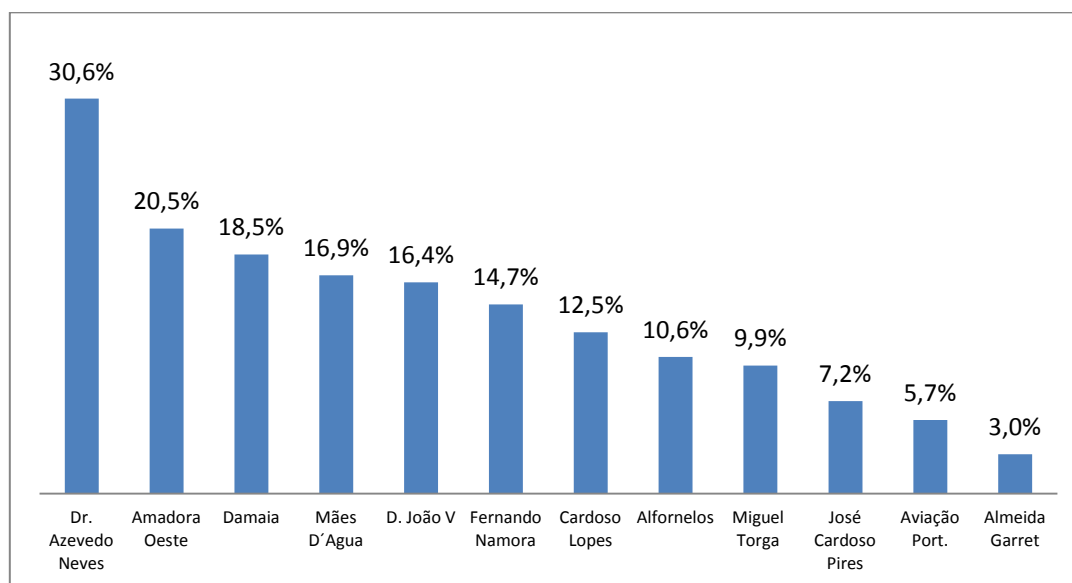
Gráfico n.º 20 – Nacionalidade dos alunos estrangeiros inscritos no ano letivo 2017/18



Fonte: Divisão de Intervenção Educativa

Face à informação recolhida, constata-se diferenças significativas na distribuição dos alunos estrangeiros pelos agrupamentos do concelho, sendo o melhor exemplo desta discrepância o Azevedo Neves em que representam 30,6%, comparativamente ao Almeida Garret onde somente 3% dos jovens são imigrantes.

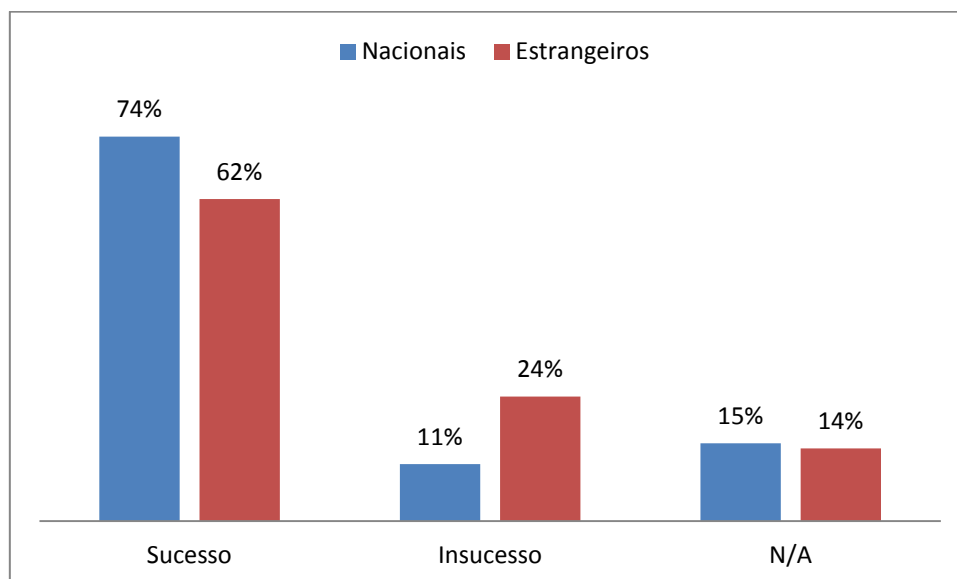
Gráfico n.º 21 – Alunos estrangeiros por agrupamento ano letivo 2017/18



Fonte: Divisão de Intervenção Educativa

No que concerne à avaliação do sucesso e insucesso dos alunos dos agrupamentos da Amadora constata-se que a taxa de retenção dos nacionais estrangeiros é superior aos portugueses, representando cerca do dobro com 24%.

Gráfico n.º 22 – Sucesso e insucesso escolar por origem dos alunos, ano letivo 2016/17



Fonte: Divisão de Intervenção Educativa

Perante a diversidade cultural existente na Amadora alguns agrupamentos de escolas implementaram projetos com o objetivo de promover a inclusão dos alunos imigrantes criando assim, melhores condições de sucesso e de igualdade face à restante população escolar.

Neste âmbito destacam-se as seguintes iniciativas, desenvolvidas durante o ano letivo de 2016/2017.

Quadro n.º 2 – Projetos educativos de integração de crianças estrangeiras

Agrupamento	Projeto	Objetivo(s)
Mães de Água	O pequeno Staney veio à escola	Contribuir para aquisição e ampliação de conhecimentos, promover o intercâmbio com alunos e professores de outras culturas e fomentar o gosto pela aprendizagem e elevar as expectativas dos alunos em relação à escola.
Mães de Água	Acolher e Integrar	Criação de uma orientação escolar mais ajustada em termos pedagógicos, sociais e culturais a alunos estrangeiros. O projeto proporciona a integração num “ano zero” de ensino do português.
Damaia	Turma de Acolhimento	Consiste no apoio aos alunos desde o 1º ao 3º ciclo de escolaridade e que para os quais se torna necessário acelerar a aprendizagem da língua de escolarização. As atividades de imersão linguística desenvolvidas na turma de acolhimento, de forma lúdica e/ou académica, adequadas à faixa etária e ao nível de ensino e proficiência linguística de cada um. ⁶

⁶ TAFOI, BELISANDRA, (2017) Turma de Acolhimento.

Neste âmbito importa destacar a iniciativa “Selo Escola Intercultural” desenvolvida em conjunto pela Direcção Geral de Educação (DGE) e o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), com vista a distinguir as escolas que desenvolvem projetos e/ou iniciativas que visem a promoção da diversidade e a integração dos alunos estrangeiros. No concelho da Amadora o Agrupamento de Escolas da Damaia, recebeu o Selo de Escola Intercultural na 4ª Edição desta iniciativa, referente aos anos letivos de 2015-2016 e 2016-2017, esta distinção decorreu da implementação do projeto “Turma de Acolhimento”.

Para além do ensino regular e dos projetos específicos desenvolvidos nas escolas para os alunos estrangeiros, existem no território da Amadora diferentes ações de ensino da língua portuguesa, elemento central na integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento.

Existe na cidade da Amadora um conjunto de iniciativas que se propõem aumentar as competências da população imigrante no domínio da língua portuguesa, nomeadamente:

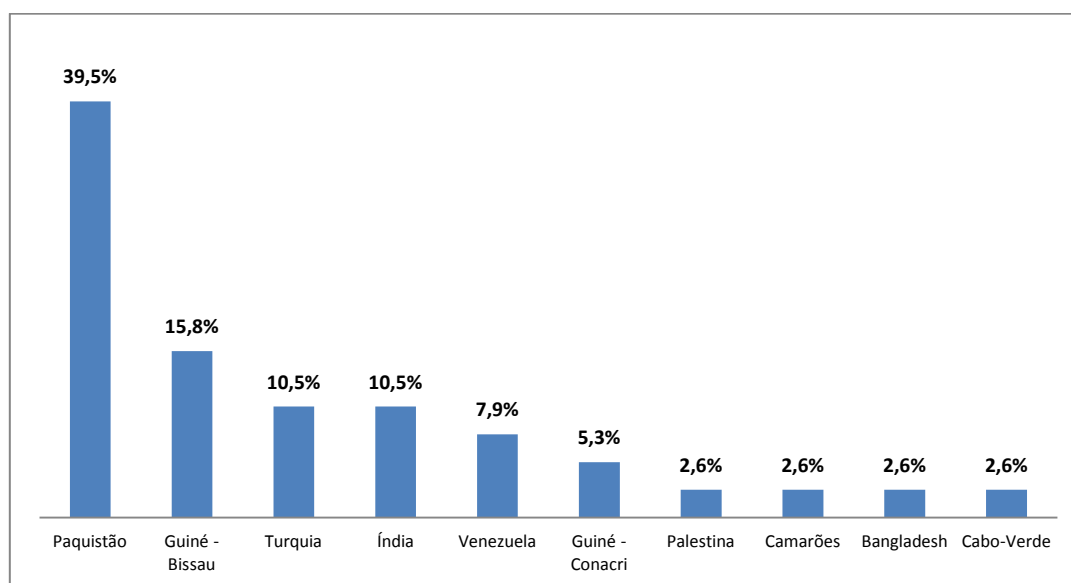
Quadro n.º 3 – Ações de alfabetização para adultos 2017/18

Ação	Entidade promotora	Características
Alfabetização	Associação Cultural Moinho da Juventude	Aulas de alfabetização informais de acordo com as necessidades dos grupos, é baseado na metodologia de Paulo Freire. Inicia-se anualmente em setembro, termina em agosto, o público-alvo são adultos e a população maior. As aulas são lecionadas por voluntários, assegurando a sustentabilidade das mesmas.
Alfabetização e Iniciação ao Português	Associação de Solidariedade do Alto da Cova da Moura	Aula de alfabetização e de iniciação do português, ministradas pela Associação Lusófona para o Desenvolvimento do Conhecimento (ALC), com o financiamento do Fundo Asilo Migrações e Integração (FAMI), com um carácter formal e com conteúdos programáticos definidos. As aulas decorrem no período escolar e são direcionadas a adultos e à população maior.
Alfabetização e Iniciação ao Português	Associação de Intervenção Comunitária Desenvolvimento Social e de Saúde	Aulas de alfabetização informais e de acordo com as necessidades da população, dirigida sobretudo a adultos e à população maior. As aulas coincidem com o ano letivo e são lecionadas por voluntários. Aula de alfabetização e de iniciação do português, ministradas pela Associação Lusófona para o Desenvolvimento do Conhecimento (ALC), com o financiamento do Fundo Asilo Migrações e Integração (FAMI), com um carácter formal e com conteúdos programáticos definidos. As aulas decorrem no período escolar e são direcionadas a adultos e à população maior.
Português para Todos, nível A2+A1 e B1+B2	Escola secundária D. João V Associação Jardim Escola São João de Deus	Atividade financiada pelo POPH e coordenada pelo ACM. Ação concede a certificação A1+A2 – O Português para Falantes de Outras Línguas - O utilizador elementar no país de acolhimento; e a certificação B1+B2 - O Português para Falantes de Outras Línguas - O utilizador independente no país de acolhimento.

Para o ano de 2017/18 as principais nacionalidades que se encontram inscritas para frequentar o curso de Português para Todos, são a Paquistanesa (39,5%) a Guineense (15,8%) e a Indiana /Turca (10,5%).

A aprovação na formação, assegura aos participantes a certificação de conhecimento que é necessária para a obtenção da nacionalidade portuguesa, sobretudo para os imigrantes fora do espaço lusófono, sendo esta uma motivação relevante para a inscrição e frequência das aulas.

Gráfico n.º 23 – Nacionalidade alunos Português para Todos, Escola D. João V 2017/18



Fonte: Divisão de Intervenção Educativa, CMA

Para além da turma do Agrupamento de Escolas D. João V a Associação de Jardim Escola São João de Deus, também tem um curso de português para estrangeiros em que a principal nacionalidade é a paquistanesa que representa mais de 50% do total de alunos, numa turma composta por nacionais da Índia, Ucrânia, Bangladesh e Guiné – Bissau.

Ainda no âmbito do ensino da língua foi desenvolvido na Amadora durante o ano de 2017 uma ação da metodologia SPEAK com o financiamento do Fundo de Asilo Migrações e Integração (FAMI) que contou com a participação de 33 pessoas, divididos por quatro turmas para a aprendizagem de português e inglês. Esta iniciativa foi realizada no casal da mira e no bairro da cova da moura.

Paralelamente ao sistema educativo formal e desempenhando funções complementares, encontram-se implementados no Concelho da Amadora 5 projetos Escolhas 6ª Geração. Estes projetos resultam de candidaturas a financiamento ao Programa Escolhas, devendo terminar no final de 2018.

Em conjunto com parcerias de consórcio locais as entidades responsáveis por cada projeto procuram contribuir para os objetivos do programa: 'O Programa Escolhas tem como objetivos principais a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social e tem a função de promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis.'⁷ Os projetos implementados na Amadora localizam-se em territórios com maiores fragilidades e envolvem um grande número de crianças e jovens nacionais e naturais de países estrangeiros, ou com ascendência de nacionais ou naturais de países terceiros.

⁷ <http://www.programaescolhas.pt/> - consulta em Novembro de 2017

Quadro n.º 4 – Projetos Escolhas em execução

Projeto	Território
Percursos Acompanhados	Bairro do Zambujal
Do outro lado do Bairro	Falagueira/Venda Nova
2Brave	Estrada Militar da Damaia
Loja Mira Jovem	Casal da Mira
A Rodar no Bairro	Casal do Silva e Quinta da Lage

A distribuição da população envolvida por cada projeto encontra correspondência nas várias nacionalidades e grupos étnicos representados em cada bairro, ganhando maior expressão os nacionais, naturais ou descendentes de Cabo Verde, São Tomé e Guiné Bissau. As principais tipologias de atividades desenvolvidas no âmbito dos projetos Escolhas são o acompanhamento familiar e desenvolvimento de competências emocionais, apoio ao estudo, treino de competências cognitivas, desenvolvimento de competências de informática, as atividades de expressão artística (artes plásticas, pintura, teatro, dança, música) e desportiva (futebol, ping-pong, judo, patinagem), apoio à formação profissional e integração no mercado de trabalho, promoção do empreendedorismo, entre outras.

Na consulta efetuada aos imigrantes na área da educação e da língua a importância da proficiência correta do português é comumente considerada muito importante, em especial para aceder ao mercado de trabalho e aos serviços, no entanto, os entrevistados referem que a oferta de ensino da língua é insuficiente e é sugerido o seu alargamento e gratuidade.

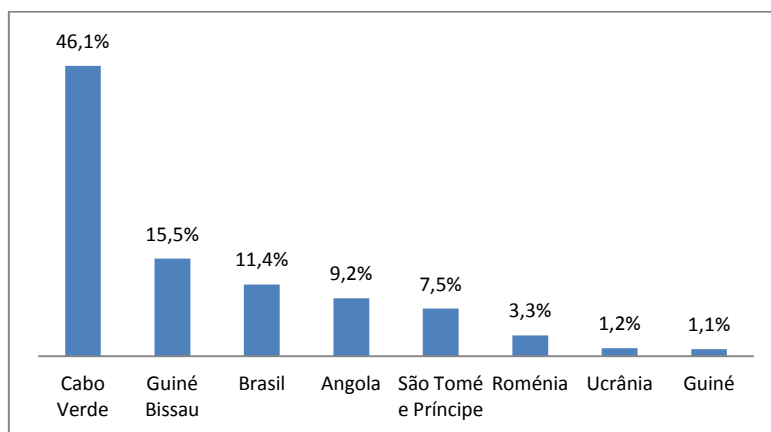
Relativamente aos focus group e às reuniões da plataforma de acompanhamento/Urbact os principais problemas identificados, estão sobretudo relacionados com as crianças estrangeiras e focam-se no abandono escolar precoce, na falta de recursos das famílias que condiciona o prosseguimento dos estudos dos menores e noutro âmbito na concentração excessiva de filhos de imigrantes em determinadas escolas. Para além das vulnerabilidades específicas apontadas é também referido alguma falta de recursos e competências das escolas para lidar com alunos de origem cultural diferente.

Capacitação e formação

Nas diversas ações de formação profissional a decorrer na cidade da Amadora verifica-se uma presença importante da população com nacionalidade estrangeira, reflexo da sua presença no território, e com especial incidência para imigrantes oriundos de países de língua oficial portuguesa.

Relativamente aos dados cedidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional e referentes a 2016, constatamos que do total de 729 nacionais de países estrangeiros que participaram em ações de formação, os nacionais dos PALOP's representam cerca de 78% dos formandos.

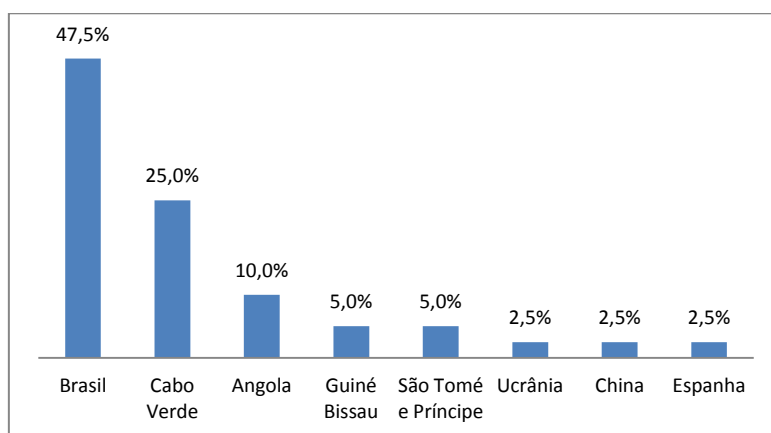
Gráfico n.º 24 – Nacionalidade dos formandos estrangeiros na Amadora 2017/18



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Analisando os dados cedidos pela Escola Profissional Educação Gustave Eiffel referentes a 2016 constata-se que cerca de 11% dos alunos em formação profissional tinham nacionalidade estrangeira, com maior preponderância para os nacionais do Brasil e de Cabo – Verde, representando um valor próximo dos 75%.

Gráfico n.º 25 – Nacionalidade formandos Escola Gustave Eiffel 2017/18



Fonte: Escolas Gustave Eiffel

Nas entrevistas realizadas à população migrante, existe um consenso generalizado sobre a importância da formação para aceder não só ao mercado de trabalho, mas também para conseguir um emprego mais qualificado e com uma melhor remuneração. Neste âmbito é igualmente referida a capacitação como uma forma de prevenção de comportamentos desviantes por parte dos jovens e apoio fundamental para sua integração no mercado de trabalho. No que concerne ao focus-group realizado com os técnicos e às reuniões do grupo de acompanhamento/urbact é destacado algum desfasamento entre as necessidades de formação e as ofertas de emprego disponível, bem como, problemas associados à certificação académica dos imigrantes que podem inviabilizar a frequência de ações de formação, obrigando em alguns casos a um processo de reconhecimento, validação e certificação de competências.

Cultura

Face à diversidade cultural existente na Amadora, é realizado um conjunto de atividades culturais associados às comunidades estrangeiras, destacando-se a comemoração das datas de independência e um leque abrangente de iniciativas com especial enfoque para a dança e música. Por norma estas

atividades são dinamizadas por associações locais, centradas nos territórios em que as várias comunidades têm expressão.

No âmbito do I PMII a Associação Cultural Moinho da Juventude (ACMJ), realizou um levantamento das atividades culturais existentes no concelho da Amadora, das quais se destacam as seguintes, mais próximas das comunidades estrangeiras.

Quadro n.º 5 – Atividades culturais das comunidades

Instituição	Atividades	Território
Academia Jonhson	Trabalha no bairro do Zambujal, desenvolvendo atividades com jovens da Buraca da Boavista e da Cova da Moura, com especial enfoque para as atividades desportivas	Alfragide
Associação Bué de Fixe	Desenvolve um trabalho de carácter cultural à volta da questão de sexualidade, elaborando uma revista e materiais culturalmente sensíveis. Além do seu trabalho contínuo, apresenta-se em encontros comunitários mais amplos, nos bairros da Amadora, mas também no estrangeiro, como em São Tomé e Príncipe.	Falagueira – Venda Nova
Associação Cavaleiros de São Brás	Situada no bairro de São Brás, na freguesia Mina de Água, a ACSB dinamiza eventos comunitários de poesia e de batuque. Realiza comemorações de carácter histórico-cultural, como, por exemplo, em prol da personalidade de Amílcar Cabral, além de festividades culturais por ocasião do aniversário da associação, em Outubro de 2016.	Mina de Água
Associação Cultural Moinho da Juventude	Do rico historial e presente em termos culturais da ACMJ destacam-se duas atividades: a “Kola San Jon” e o grupo de mulheres batucadeiras, as “Finka Pé”. A “Kola San Jon”, de origem cultural cabo-verdiana, realiza-se como um desfile musical/festa no Bairro da Cova da Moura. Tornou-se objeto de múltiplos trabalhos académicos. Um documentário etnográfico sobre a “Kola” foi distinguido com o “Intangible Heritage Documentation Award”, no “6th Folk Music Film Festival” de Kathmandu/Nepal em 2016. O Grupo de Batuque “Finka Pé” performa batucadas em conjunto com a dança e cantos, dando assim expressão às suas preocupações vitais. Dinamiza no mês de julho os Festiva da Juventude “Kova M Festiva”, um festival intercultural que conta com a participação de sensivelmente 40 grupos e em simultâneo com uma mostra gastronómica e de diversos materiais.	Águas Livres
Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde	Tem desenvolvido a sua atividade recorrendo, entre outros, ao uso e à publicação de materiais culturalmente específicos orientados para o seu público-alvo. Participou e organizou vários encontros de carácter científico e profissional sobre questões específicas, numa ótica cultural.	Encosta do Sol
Associação de Solidariedade Social do Alto da	Promove o "Grupo de Danças e Cantares Alto do Moinho". Com as suas atuações o grupo pretende contribuir, de forma variada, para a	Águas Livres

Cova da Moura	conservação do folclore português. Têm um desfile na altura do Carnaval e comemora a data de independência de Cabo Verde.	
Centro Social 6 de Maio	O Centro Social 6 de Maio, promove um grupo de batuque de mulheres cabo-verdianas.	Falagueira – Venda Nova
Grupo de Teatro do Oprimido	O Grupo de Teatro Fórum da Cova da Moura e do Zambujal - "Os DRK" - desenvolve um trabalho de performance de teatro à volta de questões do racismo e de problemas sociais.	Águas Livres
Junta de Freguesia Falagueira Venda-Nova	Dinamiza o Festival Intercultural, iniciativa que teve o seu início em setembro de 2006 no Parque Aventura, tem o objetivo de ser uma atividade de promoção da interculturalidade na Amadora. Esta atividade é desenvolvida com o apoio de diversos grupos etnográficos que representam as diferentes culturas presentes na Amadora.	Falagueira – Venda Nova

Por outro lado os 5 projetos Escolhas em implementação no território desenvolvem de forma continuada atividades de cariz cultural com os respetivos públicos. São exemplo:

Quadro n.º 6 – Exemplos de atividades dos Projetos Escolhas

Projeto	Iniciativa	Descrição
Do Outro Lado do Bairro	Criar Te	Descobrimo o movimento artístico “Arte Povera” os nossos pequenos artistas vão criar novas abordagens através de materiais “pobres” do quotidiano, como cortiças, madeiras, cartão, jornais, etc. Atividade lúdico-pedagógica com o objetivo de incutir nos participantes a necessidade de compreender que todos fazemos parte de algo maior que devemos cuidar com carinho: o planeta Terra.
Do Outro Lado do Bairro	Tenda	Oficina de artes circenses – Dinamização de atividades sócio desportivas e culturais de técnicas circenses. Envolvimento e capacitação da população, tendo em vista a sua autonomia e participação social. Promoção de competências pessoais, sociais através de ferramentas de educação não formal.
Loja Mira Jovem	Visitas Culturais	Visitas de carácter cultural, que são uma oportunidade para os jovens alargarem os seus conhecimentos e experiências. Esta atividade tem uma forte relação com o acompanhamento escolar, tendo em conta que a participação dos jovens nestas visitas é associado como o seu comportamento e esforço na melhoria do desempenho escolar.
Loja Mira Jovem	Eventos Comunitários	Realização de eventos de cariz comunitário. A sua conceção e realização prevê a participação dos jovens do Grupo de Jovens e da Mirativa. Pretende-se envolver o resto da comunidade em atividades desportivas/culturais como por exemplo: Torneios de Futebol; Sessões de Teatro; Festival de Dança; Sessões de Cinema; Festa de Natal.

Na consulta efetuada aos imigrantes na área da cultura, destacam-se a necessidade de uma maior apoio às atividades culturais desenvolvidas pelas comunidades, sobretudo às festividades da Kola de San Jon, e a outro nível estas iniciativas são consideradas importantes para a expressão da identidade das comunidades e contribuem para o sentido de pertença na sociedade de acolhimento.

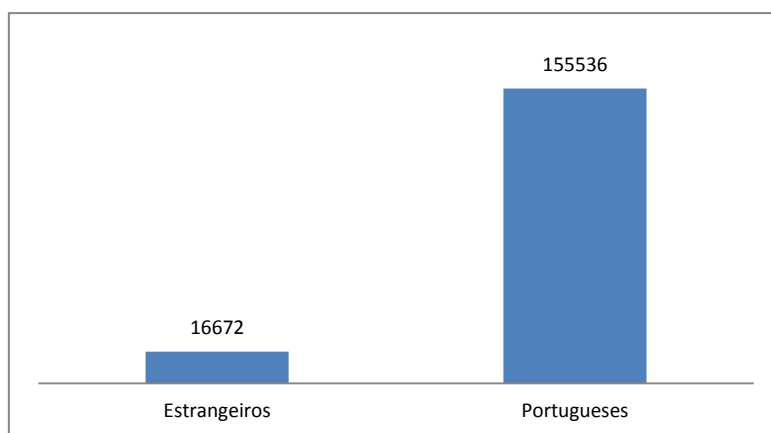
No que concerne aos técnicos do focus-group e da plataforma de acompanhamento/Urbact os principais problemas identificados, estão relacionados com a falta de visibilidade das atividades desenvolvidas pelas comunidades e à reduzida cooperação entre instituições, sendo neste âmbito, sugerido uma maior agregação e coordenação entre iniciativas bem como, um aprofundar de relações entre as associações e o município.

Saúde

No que concerne à área da saúde na Amadora, verifica-se que a população estrangeira inscrita nas unidades de saúde do concelho, corresponde à totalidade dos imigrantes residentes no território o que nos permite constatar que existe um acompanhamento de saúde universal. Os números apresentados, refletem as inscrições definitivas com número de utente e excluem as esporádicas ou temporárias o que reforça a perceção de que os imigrantes beneficiam do acesso aos cuidados de saúde, participando os custos via taxas moderadoras à semelhança dos nacionais.

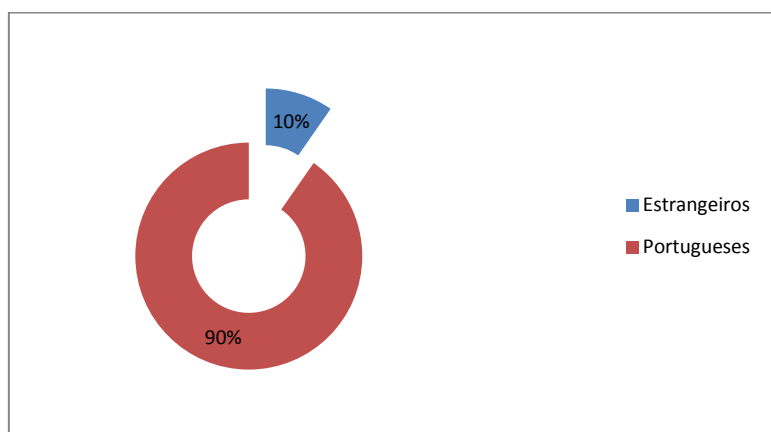
Face ao exposto, importa referir que os migrantes regulares acedem ao Serviço Nacional de Saúde nas mesmas condições que os cidadãos nacionais, contrariamente aos irregulares que tem uma inscrição esporádica e acesso universal mas com custos diferenciados o que em situações de maior fragilidade, pode constituir uma barreira de acesso aos serviços de saúde.

Gráfico n.º 26 – Inscritos no Registo Nacional de Utentes por origem 2017



Fonte: ACES Amadora

Gráfico n.º 27 - Inscritos no Registo Nacional de Utentes por origem 2017



Fonte: ACES Amadora

No anterior diagnóstico do Plano, foram referidos um conjunto de dados na área da saúde, decorrentes dos censos de 2011 que não existindo atualização, importa fazer um resumo para enquadrar a área da saúde e das migrações, sendo que, não é possível a desagregação dos dados do Serviço Nacional de Saúde para o Concelho da Amadora⁸.

Assim sendo nos dados referentes a 2011, constata-se que a taxa de fecundidade das mulheres estrangeiras é superior a das nacionais, com destaque para as nacionalidades, chinesas, romenas e cabo-verdiana. Estes dados reforçam a importância dos imigrantes no aumento das baixas taxas de natalidade necessárias para a renovação de gerações. Por outro lado no que concerne à mortalidade, os dados apresentados demonstram que os estrangeiros têm uma taxa bastante inferior aos portugueses, com destaque para os nacionais da China, Brasil e Roménia. Estes dados são fundamentados por questões culturais que contribuem para um regresso aos países de origem no fim de vida e pelo facto de os fluxos migratórios para o Portugal poderem ser considerados recentes⁹.

Pela diversidade cultural e presença de população residente proveniente de determinados países e grupos étnicos, de acordo com o estudo “Mutilação Genital Feminina: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação¹⁰” o concelho da Amadora é um território de risco deste fenómeno, uma vez que, cerca de 12,1% do total das nacionais de países africanos onde esta prática existe reside no concelho. Esta perceção de risco é igualmente ampliada pelo facto de os distritos de Lisboa e Setúbal concentrarem 84% do total da desta população.

Na área da mutilação genital feminina, importa referir as atividades desenvolvidas pela Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e Saúde (AJPAS) das quais se destacam as ações de formação, os encontros de trabalho, as campanhas de informação e o trabalho em parceria com outras instituições com vista à eliminação desta prática.

Nas entrevistas realizadas com população imigrante foi identificada a dificuldade de aceder aos serviços de saúde primários, seja pela não atribuição de médicos de família nas unidades de saúde, seja pela dificuldade de acesso geográfico (distanciamento das unidades de saúde, custo dos transportes

⁸ Oliveira, Catarina Reis; Gomes, Natália – *Monitorizar a integração de Imigrantes em Portugal: Relatório Estatístico Decenal* - Observatório das Migrações, 2014

⁹ MACHADO, Fernando Luís e outro – *Imigrantes Idosos: uma nova face da imigração em Portugal* (Estudos OI);39)

¹⁰ Lisboa, Manuel – *Mutilação Genital Feminina: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação*,2015

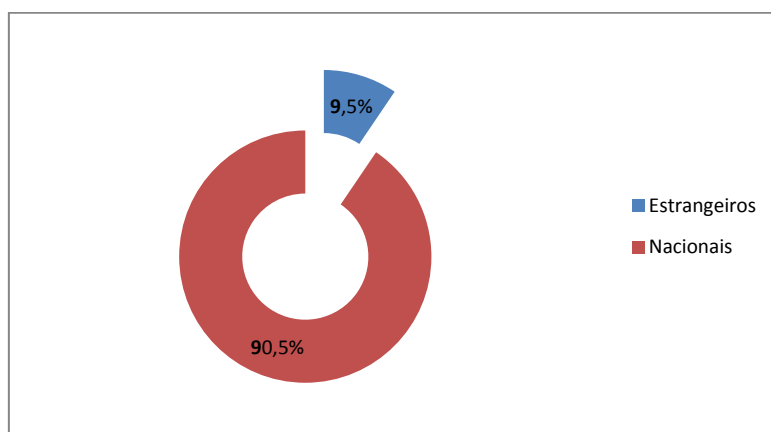
públicos), esta dificuldade é particularmente sentida pelos migrantes irregulares. Outros constrangimentos referidos estão relacionados com questões legais, administrativas e linguísticas que podem constituir barreiras no acesso aos cuidados de saúde por parte da população estrangeira.

Por outro lado, foram ainda abordadas as dificuldades sentidas pelos imigrantes residentes na Amadora que chegam a Portugal ao abrigo dos protocolos da saúde, nomeadamente, ao nível das garantias de subsistência, de acesso a outros serviços públicos e apoios sociais. Ainda neste contexto, foi reforçada a dificuldade de articulação com as embaixadas dos diversos países, responsáveis pela operacionalização dos protocolos de saúde. Outro problema evidenciado neste âmbito, está relacionado com o facto de alguns beneficiários destes acordos, permanecerem em Portugal findos os tratamentos em situação irregular o que cria dificuldades adicionais em aceder aos recursos e mecanismos de apoio social, potenciando situações de fragilidade e exclusão.

Solidariedade e resposta social

Em 2016, os beneficiários estrangeiros do Rendimento Social de Inserção (RSI) representavam 9,5% do total de utentes a receber esta prestação social, comparativamente com 90,5% de nacionais.

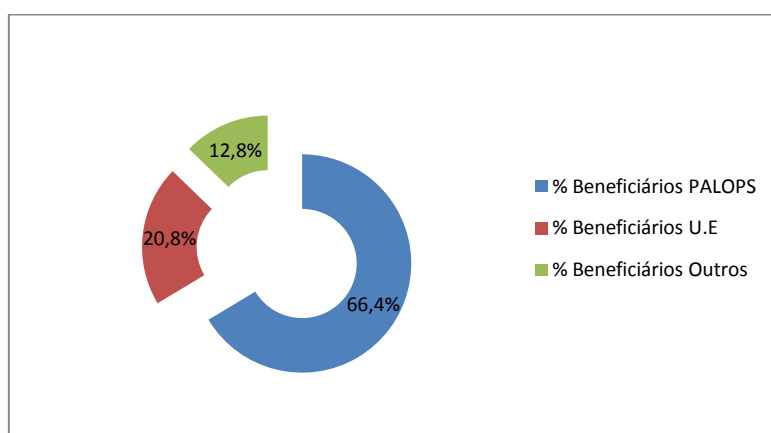
Gráfico n.º 28 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por origem 2016



Fonte: Instituto da Segurança Social, IP

Do total de beneficiários imigrantes, os nacionais de países dos PALOP's representam 66,4%, sendo seguidos pelos nacionais da União Europeia com 20,8% e das restantes nacionalidades com 12,8%.

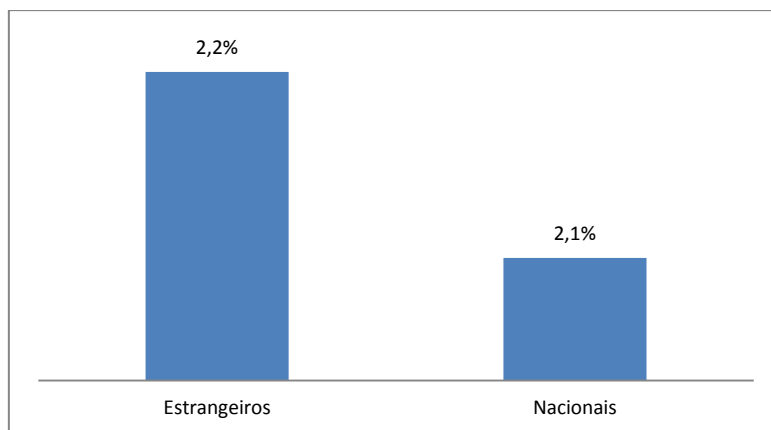
Gráfico n.º 29 – Beneficiários estrangeiros do Rendimento Social de Inserção por origem 2016



Fonte: Instituto de Segurança Social, IP

Comparativamente ao total da população verifica-se que não existem diferenças significativas entre os estrangeiros e os nacionais, representando 2,2% e 2,1% respetivamente. Sendo que os imigrantes são em número ligeiramente superior, face ao total da sua população o que pode indiciar uma maior fragilidade social.

Gráfico n.º 30 – Beneficiários de Rendimento Social de Inserção face à população total 2016



Fonte: Instituto da Segurança Social, IP

Analisando a distribuição dos beneficiários do Complemento Solidário para Idosos (CSI) por nacionalidade em 2016, constata-se que apenas 14% do total são estrangeiros e os restantes 86% são portugueses. No entanto, realizando uma análise comparativa com a população total constata-se que 1,6% dos idosos estrangeiros recebem esta prestação, comparativamente com 0,9% dos nacionais o que indícia um maior risco de pobreza para os seniores imigrantes.

Ainda no âmbito da solidariedade é de destacar o Programa Mentores para Migrantes (PMM), criado em 2012 em resultado de uma parceria entre o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e o Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE) e que tem como um dos seus principais objetivos “proporcionar apoio, acompanhamento, orientação para a resolução de dificuldades ou preocupações dos/as imigrantes com vista à sua integração¹¹”. O município da Amadora, a Associação Cultural Moinho da Juventude (ACMJ), Associação de Solidariedade do Alto da Cova da Moura (ASSACM) e a Pressley Ridge, constituem a parceria que no território dinamiza e implementa este programa de solidariedade e voluntariado.

Durante a vigência deste projeto e até Dezembro de 2017, encontravam-se inscritos na plataforma online do programa na Amadora os seguintes mentores:

Quadro n.º 7 – Quadro resumo do Programa Mentores

Mentores/Mentorias	N.º de Inscritos
Mentores Inscritos	17
Mentores ativos	8
Mentorias desenvolvidas	12

Fazendo uma análise às mentorias desenvolvidas, constata-se que na sua maioria, focam-se nas questões do emprego, ensino da língua e apoio social, sendo estas as áreas nas quais os imigrantes mais pedem ajuda.

¹¹ Consulta mentores.acm.gov.pt

No âmbito dos processos participativos da construção do Plano com imigrantes e com os técnicos os problemas referidos identificam-se na sua maioria com as necessidades da população da Amadora: desemprego, baixos rendimentos, elevado custo da habitação, carência de alimentos, acesso a vagas comparticipadas em creche. Sendo que no caso dos imigrantes, destacam-se a menor disponibilidade de redes de apoio informal e/ou familiar, a situação das mães solteiras e os consequentes constrangimentos no acesso ao mercado de trabalho e por último a dificuldade de conseguir assegurar a subsistência sem os apoios sociais por parte de algumas famílias.

Cidadania e Participação Cívica

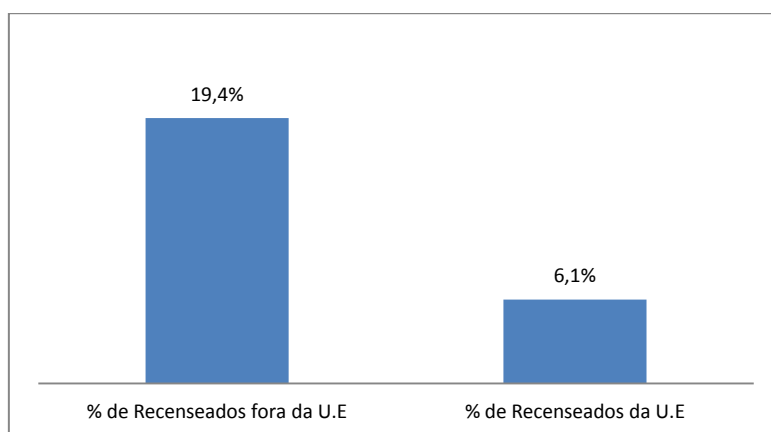
No que concerne ao recenseamento eleitoral e de acordo com o quadro legal em vigor, nomeadamente, a Declaração n.º 30/2007 que identifica os nacionais dos países com capacidade eleitoral passiva (Ser eleito) e ativa (Exercício do voto), que são os seguintes:

Quadro n.º 8 – Nacionalidades por Capacidade e Eleitoral

Capacidade Eleitoral	Países
Capacidade Eleitoral Ativa	a) Estados Membros da União Europeia; b) Brasil e Cabo Verde; c) Argentina, Chile, Colômbia, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Peru, Uruguai e Venezuela;
Capacidade Eleitoral Passiva	a) Estado Membros da União Europeia; b) Brasil e Cabo Verde.

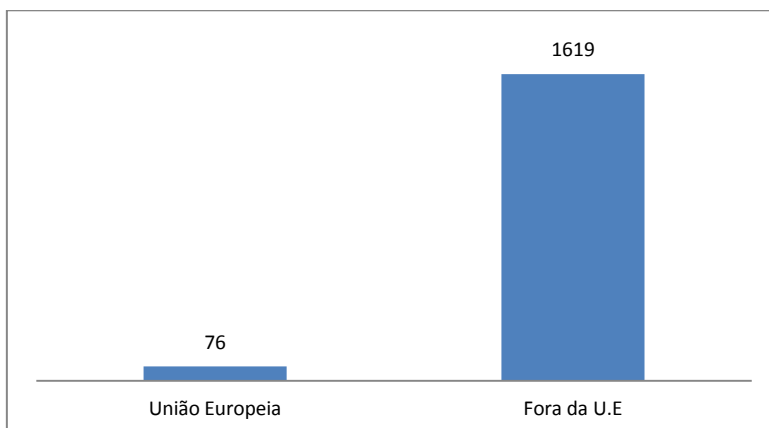
Face a estes dados e no contexto migratório da Amadora, verifica-se que dos nacionais de países terceiros com capacidade eleitoral ativa, somente 19,4% se encontram recenseados, no que concerne aos cidadãos da união europeia, a taxa ainda é menor representando 6,1% do total.

Gráfico n.º 31 – Estrangeiros recenseados face ao total da população com capacidade eleitoral ativa 2017



Fonte: Juntas de Freguesia

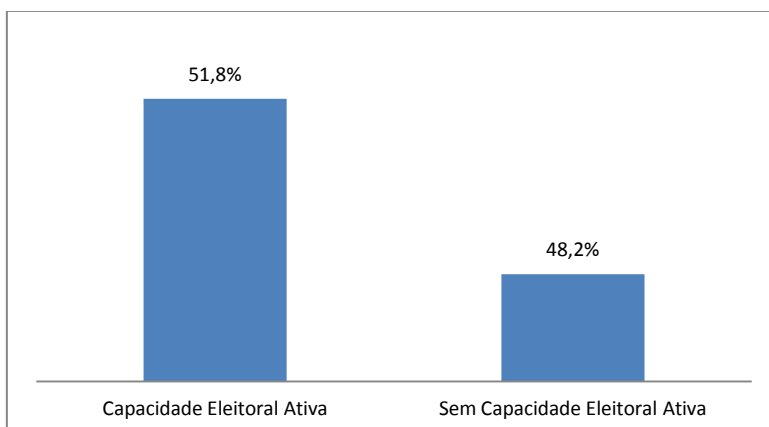
Gráfico n.º 32 – Total de estrangeiros recenseados por origem 2017



Fonte: Juntas de Freguesia

Do total dos estrangeiros residentes na Amadora e de acordo com o quadro legal em vigor, somente cerca de metade dos imigrantes (51,8%), tem condições de poder ver reconhecida a sua capacidade eleitoral, caso cumpram as condições legais necessárias, nomeadamente, a maioria e um tempo determinado de residência regular (2 a 4 anos) em Portugal.

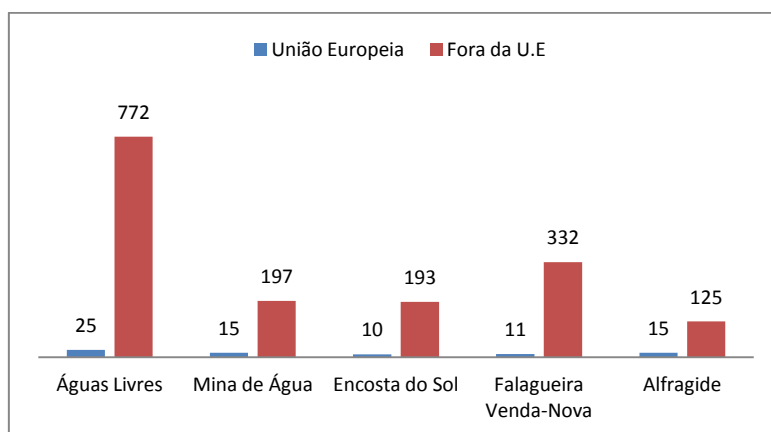
Gráfico n.º 33 – Capacidade eleitoral ativa dos estrangeiros residentes



Fonte: Junta de Freguesias

Na distribuição do número de recenseados pelo território, destaca-se a Junta de Freguesia das Águas Livres, com cerca de 800 eleitores estrangeiros, facto ao qual não será alheio o elevado número de imigrantes residentes neste território.

Gráfico n.º 34 – Estrangeiros recenseados por Freguesias 2017



Fonte: Juntas de Freguesia

O Município da Amadora tem um Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo que tem como principais funções o reconhecimento e o apoio às associações que desejem constituir-se no território, este recurso constitui um apoio à participação cívica e cidadã na vida da cidade a todos e a todas que nela residem. Neste gabinete, encontram-se reconhecidas também um conjunto de associações que representam ou apoiam as populações estrangeiras e que desenvolvem as suas atividades no concelho.

Quadro n.º 9 – Lista de Associações acreditadas no GAMA (Set.2016)

Academia do Jonhson Semedo
AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde
AMCI – Associação Multicultural Islâmica
Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura
Associação Cultural Moinho da Juventude
Centro Social 6 de Maio
Pressley Ridge – Associação de Solidariedade Social
Bué Fixe – Associação de Jovens

No âmbito da construção do I e II Plano Municipal para a Integração de Imigrantes (PMII), um conjunto de instituições com intervenção na área das migrações no território da Amadora, colaborou no desenho e na implementação destes instrumentos de planeamento e ação na cidade, com vista a integrar os imigrantes que aqui residem.

As instituições locais e nacionais que atualmente compõem a **Plataforma de Acompanhamento ao Plano** são as seguintes:

Quadro nº 10 – Plataforma de Acompanhamento ao PMII 2017-2020

Instituição	Âmbito
Associação Cultural Moinho da Juventude	Local
Associação de Solidariedade do Alto da Cova da Moura	Local
AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e Saúde	Local
Pressley Ridge – Associação de Solidariedade Social	Local
Centro Social 6 de Maio	Local

Associação de Jardins Escola São João de Deus	Local
Raízes – Associação de Apoio à Criança e ao Jovem	Local
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Nacional
Polícia de Segurança Pública	Nacional

Para além do envolvimento de entidades externas ao Município é igualmente de destacar o envolvimento do Gabinete de Projetos Especiais e da Divisão de Intervenção Educativa, no desenvolvimento e implementação do PMII.

Face à diversidade presente na Amadora, existem outras associações que têm origem nas diferentes comunidades culturais, religiosas que desenvolvem a atividade no concelho e constituem também recursos ao serviço dos imigrantes e da sua integração.

Quadro n.º 11 – Outras Instituições

Associação a Partilha
Associação Unidos de Cabo Verde
Associação Suna
Aldeia Lusófona
Associação de Moradores do Casal da Mira
Associação Mira Ativa
Instituto União da Comunidades
Cavaleiros de São Brás
Kumunidade di Rubera
Associação de Moradores do Bairro da Cova da Moura
Associação Caza
Associação dos Amigos da Encosta Nascente
Centro Português de Estudos Árabe Pulaar e Cultura Islâmica
Associação de Filhos e Amigos de Bula na Diáspora

Das instituições apresentadas nos quadros anteriores, somente seis, têm representação no Concelho Social Local de Ação Social (CLAS), nomeadamente, a Associação de Intervenção Comunitária Desenvolvimento Social e de Saúde (AJPAS), Associação Jardins Escola São João de Deus, Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura, Associação Cultural Moinho da Juventude, Associação Unidos de Cabo Verde e a Associação Pressley Ridge. Sendo que a adesão ao CLAS, depende da apresentação de uma proposta de adesão por parte das instituições interessadas.

Nas entrevistas com a população estrangeira sobre esta área específica, os principais problemas identificados reportam-se a uma maior necessidade de colaboração entre o município e as associações locais, com vista a potenciar a capacidade de intervenção destas organizações, sendo referido a importância que o Programa de Apoio ao Movimento Associativo pode ter neste processo. No entanto, é reconhecida a importância das associações no exercício cívico das comunidades na vida da cidade, e no apoio às pessoas no acesso aos seus direitos de cidadania.

No que concerne ao focus group e às reuniões da Plataforma local/Urbact um dos principais constrangimentos identificados, refere-se à reduzida participação dos imigrantes nos instrumentos de cidadania existentes, evidências que também se estendem às suas associações. Por último, destaca-se a questão relacionada com a vivência comunitária que é feita sobretudo no interior dos bairros, em detrimento do resto da cidade.

Media e sensibilização da opinião pública

No que concerne aos media e à sensibilização da opinião pública, importa destacar os dados constantes no anterior diagnóstico referentes a um levantamento de notícias realizado na imprensa escrita, com o objetivo de avaliar a representação dos imigrantes e das suas comunidades nos órgãos de comunicação.

Este levantamento foi realizado entre 2008 e 2014 no âmbito do Projeto C4I – Communication for Integration, um projeto promovido pelo Conselho da Europa e cofinanciado pela Comissão Europeia, com atividades desenvolvidas em 10 cidades da UE.

Neste âmbito foram analisadas 77 peças informativas, retiradas de quatro jornais nacionais (3) e locais (1), estas foram alvo de categorização de palavras negativas e positivas, como estratégia para compreender o tipo de mensagem vinculada pela comunicação social sobre esta população na Amadora.

Analisando de forma comparativa os resultados, constata-se¹²:

	Palavras mais frequentes	Palavras positivas		Palavras negativas	
PSP	102	Comunidade	26 18,3%	Suspeitos	33 15,5%
Bairro	91	Casa	24 17%	Prisão	30 13,8%
Portugal	77	Dinheiro	22 15,5%	Droga	29 13,3%
Lisboa	74	Crianças	21 14,8%	Armas	27 12,4%
Imigrantes	66	Casas	14 9,9%	Arma	23 10,6%
Polícia	59	Amigos	10 7%	Suspeito	18 8,3%
Operação	56	Emprego	10 7,5%	Zona	15 6,9%
Detidos	55	Liberdade	10 7%	Faca	9 4,1%
Homem	50	Comunidades	5 3,5%	Suspeita	9 4,1%
Crime	44			Degradados	7 3,2%
Illegal	41			Abuso	6 2,8%
PJ	40			Suspeitas	6 2,8%
				Zonas	6 2,8%
		Total	142	Total	218

Na área da comunicação importa também destacar as atividades de sensibilização realizadas na sequência do I Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes, nomeadamente, a manutenção online do site do projeto “Campanha Não Alimente o Rumor” (<http://www.cm-amadora.pt/naoalimenteorumor/>), bem como da página de facebook associada que à data de dezembro de 2017, tinha 1130 seguidores e um significativo número de visualizações de diferentes partes do mundo. Este projeto durante o ano de 2017 foi reconhecido como uma boa prática pelo programa Urbact, numa iniciativa transnacional que decorreu em Tallin na Estónia no mês de outubro.

Na área dos media e da sensibilização da opinião pública, destaca-se também a divulgação de histórias de vida de imigrantes que se destacaram pela positiva com o objetivo de alterar estereótipos e preconceitos negativos existentes, esta iniciativa decorreu no âmbito do projeto “Arrival Cities” do programa Urbact, do qual a cidade da amadora é o lead partner. Importa igualmente referir as newsletters no projeto que periodicamente abordam as questões da promoção da interculturalidade e da integração de imigrantes, nas cidades que integram a parceria transnacional, constituindo como uma ferramenta de comunicação e de sensibilização positiva para as migrações.

¹² Alexandre, Joana, Morais, Rita (et.). *Projeto “Communication for Integration: Social Networks for Diversity (C4I)” – Mapeamento Local – Relatório 1*. CIES – IUL - 2014.

Na sequência da realização das entrevistas aos imigrantes, o principal problema referido está relacionado com a forma como a comunicação social caracteriza de forma negativa as comunidades, associando-as à criminalidade e aos bairros de construção/ocupação ilegal, contribuindo assim para a criação de estereótipos. Face a esta realidade foi mencionada a importância da divulgação de notícias positivas sobre a população imigrante, com um maior envolvimento das associações e do poder local. Noutra âmbito foi referido algum desconhecimento sobre as atividades e recursos existentes, direcionadas às comunidades, sendo sugerido a necessidade de um reforço da informação para que as pessoas possam ter um maior envolvimento e participação.

Relativamente ao focus-group e às reuniões da plataforma de acompanhamento/urbact os problemas referidos são semelhantes aos identificados pelos imigrantes e reforçam a ideia das representações negativas dos imigrantes na comunicação social e a necessidade produzir e divulgar informação positiva e aprofundada sobre as comunidades e o seu impacto no território da Amadora.

Racismo e discriminação

Nesta área específica, não existem novos dados face ao anterior diagnóstico, no entanto, importa referir o estudo realizado no âmbito do Projeto C4II Communication for Integration (2014-2015), em que foi aplicado um questionário a moradores ou trabalhadores do Concelho da Amadora, nacionais de Portugal, com o objetivo de perceber e avaliar as atitudes e perceções relativamente aos imigrantes¹³.

Deste estudo no qual participaram 182 residentes da cidade a principal conclusão aponta para uma rejeição geral dos rumores sobre os imigrantes, ou seja, para uma não concordância em relação aos preconceitos refletidos nestes rumores. Esta rejeição é maior no que se refere aos rumores associados ao trabalho ('Os imigrantes roubam o trabalho aos portugueses', 'Os imigrantes da Amadora tiram o trabalho existente deixando os moradores Portugueses desempregados'), o que aponta para uma menor concordância com estes estereótipos. Ao contrário, a rejeição é menor quando analisados os rumores associados à criminalidade e delinquência ('Os imigrantes estão ligados à criminalidade'), assim como ao uso de apoios e subsídios sociais ('Os imigrantes vivem à custa de subsídios e outros apoios do Estado').

Importa ainda fazer referência ao elevado número de respostas neutras (ex: 'Não concordo nem discordo'), potencial indicador de preconceitos latentes.

O relatório do projeto indica ainda que a maior concordância com os preconceitos e estereótipos refletidos nos rumores está associada a uma maior distância social da comunidade de acolhimento com a população imigrante.

Ainda neste âmbito, importa destacar o trabalho desenvolvido pelo Município como membro fundador da Rede Portuguesa das Cidades Interculturais, projeto que tem como principal objetivo promover o intercâmbio de melhores práticas entre os participantes na rede, na área da integração de migrantes e promoção da diversidade. Durante o ano de 2016, destaca-se a edição de um livro e a promoção de um evento denominado "Amadora Paladares do Mundo" que teve como objetivo a promoção da diversidade e o combate a estereótipos através da gastronomia.

Na sequência das entrevistas realizadas a imigrantes os problemas que mais se destacam nesta área, estão relacionados com o acesso aos serviços uma vez que, consideram que uma menor proficiência da língua portuguesa e/ou a cor da pele pode refletir-se de forma negativa no atendimento, constituindo desta forma um obstáculo à integração. Estas dificuldades são também referidas no acesso ao mercado

¹³ Alexandre, Joana, Morais, Rita (et.). *Projeto "Communication for Integration: Social Networks for Diversity (C4I)" – Avaliação de Impacto – Pré Intervenção – Relatório 2*. CIES – IUL - 2014.

de trabalho. Sendo que é igualmente referido que existe uma melhoria neste âmbito, mas considera-se que ainda persistem situações de discriminação.

No que concerne aos técnicos do focus grupo e da Plataforma de acompanhamento/Urbact o que mais se destaca são os estereótipos negativos que persistem na comunidade face à população estrangeira, associando-os aos benefícios sociais e à criminalidade. Foi igualmente referido como um importante fator de discriminação a residência em determinado território, constituindo uma dificuldade adicional na integração na comunidade.

Relações internacionais

No quadro da estratégia de cooperação e aproximação dos povos, o Município da Amadora estabeleceu, Acordos de Geminação com alguns municípios da CPLP e Espanha, perspetivando o estreitamento dos laços e das relações de amizade e cooperação entre as populações destas cidades, cuja história, cultura e identidade estão ligadas à Amadora.

Quadro n.º 12 – Acordos de germinação estabelecidos

País	Município	Data do acordo	Âmbito
Cabo Verde	Tarrafal	11 de setembro de 1989 ¹⁴	Promoção socioeconómica e desenvolvimento dos tecidos empresariais
Angola	Huambo	27 de julho de 1999	Ações de cooperação
Espanha	Córdoba	6 de outubro de 1989	Áreas da juventude e desporto
Brasil	Piracicaba	20 de março de 2000	Acordo de Geminação estabelecido no âmbito do Festival de Banda Desenhada
Timor	Ailéu	6 de maio de 2000	Implementação de escola local
São Tomé e Príncipe	Gov. Regional de Príncipe	6 de abril de 2011	

O Município da Amadora é parceiro do Projeto Redes para o Desenvolvimento: Da Geminação a uma cooperação mais eficiente, em conjunto com outros municípios portugueses. Esta rede destina-se a promover novos canais de comunicação entre as autoridades locais nacionais e internacionais, fomentando a partilha de práticas e a formação de equipas técnicas para a cooperação.

No âmbito dos processos consultivos do Plano, tanto os imigrantes com os técnicos, identificaram algumas dificuldades na comunicação e acesso à informação com as embaixadas dos países de origem, sendo que, estes problemas não são transversais e não afetam todos os imigrantes por igual. No entanto, pode criar obstáculos à regularização em Portugal ou no acesso à nacionalidade portuguesa, uma vez que, alguns documentos dependem das embaixadas para a sua emissão.

Religião

No âmbito do trabalho desenvolvido no I Plano Municipal para a Integração de Imigrantes, a Associação de Solidariedade Alto da Cova da Moura (ASSACM), realizou um levantamento das confissões religiosas existentes no concelho da Amadora, tendo sido identificadas as seguintes:

¹⁴ No âmbito deste acordo, foi assinado um Acordo Intermunicipal de Cooperação com o Tarrafal em 28 de setembro de 2008, envolvendo atualmente 10 outros municípios portugueses.

Quadro n.º 13 – Confissões religiosas identificadas

Confissão	Denominação
Católica	Igreja Paroquial de São Francisco de Assis de Alfoanelos
	Igreja Paroquial Santíssimo Redentor
	Centro Social Paroquial Nossa Senhora Mãe Deus da Buraca
	Paróquia de N. Sra. Da Lapa da Falagueira
	Paróquia de Santa Teresinha do Menino Jesus
	Igreja da Amadora (Maná)
	Igreja Paroquial de São Brás (De Varche)
	Igreja Paroquial da Reboleira
	Igreja Paroquial de Venda Nova
	Igreja da Divina Misericórdia Alfragide
	Paróquia do Imaculado Coração de Maria de Alfragide
	Fé Viva Igreja Cristã – Igreja Adventista
	Secretariado D. Obra Nacional Pastoral dos Ciganos (I.P.S.S.)
	Província Portuguesa de Sacerdotes do Coração de Jesus
	Irmãs Missionárias da Consolata
	Cristã Protestante
Igreja Universal do Reino de Deus	
Outra Cristã	Religião Evangélica
	Igreja Evangélica Baptista Amadora
	Assembleia de Deus Pentecostal
	Testemunhas de Jeová
	União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia
	Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos últimos Dias
Muçulmana	Centro Português de Estudos Árabe- Pulaar e Cultura Islâmica
	A.M.C.I.- Associação Multicultural e Islâmica
	A.C.I.G.P. -Associação Conselho Islâmico da Guiné Conakry em Portugal

Não existindo novos dados e de acordo com os Censos de 2011 (INE) as religiões mais representadas na Amadora eram:

Quadro n.º 14 – Religiões mais representativas

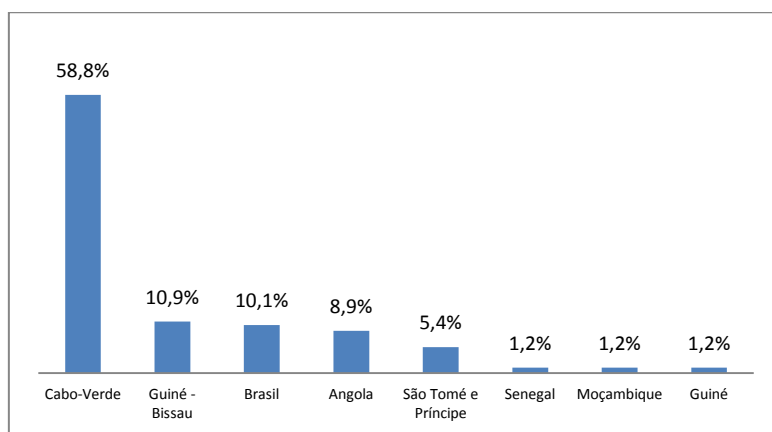
Religião	N	%
Católica	105.720	60,4
Outra Cristã	4.851	2,8
Protestante	2.191	1,3
Muçulmana	1811	1,0
Ortodoxa	1269	0,7
Outra não cristã	889	0,5
Judaica	59	0,0
Sem religião	15753	9,0
População que não respondeu	16.690	9,5
População com menos de 15 anos	25.903	14,8

As confissões religiosas desempenham um papel fundamental na integração do país de acolhimento, porque além do apoio espiritual prestado, são espaços comunitários onde nacionais das mesmas culturas podem encontrar-se e apoiar-se mutuamente na integração na sociedade de acolhimento, para além disso, as confissões religiosas desenvolvem os seus próprios programas de apoio social e importa promover uma maior cooperação com estas entidade de forma a potenciar e integrar os seus recursos na resposta global do concelho aos desafios das migrações.

Justiça e reinserção social

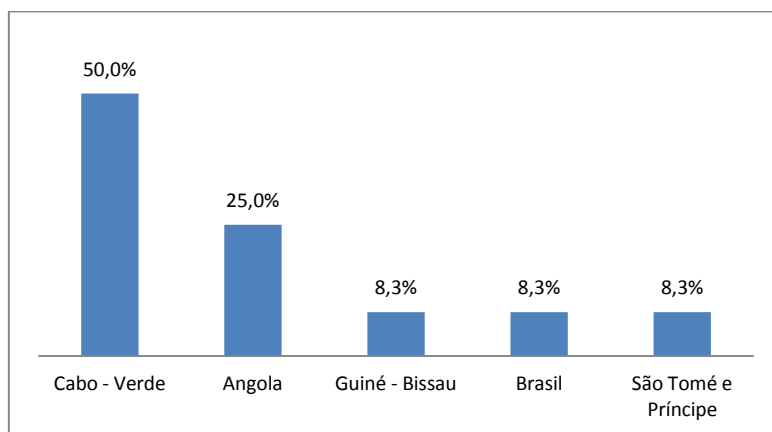
De acordo com dados da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2016), a distribuição dos indivíduos com medidas e penas nas áreas penal e tutelar educativa, por nacionalidade eram as seguintes:

Gráfico n.º 35 – Nacionalidades dos estrangeiros com Medida Penal 2016



Fonte: Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Gráfico n.º 36 – Nacionalidade dos estrangeiros com Medida Tutelar Educativa 2016

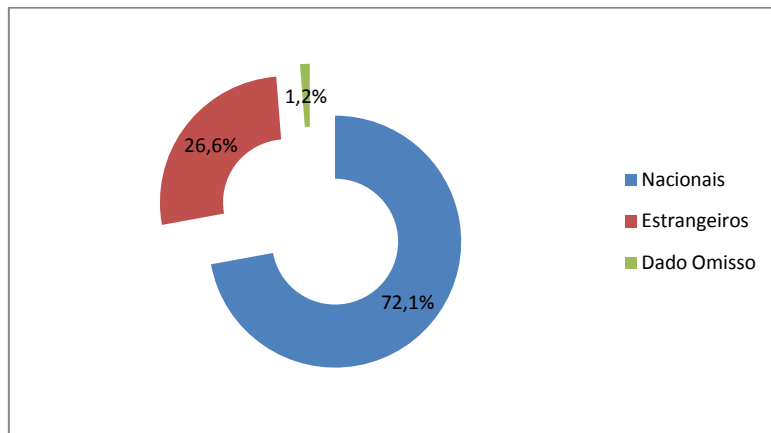


Fonte: Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Da análise dos dados constata-se que os nacionais de Cabo-Verde, representam a maioria dos estrangeiros alvos de medidas penais, sendo que a quase totalidade pertence a países de língua oficial portuguesa.

No entanto, a maioria das pessoas alvo deste tipo de medidas, são de nacionalidade portuguesa e representam cerca de 72,1%, face a 26,6% de estrangeiros.

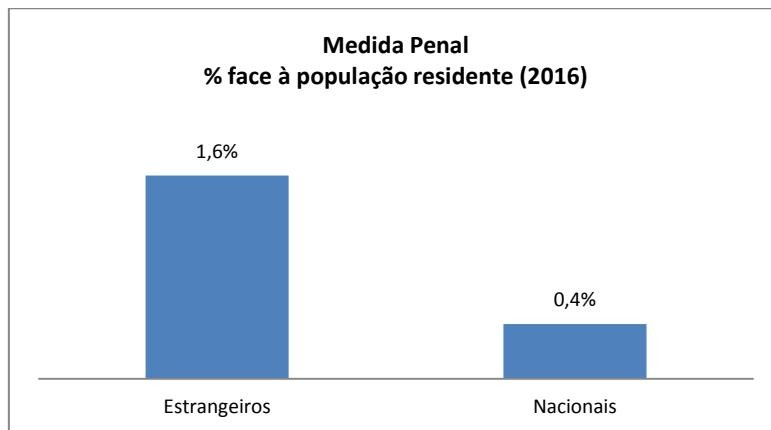
Gráfico n.º 37 – Medida penal por origem 2016



Fonte: Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Ao realizarmos uma análise comparativa face ao total da população, constata-se que 1,6% dos estrangeiros em 2016 foram alvo de medida penal, face apenas a 0,4% dos nacionais. Esta tendência também se reflete na medida tutelar educativa em que a percentagem de estrangeiros face ao total da população é superior aos portugueses, com 0,07% e 0,05% respetivamente.

Gráfico n.º 38 – Medida penal face à população residente 2016



Fonte: Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

De acordo com informação recolhida junto da DGRSP os principais constrangimentos identificados na reinserção social de NPT prendem-se com contradições existentes entre a Lei de Estrangeiros e as medidas aplicadas no âmbito de penas suspensas ou liberdade condicional.

De acordo com os artigos 77º e 78º da Lei de Estrangeiros não têm direito à concessão nem à renovação de autorização de residência, arguidos que tenham tido "condenação por crime que em Portugal seja punível com pena privativa de liberdade de duração superior a um ano". Paralelamente é exigido a indivíduos que se encontrem em acompanhamento pela DGRSP a inscrição em Centro de Emprego, procura ativa de emprego e/ou requerimento de RSI, medidas que são incompatíveis com a situação irregular em que se encontram no país e criam dificuldades adicionais à reinserção social no caso específico dos cidadão estrangeiros.

Dimensão Estratégica

O II PMIM à semelhança do anterior Plano encontra-se enquadrado numa estratégia local mais abrangente e é parte integrante do Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde, respeitando as metodologias e valores inerentes à sua construção, com especial incidência para um alargado processo participativo que envolveu as instituições locais, os beneficiários e os seus representantes.

No âmbito desta estratégia, definiu-se que o objetivo geral deste instrumento de planeamento na área das migrações seria o de combater os estereótipos e os preconceitos, o respeito pela diversidade, o reforço da coesão social, da igualdade de oportunidades, a melhoria dos serviços de acolhimento e integração e a aposta na capacitação das comunidades imigrantes e das suas instituições representativas.

A elaboração deste Plano teve o apoio de dois programas distintos, o Fundo Asilo Migrações e Integração (FAMI) e do Urbact III e que se traduziram num conjunto de recursos técnicos e financeiros que possibilitaram a construção, a implementação, uma dimensão transnacional do II PMIM. No que concerne especificamente ao Urbact, tornou possível a realização de um estudo dirigido aos estrangeiros residentes na Amadora, elaborado pelo Centro de Investigação Social e Intervenção Social do Instituto Universitário de Lisboa. Permitiu igualmente uma dimensão transnacional ao Plano, através do Projeto “Arrival Cities” que se materializou em workshops internacionais de troca e debate de boas práticas na área da integração de imigrantes e refugiados. Deste trabalho conjunto com os parceiros europeus, resultou a incorporação no II PMIM de um projeto originário da cidade de Riga na Letónia que criou um recurso online com um conjunto de informações importantes para os imigrantes.

Uma importante dimensão operacional do Plano assenta na plataforma de acompanhamento que congrega um conjunto de atores relevantes no território da Amadora na área das migrações e que no II PMIM foi aumentado com a incorporação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Polícia de Segurança Pública, a Associação de Jardins Escola São João de Deus e a Raízes – Associação de Apoio à Criança e ao Jovem. Para além das entidades externas, faz igualmente parte neste Plano a Divisão de Intervenção Educativa da Câmara Municipal da Amadora. A entrada destes novos parceiros integra-se na estratégia definida e que tem como objetivo, assegurar a presença de organismos e intuições com diferentes níveis de intervenção, interno, local e nacional.

No que concerne às áreas de intervenção e às medidas do II PMIM, a definição das mesmas decorreu de um conjunto alargado de actividades participativas, nas quais se incluem as reuniões do grupo de acompanhamento, um focus group e entrevistas a imigrantes de diferentes territórios da Amadora. A todos os intervenientes foi proposto uma reflexão sobre um conjunto de áreas muito abrangentes que decorrem do anterior Plano e do financiamento do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINT).

Serviços de Acolhimento e Integração	Solidariedade e Resposta Social
Urbanismo e Habitação	Cidadania e Participação Cívica
Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Media Sensibilização da Opinião Pública
Educação e Língua	Racismo e Discriminação
Capacitação e Formação	Relações Internacionais
Cultura	Religião
Saúde	Justiça e Reinserção Social

Após esta reflexão conjunta e participada, decidiu-se que as áreas de intervenção prioritárias do II PMIM para o período 2018-2020 seriam as seguintes:

- **Serviços de Acolhimento, Integração e Solidariedade;**
- **Emprego, Educação e Capacitação;**
- **Cultura, Cidadania e Participação Cívica;**
- **Media e Sensibilização da Opinião Pública.**

A escolha da área dos **Serviços de Acolhimento, Integração e Solidariedade**, está diretamente relacionada com as dificuldades identificadas no acesso aos serviços e ao emprego por parte dos imigrantes, sobretudo os irregulares. Sendo por isso relevante o desenvolvimento de atividades que visem assegurar o acesso dos imigrantes à informação e aos recursos existentes no território para que possam ter uma integração bem-sucedida. Para além disso, foi igualmente reconhecida a importância das questões da solidariedade na integração dos imigrantes, que no âmbito do Plano será desenvolvida através do voluntariado do Programa Mentores para Migrantes.

No que concerne às áreas do **Emprego, Educação e Capacitação**, foram comumente consideradas, como uma das mais relevantes no processo de integração de imigrantes, nomeadamente na área do emprego, uma vez que, a maioria dos movimentos migratórios são de origem económica e face a isso, torna-se importante, assegurar condições de acesso ao mercado de trabalho. Para além disso e face à crescente complexidade do mercado de trabalho, consideram-se igualmente indispensável a promoção do acesso a ações de formação e capacitação para além do desenvolvimento de processos de reconhecimento e validação de competências. Por último a questão da formação na língua portuguesa foi referida como muito importante por todos os participantes, não só como facilitadora no acesso ao mercado de trabalho, mas na própria integração social e no relacionamento com os serviços públicos.

Relativamente à **Cultura, Cidadania e Participação Cívica**, foram consideradas importantes no processo de integração de migrantes, uma vez que, são áreas que permitem envolver as comunidades estrangeiras nos processos de tomada de decisão nos territórios onde habitam, através do recenseamento eleitoral, associativismo imigrante e orçamento participativo do Município. No que concerne à questão da cultura, foi igualmente comumente referida com uma área importante, que reforça o sentimento de pertença ao território e ao mesmo tempo pode ser um veículo de promoção da interculturalidade na sociedade de acolhimento, contribuindo para o combate ao estereótipos e preconceitos.

Por último a área dos **Media e Sensibilização da Opinião Pública**, foi identificada em virtude do papel extremamente relevante que pode desempenhar na correta informação da sociedade de acolhimento sobre as migrações e as comunidades estrangeiras. Considera-se que esta área pode ter um impacto muito favorável na integração dos imigrantes, uma vez que, pode ajudar a criar condições facilitadoras em todas as áreas no caso os nacionais tenham uma visão informada e positiva sobre os estrangeiros. Para além disso e face ao contexto atual de ressurgimento de uma atitude menos consensual face aos migrantes com base em preconceitos e estereótipos, torna-se muito relevante desenvolver atividades que permitam transmitir informações corretas e assegurando assim a manutenção da paz e coesão social.

Cada uma destas áreas prioritárias de intervenção tem objetivos estratégicos definidos, posteriormente operacionalizados num conjunto de medidas a serem implementadas pelos parceiros do grupo de acompanhamento no período de 2018 a 2020, ano em que será realizada uma avaliação intermédia com vista compreender a pertinência da manutenção das mesmas medidas até ao término do Plano em 2025.

No que concerne à metodologia de implementação do Plano, todas as medidas têm metas e indicadores definidos, bem como a respectiva instituição responsável e a calendarização da execução. Na definição das ações a desenvolver no âmbito do II PMIM foi seguida a estratégia de envolvimento e responsabilização de todos os parceiros do grupo de acompanhamento que se traduziu na atribuição de medidas concretas a todos no âmbito do atual Plano.

Relativamente ao financiamento do II PMIM as atividades previstas encontram-se divididas por níveis de acordo com a sua capacidade de execução face aos seus recursos e assim sendo, considera-se as medidas de nível 1 como tendo o financiamento assegurado, contrariamente às de nível 2 que se encontram dependentes de apoios externos. Sendo que no atual Plano todas as atividades para os períodos definidos no âmbito da estratégia operacional, têm os recursos assegurados à exceção da medida “Mediadores Interculturais nos Serviços Públicos”, do eixo “Serviço de Acolhimento, Integração e Solidariedade” para a qual será necessário a procurar de recursos externos para a sua execução. Em suma o II PMIM tem recursos materiais, humanos e técnicos necessários para a implementação das medidas propostas e acordadas entre todos os parceiros do grupo de acompanhamento.

Por último importa igualmente refletir sobre os riscos associados à implementação do Plano, dos quais se destacam a dependência de financiamentos externos para a manutenção de algumas medidas no médio e longo prazo, nomeadamente e a título de exemplo no caso dos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM’s) e das atividades dinamizadas no âmbito do Programa Escolhas. Noutra âmbito existe uma elevada dependência do Município para o desenvolvimento do Plano, sendo a intervenção e participação dos parceiros mais reduzida.

Tabela Resumo da Estratégia

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
Serviços de Acolhimento, Integração e Solidariedade	Promover uma maior qualidade nos Serviços de Acolhimento Integração e Solidariedade, com o envolvimento dos beneficiários	Avaliação do nível de satisfação face ao atendimento nos serviços de acolhimento e o número de profissionais do atendimento envolvidos nas ações de formação	Reforçar as competências de profissionais dos serviços públicos, das associações e de atendimento social. Promoção do trabalho em parceria e a partilha de recursos. Promover a integração dos beneficiários nos grupos de trabalho.
	Acolher e integrar refugiados no âmbito do protocolo com o CPR	Número de famílias acompanhadas	Envolvimento da rede voluntária de parceiros e enquadramento nos recursos e respostas locais existentes
Emprego, Educação e Capacitação	Integração no mercado de trabalho	Número de beneficiários NPT envolvidos nas diferentes ações	Alfabetização de adultos e oferta formativa de aprendizagem da língua portuguesa. Promoção de ações no âmbito do empreendedorismo
	Promoção e valorização da interculturalidade nos espaços educativos	Número de iniciativas de cariz intercultural organizadas ou implementadas nos espaços educativos	Apoiar, divulgar e valorizar os projetos atualmente existentes de promoção da interculturalidade nos espaços educativos
	Capacitação de jovens para a inclusão escolar e social	Redução do insucesso escolar	Projetos de educação não formal para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos jovens
Cultura, Cidadania e Participação Cívica	Promover a participação cívica e cultural da das comunidades NPT na cidade	Número de imigrantes recenseados e de associações que estão envolvidas nos instrumentos de participação da cidade. Número de iniciativas culturais divulgadas.	Ações de promoção do recenseamento eleitoral e do orçamento participativos. Maior divulgação das atividades culturais das comunidades
	Capacitação dos dirigentes associativos	Número de dirigentes associativos envolvidos nas ações de formação	Qualificar os dirigentes das associações para assegurar uma melhor sustentabilidade e mais recursos técnicos

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
Media e sensibilização da opinião pública	Promoção da diversidade e da interculturalidade	Número de atividades desenvolvidas no âmbito da promoção da diversidade	Promover ações de sensibilização destinadas à população do concelho sobre as questões da diversidade e interculturalidade
	Potenciar as iniciativas culturais existentes e dar visibilidade positiva às comunidades NPT	Número de peças jornalistas positiva sobre a diversidade e as migrações	Envolver os meios de comunicação local na divulgação de atividades. Agregar as iniciativas existentes, criar a semana da diversidade

Dimensão Operacional

Serviços de Acolhimento, Integração e Solidariedade

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	N.º	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis	Calendarização
Promover uma maior qualidade nos Serviços de Acolhimento Integração e Solidariedade, com o envolvimento dos beneficiários	Facilitar o acesso aos serviços públicos através de estruturas de informação e apoio e profissionais capacitados	1	Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAIM)	2	Assegurar a continuidade do funcionamento dos 2 CLAIM's	N.º de CLAIM em funcionamento N.º de atendimentos realizados	CMA AJPAS ASSACM	Março de 2018 a Agosto de 2020
		2	Gabinetes de Apoio Social e à Documentação	1	Assegurar a continuidade do funcionamento dos 2 Gabinetes	N.º de gabinetes em funcionamento	Centro Social 6 de Maio ACMJ	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020
		3	Disponibilização online do Guia de Recursos para Imigrantes	2	1 guia de recursos online	Guia disponibilizado	CMA	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020
		4	Mediação Intercultural nos Serviços Públicos	2	1 Equipa de mediadores interculturais em funcionamento	Equipa de mediadores criada	CMA ACMJ AJPAS ASSACM	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020
		5	Programa Mentores para Imigrantes	1	Dinamização de um programa	Dinamização do programa N.º de mentorias estabelecidas	CMA AJPAS ASSACM Pressley Ridge ACMJ	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020
Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	N.º	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis	Calendarização

Promover uma maior qualidade nos Serviços de Acolhimento Integração e Solidariedade, com o envolvimento dos beneficiários	Facilitar o acesso aos serviços públicos através de estruturas de informação e apoio e profissionais capacitados	6	Grupo de trabalho especializado para a regularização de imigrantes	1	4 reuniões anuais	N.º de Reuniões realizadas	CMA AJPAS ASSACM ACMJ Centro Social 6 de Maio SEF	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020
	Melhorar as competências dos profissionais do atendimento	7	Formações sobre a Lei de Estrangeiros, Lei da Nacionalidade, Acesso aos Cuidados de Saúde e Diálogo Intercultural	1	3 Formações anuais	n.º de formações n.º de profissionais envolvidos	CMA ACM	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020
	Promover a participação dos imigrantes na construção de respostas para a sua inserção	8	Integração de imigrantes nas reuniões da plataforma de Acompanhamento ao Plano	1	1 reunião anual	N.º de reuniões realizadas N.º de reuniões com participação de imigrantes	CMA ACMJ Pressley Ridge Ass. Jardins Escola João de Deus Centro Social 6 de Maio Raízes – AACJ ASSACM AJPAS	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020
Acolher e integrar refugiados no âmbito do protocolo com o CPR	Promover a integração e autonomia dos refugiados e das suas famílias	9	Acompanhamento social	2	Acompanhamento de 100% das famílias de refugiados acolhidas	N.º de famílias acompanhadas	CMA	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020

Emprego, Educação e Capacitação

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	N.º	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis	Calendarização
Integração no mercado de trabalho	Promover a empregabilidade através da formação, capacitação e empreendedorismo	10	Gabinetes de Inserção Profissional para Imigrantes (GIP)	2	1 GIP	GIP a funcionar	IEFP Ass. Jardim Escola São João de Deus	Janeiro de 2018 a Agosto de 2018
		11	Atividades de promoção do empreendedorismo	2	15 Encaminhamentos por ano para o Programa de Empreendedorismo Imigrante. (PEI) Acompanhamento de 20 empreendedores por ano	N.º utentes abrangidos	ACMJ	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020
	Aumentar e consolidar os níveis de conhecimento da língua portuguesa	12	Alfabetização de adultos	2	4 turmas de alfabetização por ano	N.º de turmas Nº de alunos	AJPAS ACMJ ASSACM Ass. Jardim Escola São João de Deus	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020
		13	Ensino da Língua Portuguesa – Português para Todos	1	2 Cursos de Língua Portuguesa	N.º de turmas Nº de alunos	CMA/Centro Qualifica Escolas D. João V ACM Ass. Jardim Escola São João de Deus	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020
	Promover instrumentos de práticas de diversidade nas organizações	14	Divulgação da Carta da Diversidade	1	1 ação de divulgação	Ação de divulgação realizada Nº de entidades participantes	ACMJ Fundação Aga Khan Fundação Afid	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020
Promoção e valorização da diversidade nos	Facilitar a integração das crianças e jovens	15	Projeto “Turma de Acolhimento”	1	1 projeto educativo	Projeto a decorrer	CMA Agrupamento Escolas Damaia	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020

espaços educativos	no sistema educativo							
Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	N.º	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis	Calendarização
		16	Identificação de crianças irregulares que frequentam a escola	1	Sinalização de 100% crianças em situação irregular ao SEF	N.º de crianças sinalizadas	CMA SEF PSP ASSACM AJPAS	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020
Capacitação de jovens para a inclusão escolar e social	Desenvolver competências pessoais e sociais dos jovens	17	Projetos Escolhas	2	5 projetos a decorrer no território	N.º de projetos a decorrer Candidaturas aprovadas	Raízes – AACJ Pressley Ridge Ass. Jardins Escola João de Deus OMEP CESIS	Janeiro a Dezembro de 2018

Cultura, Cidadania e Participação Cívica

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	N.º	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis	Calendarização
Promover a participação cívica e cultural dos imigrantes na cidade	Divulgar a cultura e os direitos e deveres de cidadania dos imigrantes	18	Promoção de ações sobre o recenseamento eleitoral	1	Dinamização de 1 campanha de informação anual	N.º de campanhas Nº de pessoas abrangidas	ACMJ ASSACM AJPAS	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020
		19	Dinamização do Projeto “Cidadania Participativa”	1	Dinamização de 1 projeto	Projeto dinamizado N.º de ações realizadas Nº de pessoas abrangidas	ACMJ	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020
		20	Divulgação do orçamento participativo junto das comunidades NPT	1	1 ação de divulgação anual	N.º de ações realizadas Nº de pessoas abrangidas	CMA	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020
		21	Guia Cultural da Cidade para a Diversidade	2	Criação de um Guia Cultural	Guia criado	CMA ACMJ	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020
		22	Comemoração da “Semana Cultural da Diversidade”	2	Dinamização da Semana Cultural para a Diversidade	Atividade desenvolvida	CMA/DIS AJPAS ASSACM Ass Jardins Escola Raizes-ACC Pressley Ridge Centro Social 6 de Maio	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020

							Junta de Freguesia Falagueira Venda- Nova	
Capacitação dos dirigentes associativos	Ações de formação dirigidas aos dirigentes associativos	23	Ação de formação sobre os recursos técnicos e financeiros disponíveis para as associações de imigrantes	1	Realização de 1 ação de formação anual	N.º de ações realizadas N.º de participantes	CMA ACM	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020

Media e Sensibilização da Opinião Pública

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	N.º	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis	Calendarização
Promoção da diversidade e da interculturalidade	Combater os estereótipos e preconceitos associados às comunidades imigrantes	24	Produção de um vídeo de promoção da diversidade e da interculturalidade	2	Produção de 1 vídeo	Vídeo produzido	CMA	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020
		25	Divulgação do vídeo de promoção da diversidade e da interculturalidade	2	3 ações de divulgação do vídeo	Nº de ações de divulgação realizadas	CMA	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020
		26	Realização de um evento anual no âmbito do Projeto “Família do Lado”	1	Realização de 1 evento com envolvimento de famílias da comunidade NPT	Realização da atividade N.º de famílias participantes Nº de instituições envolvidas	ACM ASSACM Raízes - AACJ	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020
		27	Campanha “Não Alimente o Rumor”	2	Dinamização de 1 campanha “Não alimente o rumor”	Campanha realizada N.º de ações	CMA	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020

						desenvolvidas		
		28	Ações de formação para jovens dos 10 aos 16 anos integrados em projetos de desenvolvimento de competências	1	4 ações de formação de interculturalidade para os jovens	n.º de ações n.º de jovens envolvidos	CMA ACM Raízes – AACJ Pressley Ridge Ass. Jardim Escola São João de Deus	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020
Potenciar as iniciativas existentes e dar visibilidade positiva às comunidades imigrantes	Melhorar a comunicação das iniciativas dirigidas às comunidades imigrantes	29	Envolver a TV Local na divulgação de eventos de cariz intercultural	1	2 ações de divulgação	N.º de ações de divulgação	CMA	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	N.º	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis	Calendarização
Potenciar as iniciativas existentes e dar visibilidade positivas às comunidades imigrantes	Melhorar a comunicação das iniciativas dirigidas às comunidades imigrantes	30	Realização de ação de divulgação do PMIM, num workshop com os media sob o tema: "Representatividade dos imigrantes nos media"	1	1 workshop realizado	Workshop realizado N.º de participantes	CMA	Abril de 2018

Modelo de Monitorização e Avaliação

A monitorização e avaliação do II PMII serão da responsabilidade direta da plataforma de acompanhamento, composta pelos parceiros com intervenção junto da população imigrante. Esta plataforma será coordenada pelo Núcleo Executivo do CLAS da Amadora, mas todo o processo de acompanhamento e avaliação do PMIM é de responsabilidade partilhada. À plataforma poderão posteriormente aderir novos membros, por iniciativa das entidades inicialmente integrantes da mesma, sempre que seja identificada a necessidade de alargar a sua composição.

À semelhança de outros documentos de planeamento estratégicos da Rede Social da Amadora, também o PMIM deverá ser monitorizado periodicamente, com a dinamização de momentos formais de avaliação anuais. Estes momentos de trabalho deverão ter uma periodicidade semestral, dos quais deverá resultar uma ata com as principais ideias debatidas, conclusões e recomendações ou propostas de alteração ao Plano, ao funcionamento da plataforma ou ao modelo de monitorização. A responsabilidade da produção das atas deverá seguir uma lógica de rotatividade, assumindo essa responsabilidade um parceiro diferente em cada reunião.

Importa ainda referir que anualmente será definido um Plano de Ação com as principais prioridades de implementação. No final de cada ano, na reunião semestral correspondente ao segundo semestre, deverá ser analisado o grau de cumprimento e sucesso da implementação do Plano de Ação definido para esse ano e definidas as prioridades para o Plano do ano seguinte. Este momento será crucial para a revisão do PMIM e adequação do mesmo às necessidades da população alvo.

Assim, o funcionamento da plataforma de monitorização e avaliação prevê a elaboração de um documento de acompanhamento: Dezembro – relatório anual de monitorização do PMIM, com base no Plano Anual e em articulação direta com a avaliação anual do PDSS.

Por forma a permitir um acompanhamento regular e informado do processo de implementação do PMIM, deverão ser utilizados diferentes métodos e instrumentos de recolha de dados, que permitam um cruzamento de visões e uma leitura mais completa da realidade. Alguns dos métodos ou instrumentos a utilizar nesta recolha de dados serão (não exclusivo):

- Análise documental
- Inquéritos online e presenciais
- Entrevistas semi-estruturadas
- Workshops
- Observação participante
- Registos fotográficos e vídeo
- Dinâmicas de grupo
- Análise SWOT
- Reuniões de trabalho

Desta forma, o processo de monitorização do PMIM visa assegurar uma aferição contínua da implementação do Plano e proporcionar a todos os *stakeholders* informações detalhadas sobre os desenvolvimentos registados. Para tal, o processo deverá fundamentar-se, sobretudo, nos indicadores de execução definidos no quadro-resumo da dimensão operacional deste PMII.

No que à avaliação diz respeito, no segundo semestre do ano de 2020 deverão ser criados, em conjunto por todos os integrantes da plataforma de monitorização e avaliação, os Termos de Referência que orientem o processo. Deverão ser identificadas as dimensões, critérios e questões de avaliação, bem como definir o mandato, objetivos e formato do relatório final. Desta avaliação final resultarão

recomendações com vista ao desenvolvimento do PMIM pós-2020, à correção de problemas identificados, à potenciação ou multiplicação de boas práticas e ao reforço do processo de planeamento, monitorização e avaliação.

Importa ainda que a Plataforma assegure a auscultação dos destinatários diretos do Plano durante a sua vigência e em momento após a sua conclusão, procurando realizar uma avaliação de impacto das atividades desenvolvidas, nomeadamente através dos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM's)

Acompanhamento e Modelo de Governação

Na medida em que o II PMIM faz parte integrante do Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde 2020-25, será acompanhado e avaliado no contexto do trabalho desenvolvido pela Rede Social da Amadora, através do Conselho Local de Ação Social por forma a garantir o envolvimento de todos os parceiros, públicos e privados, com intervenção no território.

Em sede de CLAS, pretende-se que o PMIM seja implementado e avaliado por um grupo de trabalho constituído por associações e instituições com trabalho direto no fenómeno da imigração, que constituirá formalmente a Plataforma de Acompanhamento do Plano. Esta plataforma é composta por:

- Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde;
- Associação de Solidariedade Social Alto da Cova da Moura
- Associação Cultural Moinho da Juventude;
- Associação Pressley Ridge;
- Associação de Jardins Escola São João de Deus;
- Raízes – Associação de Apoio à Criança e ao Jovem;
- Câmara Municipal da Amadora;
- Fundação Aga Khan
- Centro Social 6 de Maio;
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Polícia de Segurança Pública.

A manifestação de interesse de integração de novos elementos na Plataforma de Acompanhamento deverá ser apresentada aos restantes parceiros por qualquer entidade do Município com intervenção não exclusiva na área das migrações. Poderão ainda ser integrados na Plataforma projetos em curso no território, que pela intervenção efetuada, possam ser uma mais-valia ao desenvolvimento do Plano. A integração efetiva na Plataforma deverá ser aprovada pela maioria dos parceiros que a compõem.

A Plataforma de Acompanhamento terá por funções principais:

- Implementação, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes;
- Levantamento de necessidades da população imigrante e desenho de estratégias de intervenção;
- Reporte anual aos parceiros do Conselho Local de Ação Social da Amadora sobre o desenvolvimento e avaliação do PMIM;

A Plataforma de Acompanhamento funcionará no período de vigência do Plano, de acordo com a seguinte metodologia:

- Realização de 3 reuniões anuais (mínimo);
- Coordenação anual a cargo do Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social da Amadora, representado pela Câmara Municipal da Amadora. O papel de coordenação implica as seguintes responsabilidades:
 1. Convocar por e-mail as reuniões com uma semana de antecedência;
 2. Dinamizar as reuniões;
 3. Definir a ordem de trabalhos das reuniões;
 4. Dinamizar, em conjunto com os restantes parceiros, a monitorização anual do Plano;
 5. Arquivar em dossier a documentação de trabalho;
- Redação de atas das reuniões, com base numa lógica de rotatividade assente no critério da ordem alfabética;
- Participação pontual de parceiros públicos ou privados do CLAS da Amadora nas reuniões da Plataforma, de acordo com a natureza dos assuntos a tratar;
- Participação pontual de nacionais NPT e/ou dos seus representantes de acordo com o previsto no âmbito das medidas do II PMIM.

Anexo 1

Resumo da informação recolhida nas reuniões do grupo de acompanhamento e na sessão de “Focus Group” realizados com técnicos/as de atendimento social da Amadora

Anexo n.º 2 - Reuniões da Plataforma de Acompanhamento e Focus - Group

Data	Principal Tema em Agenda	Participantes	Principais Recomendações
08 de Novembro 2016	Apresentação das conclusões sobre o I workshop transnacional do Projeto Arrival Cities – “Urbact Summer University”	CMA (4), ACM (1), ISCTE (1), CS6M (1), Fundação Aga Khan (1), ACMJ (1), Universidade Moderna (1)	Incorporar os recursos técnicos do Projeto Arrival Cities na construção do II PMIM
15 de Dezembro 2016	Monitorização e avaliação da execução do I PMII 2015-17 e incorporação de recomendações no Plano de Ação do PMII	CMA (4), ACM (1), CS6M (1), ACMJ (1), Pressley Ridge (1), ASSACM (2), AJPAS (1)	Ajuste de algumas medidas do I PMII decorrente da avaliação realizada pelos parceiros, com o objetivo de as ajustar e melhorar
10 de Fevereiro 2017	Planeamento do anual do trabalho do Grupo de Acompanhamento ao PMII	CMA (4), ACMJ (2), ACM (1), ASSACM (1), ISCTE (1), Pressley Ridge (2), CS6M (1), AJPAS (1)	Marcação do calendário das Reuniões, definição de agenda e metodologia de trabalho
02 de Março 2017	Reflexão e debate sobre as áreas prioritárias de intervenção do II PMIM	CMA (4), ACMJ (1), ASSACM (2), ISCTE (1), CS6M (1), AJPAS (1), SEF (1), Raízes-AACJ (1), ASS Jardim Escolas S. João de Deus (1)	As áreas prioritárias selecionadas foram: <ol style="list-style-type: none"> 1. Serviços de Acolhimento, Integração e Solidariedade; 2. Emprego, Educação e Capacitação; 3. Cultura, Cidadania e Participação Cívica; 4. Media e Sensibilização da Opinião Pública
12 de Abril 2017	Avaliação do trabalho do Grupo de Acompanhamento do PMII	CMA (2), ACMJ (1), AJPAS (1), SEF (1), Pressley Ridge (1)	Maior participação nas reuniões do grupo de acompanhamento de imigrantes; Deslocalização de reuniões para os bairros; Partilha entre parceiros da responsabilidade da dinamização das reuniões.
4 de Maio 2017	Debate e reflexão sobre as medidas a desenvolver no II PMIM do Eixo, Serviços de Acolhimento, Integração e Solidariedade	CMA (2), ACMJ (1), ASSACM (1), AJPAS (1), Pressley Ridge (1), PSP (2), Raízes-AACJ (1), ISCTE (1), CS6M (2)	Reforço da formação dos profissionais do atendimento; Introdução de mediadores nos serviços públicos; Promover a participação dos imigrantes no desenvolvimento de soluções que visem a sua integração; Melhorar a

			divulgação de informação; Iniciativas de atendimento de proximidade.
08 de Junho 2017	Debate e reflexão sobre as medidas a desenvolver no II PMIM do Eixo, Educação, Emprego e Capacitação	CMA (3), ACMJ (1), ASSACM (1), AJPAS (1), Pressley Ridge (1), PSP (2), Raízes – AACJ (1), ISCTE (1), Centro Social 6 de Maio (1), SEF (1)	Reforço do trabalho em parceria entre entidades públicas e privada na área do emprego. Desenvolvimento de projetos de promoção da interculturalidade em contexto educativo; Reforço da alfabetização e do Ensino da língua portuguesa;
31 de Agosto 2017	Debate e reflexão sobre as medidas a desenvolver no II PMIM do Eixo, Cultura, Cidadania e Participação Cívica	CMA (3), ACMJ (4), ASS Mira Ativa (1), ASSACM (1), Pressley Ridge (1), ISCTE (1), CS6M (1)	Divulgar e agregar as iniciativas culturais das comunidades; Promover um maior envolvimento das associações de imigrantes, nos instrumentos de participação cívica da cidade.
12 de Outubro 2017	Debate e reflexão sobre as medidas a desenvolver no II PMIM do Eixo, Media e Sensibilização da Opinião Pública	CMA (2), ASSACM (1), Pressley Ridge (1), ISCTE (1), CS6M (1), ACM (3), PSP (2), Raízes – AACJ (1), Agrupamento de Escolas da Damaia (1)	Promoção da diversidade e da interculturalidade; Divulgação de informação correta e positiva sobre as comunidades; Envolver a comunicação social local.
16 de Novembro 2017	Revisão e aprovação das medidas propostas para o II PMIM	CMA (2), ASSACM (2), Pressley Ridge (1), ISCTE (1), PSP (1), Raízes – ACCJ (1), ASS. Jardins Escola S. João de Deus (1)	Revisão e aprovação das medidas propostas do II PMII para o período de Janeiro de 2018 a Dezembro de 2025
24 Janeiro 2018	Apresentação das conclusões do último workshop transnacional do Projeto Arrival Cities, realizado na cidade de Val de Marne, sobre o tema “A participação cívica de imigrantes e refugiados”	CMA (4), ASSACM (2), ASS Jardim Escolas S. João de Deus (1), AJPAS (1), CS6M (1), Empresa Auditoria (2)	Foram apresentados um conjunto de projetos na área da promoção da participação cívica dos imigrantes e que podem servir de exemplo para intervenções locais nesta área.

Focus – Group com técnicos/as de serviço social

Data	Principal Tema em Agenda	Participantes	Principais Problemas Identificados
28 de Setembro 2017	Recolha de contributos para o diagnóstico do II PMIM	CMA (2), CVP (1), SCMA (2), Seg. Social Amadora (1), JF Venteira (2), JF Mina de Água (3), JF Encosta do Sol (1), JF Alfragide (1),	Domínio da língua portuguesa; Abandono escolar precoce; Acesso aos serviços públicos por parte de imigrantes irregulares; Falta de Formação dos Profissionais; Preconceitos e estereótipos com imigrantes associados à criminalidade e apoios sociais; Acordos de cooperação na área da saúde; Acesso ao mercado de trabalho por parte dos imigrantes irregulares; Reduzida participação cívica dos imigrantes e/ou dos seus representantes; Isolamento das populações nos bairros

Acrónimos

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

ACMJ – Associação Cultural Moinho da Juventude

ASSACM – Associação de Solidariedade Alto da Cova da Moura

CMA – Câmara Municipal da Amadora

CS6M – Centro Social 6 de Maio

CVP – Cruz Vermelha Portuguesa

ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

PSP – Policia de Segurança Pública

Raízes-AACJ – Associação de Apoio à Criança e ao Jovem

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SCMA – Santa Casa da Misericórdia da Amadora

Anexo 2

Informação estatística da população estrangeira residente na Amadora

Anexo n.º 2 - Nacionalidades dos estrangeiros residentes na Amadora em 2016

Nacionalidade	Nº	%
Cabo Verde	5892	36,65%
Brasil	2399	14,92%
Guiné Bissau	1974	12,28%
Angola	1016	6,32%
São Tomé e Príncipe	883	5,49%
Roménia	785	4,88%
Ucrânia	629	3,91%
Índia	355	2,21%
China	354	2,20%
Guiné	321	2,00%
Paquistão	304	1,89%
Espanha	124	0,77%
Moçambique	114	0,71%
Itália	78	0,49%
Moldávia	74	0,46%
Senegal	70	0,44%
Rússia	67	0,42%
Bulgária	46	0,29%
Holanda	44	0,27%
Bangladesh	42	0,26%
Alemanha	37	0,23%
Nigéria	34	0,21%
Reino Unido	32	0,20%
França	31	0,19%
Gâmbia	21	0,13%
Marrocos	20	0,12%
Nepal	19	0,12%
Polónia	18	0,11%
Egipto	17	0,11%
Cuba	15	0,09%
Estados Unidos da América	15	0,09%
Venezuela	15	0,09%
Filipinas	14	0,09%
Irão	14	0,09%
Cazaquistão	12	0,07%
Geórgia	12	0,07%
Bélgica	9	0,06%
Bielorrússia	9	0,06%
Colômbia	9	0,06%

Síria	9	0,06%
Congo (República Democrática)	8	0,05%
Argentina	7	0,04%
Congo	6	0,04%
Iraque	6	0,04%
Letónia	6	0,04%
Turquia	6	0,04%
Indonésia	5	0,03%
Peru	5	0,03%
Canadá	4	0,02%
Mali	4	0,02%
Suécia	4	0,02%
Suíça	4	0,02%
Uruguai	4	0,02%
Argélia	3	0,02%
Áustria	3	0,02%
Dinamarca	3	0,02%
Gana	3	0,02%
Lituânia	3	0,02%
Noruega	3	0,02%
Quirguistão	3	0,02%
República Checa	3	0,02%
Serra Leoa	3	0,02%
África do Sul	2	0,01%
Azerbaijão	2	0,01%
Bolívia	2	0,01%
Camarões	2	0,01%
Costa do Marfim	2	0,01%
Desconhecido	2	0,01%
Eslováquia	2	0,01%
Irlanda	2	0,01%
Luxemburgo	2	0,01%
República Dominicana	2	0,01%
Uzbequistão	2	0,01%
Albânia	1	0,01%
Arménia	1	0,01%
Bósnia e Herzegovina	1	0,01%
Burkina Faso	1	0,01%
Chade	1	0,01%
Chile	1	0,01%
Coreia do Sul	1	0,01%
Croácia	1	0,01%
El Salvador	1	0,01%
Equador	1	0,01%
Estónia	1	0,01%

Finlândia	1	0,01%
Gabão	1	0,01%
Grécia	1	0,01%
Hungria	1	0,01%
Iémen	1	0,01%
Japão	1	0,01%
Mauritânia	1	0,01%
México	1	0,01%
Palestina	1	0,01%
Paraguai	1	0,01%
Singapura	1	0,01%
Tailândia	1	0,01%
Taiwan	1	0,01%
Tanzânia	1	0,01%
Timor Leste	1	0,01%
Tunísia	1	0,01%

Anexo 3

Plano para Acolhimento e Integração de Refugiados da Amadora

Plano de Acolhimento e Integração de Refugiados

Fevereiro 2017



AMADORA

Índice

1. Enquadramento.....	73
2. Caracterização das famílias a acolher	74
3. Objetivos.....	74
4. Recursos a afetar para a integração dos refugiados	75
5. Cronologia de ações a desenvolver no âmbito do acolhimento e integração de refugiados	78
6. Plano de Ação	80
7. Monitorização e Avaliação	82

1. Enquadramento

No ano de 2015 e de acordo com as últimas estatísticas do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, a Europa recebeu **1.321.600** pedidos de asilo, o que significa um acréscimo superior a 50%, face aos **626.900**, recebidos no ano anterior.

Em Portugal, este aumento expressivo de pedidos de requerentes de asilo, também teve uma expressão semelhante, passando de **440**, para **895** em 2015, o que significa também um aumento superior a 50%.

Dados preliminares de 2016, apontam para uma manutenção do elevado número de pessoas a necessitar de proteção internacional, na sequência da continuação dos principais conflitos existentes no leste europeu, norte de África e Médio Oriente.

Para lidar com esta recente vaga de refugiados, a maior, depois da segunda guerra mundial, decorrente principalmente dos conflitos existentes na Síria, Iraque e Afeganistão, a União Europeia, desenvolveu um mecanismo de resposta comum a Agenda Europeia para as Migrações, com o objetivo de lidar com o grande afluxo de pessoas, que necessitam de proteção internacional e que procuram o território dos estados-membros.

No âmbito das suas responsabilidades, dentro da União Europeia, Portugal disponibilizou-se para receber cerca de **4574** refugiados recolocados, tendo a sociedade civil se mobilizado e sido criada a Plataforma de Apoio aos Refugiados, para além disso, foram reforçados os recursos das entidades com responsabilidade na área de integração e acolhimento de refugiados, nomeadamente, o Conselho Português para os Refugiados.

Face a esta realidade o Município do Amadora, no âmbito das suas responsabilidades e em concordância com os valores que defende, decidiu participar neste esforço conjunto, em cooperação com o Conselho Português para os Refugiados e com as entidades locais que manifestaram interesse em colaborar.

O acolhimento aos refugiados decorre de uma proposta de protocolo por parte do Conselho Português para os Refugiados (CPR), com a duração de 18 meses e que se traduz numa partilha de responsabilidades com o Município, sendo ambas as entidades as principais interlocutoras na parceria que sustenta o acolhimento e integração desta população alvo.

Após o término do protocolo, as famílias acolhidas, face à sua condição de refugiados e aos seus direitos inerentes, serão encaminhadas para as respostas sociais existentes no concelho, caso necessitem das mesmas para a sua integração e autonomia.

O Município em cooperação com o CPR será a entidade responsável pela rede de instituições e voluntários que vão desenvolver a nível local as iniciativas no âmbito da integração dos refugiados no território da Amadora.

2. Caracterização das famílias a acolher

No âmbito da proposta de protocolo entre o Conselho Português para os Refugiados e o Município da Amadora, ficou estabelecido que inicialmente seriam apoiadas 3 famílias, refugiados, que podem ser compostas até ao máximo de 5 pessoas por agregado, perfazendo um total máximo de 15 indivíduos.

A integração destas famílias será efetuada de forma gradual de acordo com a avaliação efetuada pela equipa afeta ao projeto (CPR e CMA).

À semelhança do definido pelo governo português, o Município da Amadora, irá preferencialmente acolher no seu território famílias com crianças menores.

As famílias propostas para acolhimento por parte do CPR¹⁵, são compostas por agregados familiares de um mínimo de três pessoas e um máximo de cinco, todas elas com crianças menores de idade, ou jovens adultos, sendo oriundas do Iraque ou da Síria.

No que concerne às habilitações literárias, na sua maioria, são ao nível do 2º e do 3º ciclo do ensino básico, e desempenhavam anteriormente profissões na área da construção civil, cuidados de beleza, serviços domésticos, empregados do comércio e empresários.

Relativamente às faixas etárias os adultos, na sua maioria têm idades compreendidas entre os 35-45 anos, e os seus dependentes entre 19-03 anos.

A confissão religiosa dos refugiados é o islão sunita.

3. Objetivos

3.1 Gerais

1. Participar no esforço global de acolhimento de refugiados, no âmbito das responsabilidades assumidas por Portugal;
2. Acolher e integrar os refugiados no território da Amadora.

3.2 Específicos

1. Assegurar habitação e os recursos materiais necessários para a subsistência das famílias;
2. Desenvolver trabalho em parceria com entidades nacionais e locais;
3. Promover e facilitar o acesso aos serviços públicos e ao exercício dos direitos de cidadania;
4. Facilitar o acesso a programas de integração;

¹⁵ Quadro de caracterização em anexo

5. Promover a integração das famílias na comunidade;
6. Mobilizar recursos técnicos e materiais para o acolhimento dos refugiados;

4. Recursos a afetar para a integração dos refugiados

Na sequência do trabalho desenvolvido pelo CLAS da Amadora, nomeadamente no âmbito do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes, a autarquia realizou um levantamento em junho de 2016, junto das instituições que desenvolvem trabalho no concelho, procurando aferir, quais as disponibilidades que poderiam ser afetadas ao acolhimento e integração de refugiados.

No âmbito desse trabalho, 11 instituições do Concelho, manifestaram a sua disponibilidade para apoiar a integração dos refugiados, afetando algum dos seus recursos, materiais e humanos.

As entidades que manifestaram a sua disponibilidade foram as seguintes: **JF Encosta do Sol, JF Falagueira e Venda Nova, Escola Profissional Gustave Eiffel, Cruz Vermelha Portuguesa Delegação da Amadora, Organização Mundial de Educação Pré-Escolar, Cooperativa, Ass. Reformados Pensionistas e Idosos da Buraca, Fundação AFID Diferença.**

Pretende-se também envolver neste processo de acolhimento e integração, o setor empresarial do território, com o objetivo de obter os recursos materiais necessários que não possam ser assegurados pelas entidades envolvidas no acolhimento aos refugiados, no âmbito da responsabilidade social.

A autarquia, no âmbito dos seus recursos próprios e das responsabilidades assumidas em protocolo com o CPR, afetou nas grandes opções do plano 2017, o valor de **8.000 €**, para comparticipar 50% do valor do aluguer de habitações no parque privado.

O CPR durante a vigência do protocolo, irá comparticipar o pagamento de 50% da renda das habitações, para além de conceder um subsídio mensal no valor de **150€** por cada adulto e de **75€** por cada criança.

4.1 Quadro resumo de disponibilidades das instituições do Concelho

Entidade	Disponibilidade	N.º de pessoas	N.º de vagas	Obs
CMA	- Atendimento e acompanhamento social	15		
	- Apoio para pagamento de rendas no parque privado através do FCM	5		Complementar eventual apoio por parte do ISS para despesas de habitação e manutenção
	- Acompanhamento no âmbito do programa Mentores para Imigrantes	5		Programa dinamizado pela autarquia em parceria com várias IPSS. O mesmo é da responsabilidade do ACM
	- Creche			3 Creches municipais e 5 creches municipais com gestão de IPSS cujas vagas estão preenchidas. Poderá ser equacionada uma situação extraordinária
JF Encosta do	- Banco Alimentar (através do	5		

Sol	centro de distribuição alimentar de Alfornelos)			
	- Alimentação	10 a 15 famílias		1 Cabaz alimentar mensal durante 3 meses
	- Atendimento e acompanhamento social			
JF Falagueira Venda Nova	- Banco alimentar	20		
	- Centro de dia	20		
	- Acolhimento de famílias	20		
	- Integração 1º ciclo		9	
	- Ensino artístico		9	
	- Alimentação – loja de emergência social			
	- Apoio ao arrendamento			
	- Procura ativa de emprego - GAIVA			
	- Atendimento psicossocial			
- Gabinete de apoio ao estudo				
Escola Profissional Gustavo Eiffel – Amadora centro	- Ensino Profissional/vocacional		A definir	
	- Ensino de português para estrangeiros		A definir de acordo com a procura	
	- Emprego	1 Trabalhador de acordo com habilitações e perfil demonstrado		
CVP – Delegação da Amadora				O acesso às respostas da instituição fica condicionado às disponibilidades existentes quando do pedido
OMEF	- Ensino de português para estrangeiros		10	Articulação com a Ass. Jardim-escola João de Deus. Aulas a ministrar na Falagueira
	- Acompanhamento escolar de crianças entre os 6 e os 12 anos	10		
	- Utilização de computadores	5		
	- ATL dos 6 aos 12 anos	10		
Cooperativa	- Comunidade de inserção	10		Higiene diária, refeições, lavandaria e procura de emprego. Não é residencial
	- Alimentação	10		Serviço de refeições - almoço
	- Emprego	30		Apoio na procura de emprego-formação
	- Atendimento e acompanhamento social	30		
	- Apoio pagamento de transportes	5		Apoio para 5 pessoas por mês

Ass. Reformados, pensionistas e idosos da Buraca	- Alimentação	1		Fornecimento de almoço
	- Voluntariado			Possibilidades de acolhimento de refugiados em ações de voluntariado, fornecendo a entidade o almoço e suplemento do jantar
Fundação afid diferença	- Cantinas sociais	50		Podem proceder ao alargamento da resposta cantina social
Sta. Casa da Misericórdia da Amadora	- Banco alimentar	10		
	Centros de dia	10		
	Creche	2		
	Alimentação			
	Emprego	1/2		Integração de 1 ou 2 pessoas na área da manutenção
	ATL			Integração de crianças nos prolongamentos do Programa A&B que estejam integradas em escolas públicas (preços sociais)
SFRAA	Atividades de animação e de apoio à família			
	Componente de apoio à família- CAF			
	Ocupação dos tempos livres/modalidades desportivas			
	Ocupação dos tempos livres/atividades culturais			
Associação Cultural Moinho da Juventude	Cantinas sociais	5		
	Alimentação			Apoios pontuais
	Emprego			Apoio e encaminhamento através do GIP e Gab. de apoio ao emprego e empreendedorismo
	Documentação			Apoio e encaminhamento junto do SEF e ACM
	Centro de atividades de tempos livres (CATL)	5		
	Gabinete de ação social			Apoio e encaminhamento

5. Cronologia de ações a desenvolver no âmbito do acolhimento e integração de refugiados

Planeamento 2017		Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Atividades	Entidades Envolvidas										
Formalização de Protocolo com o Conselho Português para os Refugiados	CPR e CMA										
Reunir com as instituições do concelho que manifestaram interesse em colaborar no acolhimento aos Refugiados, disponibilizando os seus recursos materiais e humanos;	CMA (DIS), CPR, JFs Encosta do Sol e Falagueira/Venda Nova, Gustavo Eifel, CVP, OMEP, Cooperativa, ARPIB, AFID, SCMA, ACMJ										
Reunir com instituição religiosa da mesma confissão que os refugiados, para disponibilização de voluntários, para o acompanhamento às famílias e para facilitador da comunicação;	Associação Multicultural e Islâmica, Centro Português de Estudos Árabe, Associação Conselho Islâmico da Guiné Conacry em Portugal										
Reunir com Voluntários, Programa Mentores para Migrantes, Banco Municipal para o Voluntariado	CMA (DIS, BLVA), Mentores para Imigrantes										
Aluguer de Habitação no parque privado por parte do CPR, com compartição de 50% do valor da renda, através do Fundo de Coesão Social da CMA;	CPR e CMA										
Mobiliar a habitação, com recurso ao Banco de Bens Doados do Município e às contribuições das empresas, no âmbito da responsabilidade social;	CMA (Banco de Bens Doados), Empresas do Concelho										
Disponibilizar de recursos financeiros para as despesas correntes por parte do CPR;	CPR										
Assegurar o apoio alimentar necessário, junto do Banco Alimentar, Juntas de Freguesias e cantinas sociais;	JF's Encosta do Sol e Falagueira Venda-Nova										
Acolhimento da primeira família de refugiados no concelho da Amadora	CPR e CMA (DIS)										
Planeamento 2017		Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Atividades	Entidades envolvidas										
Assegurar em articulação com as instituições locais, a integração/inscrição no serviço nacional de saúde e nas das crianças nas escolas	CMA (DIS), CMA (DIE), ACES Amadora										
Integração/inscrição na Segurança Social, para a obtenção dos benefícios aos quais tem direito	CMA (DIS), Segurança Social										
Obtenção de documentação no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	CMA (DIS), CLAIM, SEF em Movimento										

Integrar os adultos e os jovens nas aulas de Português para Estrangeiros;	CMA (DIS), CMA (DIE)											
Apoiar a integração em formação e/ou no mercado de trabalho	CMA (DIS), IEFP e GIP's											
Acompanhamento das famílias às instituições por técnicos e voluntários	CMA (DIS), Programa Mentores para Migrantes, Banco Local de Voluntariado											

6. Plano de Ação

Áreas	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Nº	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis	Calendarização
Serviços de acolhimento e integração	Acolher e integrar os refugiados no território da Amadora	Assegurar habitação e os recursos materiais necessários para a subsistência das famílias	1	Celebração de contrato de arrendamento no parque habitacional privado	1	Aluguer de 1 habitação	N.º de Contrato de Arrendamento	CPR	Abril de 2017
			2	Atribuição de um subsídio mensal para o pagamento de despesas gerais	1	Pagamento dos subsídios às famílias que venham a integrar o protocolo	Transferência dos subsídios para as famílias	CPR	Maio de 2017 a Dezembro de 2017
			3	Integração da família no Banco Alimentar e/ou nas Cantinas Sociais	1	Integração de 3 famílias	N.º de famílias integradas	JF Encosta do Sol e JF Falagueira Venda Nova	Maio de 2017 a Dezembro de 2017
	4	Preparar a habitação para receber a família piloto	2	Equipar 1 habitações com todo o mobiliário, roupas, e equipamentos	Nº de habitações mobiladas e equipadas	CMA, Banco de Bens Doados, Empresas do Concelho	Abril de 2017		
	5	Promover e facilitar o acesso aos serviços públicos e ao exercício dos direitos de cidadania	1	Integrar e inscrever as famílias nos serviços públicos essenciais, na área da saúde, educação, emprego, segurança social e regularização	Inscrever e Integrar todos os membros do agregado familiar	N.º de serviços públicos envolvidos	CMA (DIS e DIE), ACES, Escolas, ISS, IEFP, SEF em Movimento	Maio a Junho de 2017	
	6	Desenvolver trabalho com instituições parceiras	1	Dinamização da parceria voluntária de apoio ao plano de ação	1 Reunião inicial e 3 reuniões de acompanhamento	N.º de reuniões realizadas	CMA, CPR e parceiros	Março a Dezembro de 2017	
	7		1	Acompanhamentos dos refugiados às	Acompanhamento dos refugiados aos	N.º de acompanhamentos	CMA (DIS,DIE) Banco Local Voluntariado	Maio a Dezembro de	

Áreas	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Nº	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis	Calendarização		
Emprego, Educação e Capacitação				instituições		serviços públicos	realizados	e Programa Mentores Migrantes Confissões Religiosas	2017		
				Promover a integração das famílias na comunidade	8	Reunião com as confissões religiosas com o objetivo de apoiar a integração na comunidade e mobilização de voluntários	1	1 Reunião inicial e 1 reunião de acompanhamento	Nº de reuniões realizadas	CMA (DIS), Ass Multicultural Islâmica, Centro Português de Estudos Árabe, Ass Conselho Islâmico da Guiné Conakry	Março de 2017
				Mobilizar recursos técnicos e materiais para o acolhimento dos refugiados	9	Afetação de recursos financeiros nas grandes opções do plano para custear parte do aluguer das habitações	1	Aluguer de 1 habitação com comparticipação de 50% do valor da renda	Número de habitações arrendadas	CMA	Maio a Dezembro de 2017
				Facilitar o acesso a programas de integração	10	Inscrever os adultos em cursos de língua portuguesa	1	Inscrever todos os adultos em cursos de língua portuguesa	N.º de adultos integrados em turmas	CMA (DIS, DIE)	Maio a Junho de 2017

7. Monitorização e Avaliação

A execução das ações do plano será da responsabilidade das entidades referidas no mesmo como entidades responsáveis pela execução, devendo as mesmas facultar ao N.E. do CLAS os dados de avaliação.

O N.E. do CLAS, em conjunto com a Plataforma de Acompanhamento do PMII acompanharão e apoiarão a execução das ações possibilitando a articulação da intervenção desenvolvida em todas as áreas definidas.

A avaliação do Plano será efetuada no final de cada ano pelo CLAS tendo em conta os indicadores de execução definidos para cada ação



COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA AMADORA

*Plano Local de
Promoção dos
Direitos das
Crianças e Jovens*



2018-2020



COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA AMADORA

Eixo I: Promoção da responsabilidade social para a Promoção dos Direitos da Criança e do Jovem

Objetivo geral: diminuição da prevalência dos maus tratos, através da promoção de uma cultura de responsabilidade social partilhada.

Objetivos específicos:

- Apropriação das ECMIJ relativamente à sua intervenção, numa lógica subsidiária, e de acordo com os princípios consagrados na lei de promoção e proteção.
- Maior envolvimento das entidades públicas e privadas, na garantia dos Direitos das Crianças e Jovens.
- Potenciar a efetiva proteção das crianças e jovens, baseada numa visão comum do sistema de promoção e proteção, tendo por base uma perspetiva sistémica, colaborativa e de solidariedade social.

Ação	Entidade responsável	Cronograma	Parceiros	Metas	Indicadores de avaliação
1. Dinamização de ações de sensibilização sobre o bullying nas escolas.	CPCJ	Ano letivo 2017/18 Ano letivo 2018/19 Ano letivo 2019/20	- Agrupamentos de escolas	- 2 ações - 80 crianças envolvidas	- Nº de ações realizadas - Nº de crianças envolvidas
2. Dinamização de ações de sensibilização sobre a violência no namoro e violência doméstica nas escolas (2º ciclo).	CPCJ	Ano letivo 2017/18 Ano letivo 2018/19 Ano letivo 2019/20	- Associação Questão de Igualdade - Agrupamentos de escolas	- 2 ações - 80 jovens envolvidos	- Nº de ações realizadas - Nº de crianças envolvidas
3. Dinamização de ações de sensibilização sobre o abuso sexual nas escolas (1º ciclo).	CPCJ	Ano letivo 2017/18 Ano letivo 2018/19 Ano letivo 2019/20	- Agrupamentos de escolas	-16 ações - 250 crianças envolvidas	- Nº de ações realizadas - Nº de crianças envolvidas
4. Dinamização de ações de sensibilização sobre violência entre pares e resiliência (1º ciclo).	CPCJ	- Ano letivo 2017/2018 - Ano letivo 2018/2019 - Ano letivo 2019/2020	- Agrupamentos de Escolas	- 14 ações - 395 participantes	- Nº de ações realizadas - Nº de crianças envolvidas



COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA AMADORA

Ação	Entidade responsável	Cronograma	Parceiros	Metas	Indicadores de avaliação
5. Dinamização da ação de sensibilização “Juntos na Promoção e Proteção das Crianças e Jovens” dirigida a professores sobre o sistema de promoção e proteção e sobre a intervenção com crianças em situação de risco e perigo.	CPCJ	Ano letivo 2017/18 Ano letivo 2018/19 Ano letivo 2019/20	Agrupamentos de escolas	- 20 ações - 200 professores e educadores de infância participantes	- Nº de ações realizadas - Nº de participantes
6. Dinamização da ação de sensibilização “Juntos na Promoção e Proteção das Crianças e Jovens” dirigida a assistentes operacionais sobre o sistema de promoção e proteção e sobre a intervenção com crianças em situação de risco e perigo.	CPCJ	Ano letivo 2017/18 Ano letivo 2018/19 Ano letivo 2019/20	Agrupamentos de escolas	-3 ações -200 assistentes operacionais	- Nº de ações realizadas - Nº de participantes
7. Dinamização da ação de sensibilização “Juntos na Promoção e Proteção das Crianças e Jovens” dirigida a profissionais de intervenção social e comunitária sobre o sistema de promoção e proteção e a intervenção com crianças em situação de risco e perigo.	CPCJ	2018/2020	ECMIJ	- 9 ações - 60 participantes	- Nº de ações realizadas - Nº de participantes
8. Dinamização de Workshops dirigidos aos agentes da PSP sobre o sistema de promoção e proteção e a intervenção com crianças em situação de risco e perigo.	CPCJ	2018/2020	PSP	-3 workshops - 90 participantes	- Nº de ações realizadas - Nº de participantes
9. Dinamização de ação de sensibilização “Prevenção da Violência” dirigida ao pessoal docente e técnicos.	IAC	Ano letivo 2017/18 Ano letivo 2018/19 2019/20	CPCJ Agrupamentos de Escolas	- 2 ações - 30 participantes - 2 ações replicadas	- Nº de ações realizadas - Nº de participantes - Nº de ações replicadas
10. Dinamização do Mês de Prevenção dos Maus Tratos na Infância e Juventude.	CPCJ	Abril 2018 Abril 2019 Abril 2020	Comissões Sociais Freguesia CMA ECMIJ	- 3 comemorações do MPMTIJ	- nº de comemorações - nº de parceiros envolvidos - nº de ações realizadas
11. Realização de Seminário sobre a Promoção dos Direitos da Criança.	CPCJ	Abril 2018 Abril 2019 Abril 2020	CMA	- 3 seminários - 600 participantes	- Nº de seminários - Nº de participantes



COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA AMADORA

Ação	Entidade responsável	Cronograma	Parceiros	Metas	Indicadores de avaliação
12.Promoção de três Concursos sobre os Direitos das Crianças.	CPCJ	Janeiro a Abril 2018 Janeiro a Abril 2019 Janeiro a Abril 2020	Agrupamentos de Escolas CMA Dolce Vita Tejo Fundação Benfica Rotary Club Amadora Porto Editora	- 30 escolas participantes - 150 alunos envolvidos	- Nº de escolas participantes - Nº de alunos participantes
13.Participação na Exposição Amadora Educa.	CPCJ	Junho 2018 Junho 2019 Junho 2020	CMA	- 3 participações	- Nº de participações
14.Realização de encontro anual com os Agrupamentos de Escolas.	CPCJ	Julho 2018 Julho de 2019 Julho de 2020	Agrupamentos de Escolas CMA	- 200 participantes	- Nº de participantes
15.Realização de workshop sobre a prevenção dos maus tratos em crianças e jovens dirigido a alunos de curso profissional na área de apoio à família e à comunidade.	CPCJ	Maio 2018 Maio 2019 Maio 2020	CFPA	- 3 workshops - 90 participantes	- Nº de workshops - Nº de participantes
16.Apresentação e discussão pública do Relatório e do Plano de Atividades da CPCJA	CPCJ	Abril 2018 Abril 2019 Abril 2020	CMA CLAS	-3 apresentações	- Nº de apresentações
17.Criação do Grupo de Trabalho para a Audição da Criança.	CPCJ	2018/2020	ECMIJ	- Definição de metodologia para audição da Criança - Elaboração de um guião para audição da criança.	- Guião para audição da Criança



COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA AMADORA

Ação	Entidade responsável	Cronograma	Parceiros	Metas	Indicadores de avaliação
18. Audição das crianças e jovens: os direitos das Crianças vistos pelas próprias	CPCJ	Maio e Junho 2019	Agrupamentos de Escolas Associações Juvenis	- audição de 3000 crianças e jovens - produção de um relatório com os resultados da audição.	- nº de crianças e jovens envolvidos - produção de um relatório.
19. Candidatura das ECMIJ ao “Selo Protetor”	CNPDPJ	2018/2020	CPCJ Agrupamentos de Escolas (2018) IPSS com equipamento de infância (2018) ECMIJ (2019/20)	- 15 candidaturas apresentadas	- Nº candidaturas apresentadas - Nº de selos atribuídos



COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA AMADORA

Eixo II: Promoção da Parentalidade Positiva

Objetivo geral: Promoção de práticas parentais impulsionadoras de um desenvolvimento saudável na criança e no jovem e preventivas de situações de maus tratos a crianças e jovens .

Objetivos específicos: Capacitação de pais e cuidadores para uma parentalidade positiva.

Capacitação dos profissionais de intervenção social e comunitária para a promoção de práticas de parentalidade positiva junto de pais e cuidadores.

Ação	Entidade responsável	Cronograma	Parceiros	Metas	Indicadores de avaliação
1. Divulgação anual do guia de respostas do concelho para a promoção da parentalidade positiva.	CPCJ (GT Eixo2)	2018/2020	CLAS CMA	- 3 ações de divulgação	- nº de ações de divulgação
2. Atualização anual do guia de respostas do concelho para a promoção da parentalidade positiva.	CPCJ (GT Eixo2)	2018/2020	ECMIJ	- 3 atualizações	- nº de atualizações
3. Dinamização de um grupo de trabalho para levantamento de necessidades locais ao nível da promoção da parentalidade positiva.	CPCJ	Janeiro 2018- Junho 2019	Comissão Alargada Projetos Escolhas	- Elaboração de uma proposta de intervenção colaborativa a nível local.	- Apresentação de proposta.
4. Dinamização de grupos de grávidas e mães/pais de crianças recém-nascidas para promoção da vinculação.	ACES	2018/2020	Ajuda de Mãe ASSUBUD Centro Social 6 de Maio CVP Junta Freg. FVN Pressley Ridge	- Dinamização de 12 grupos	- nº de grupos implementados - nº de participantes



COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA AMADORA

Ação	Entidade responsável	Cronograma	Parceiros	Metas	Indicadores de avaliação
5. Dinamização de ações de sensibilização aos técnicos de intervenção social e comunitária do concelho sobre a importância da relação pais/filhos nos primeiros anos de vida.	CPCJ	2018/2020	Ajuda de Mãe ASSUBUD Centro Social 6 de Maio CVP Junta Freg. FVN Pressley Ridge AFID (?)	- Divulgação de material pedagógico junto dos parceiros. - Realização de 18 ações.	- Nº de ações realizadas
6. Aumentar a capacidade de resposta dos CAFAP's no Concelho da Amadora.	- Assoc. Cultural Moinho da Juventude - Associação Passo a Passo - Pressley Ridge	2018/2020	ISS.IP	-Aumentar em 10% a capacidade de resposta dos CAFAP.	- taxa de aumento de resposta - nº de candidaturas apresentadas para nova resposta ou alargamento de resposta



COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA AMADORA

Eixo III: Promoção de Competências Pessoais e Sociais nas Crianças e Jovens

Objetivo geral: Promover as competências pessoais e sociais das crianças e jovens.

Objetivos específicos:

Capacitar as crianças e jovens para a gestão de situações de exposição a maus tratos

Dotar as crianças e jovens de competências emocionais que previnam o seu envolvimento em situações de perigo

Promover a integração das crianças e jovens em atividades lúdico-desportivas, como ferramenta de intervenção social potenciadora de competências pessoais e sociais.

Ação	Entidade responsável	Cronograma	Parceiros	Metas	Indicadores de avaliação
1. Ação de treino de competências pessoais e sociais “Violência entre pares” dirigida a alunos de uma turma previamente identificada	IAC	2017/2018 2018/2019 2019/2020	Agrupamento de escolas Fernando Namora	-1 ação de sensibilização -1 turma	- nº de ações realizadas. - nº de alunos abrangidos
2. Ação de formação aos docentes no âmbito do Programa RESCUR (A Resilience Curriculum for Early and Primary Schools in Europe, FMH)	CFAECA FMH	2017/2018 2018/2019 2019/2020	Agrupamentos de Escolas	-30 docentes formandos -30 turmas abrangidas	- nº de docentes envolvidos na formação - nº de turmas a beneficiar do projeto
3. Levantamento de entidades com atividades desportivas a favor de crianças e jovens.	CPCJ	2018-2020	-Associações e clubes desportivos -Ginásios	-Elaboração de 1 guia de recursos	- Nº de guias elaborados - Nº de entidades contactadas
4. Continuação do desenvolvimento de projetos de intervenção comunitária com crianças e jovens.	Associação Jardins Escola João de Deus Associação Raízes CESIS OMEP Pressley Ridge	2018 2019 2020		-Manutenção do número de projetos de intervenção comunitária em funcionamento	- nº de projetos em funcionamento



COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA AMADORA

Eixo IV: Promoção de Respostas Integradas na Proteção das Crianças e Jovens em Perigo

Objetivo geral: Por termo à situação de perigo e prevenir a reincidência.

Objetivos específicos:

- Evitar o acolhimento residencial até aos 6 anos de idade;
- Apoiar e acompanhar a Criança, Jovem e famílias nas suas necessidades específicas;
- Melhorar o sistema de promoção e proteção às crianças vítimas de MGF e suas famílias.

Ação	Entidade responsável	Cronograma	Parceiros	Metas	Indicadores de avaliação
1. Dinamização de um GT para discussão da resposta de acolhimento familiar.	Pressley Ridge	2018/2020	CPCJ	- Apresentação de um projeto à Segurança Social.	- Nº de reuniões de trabalho - Apresentação de proposta
2. Dinamização de um grupo de trabalho para a criação de uma proposta de resposta integrada ao nível da saúde mental.	CPCJ	2018/2020	CMA HFF ACES AMADORA AJPAS Juntas de Freguesia	- Elaboração de uma proposta de resposta integrada.	- Apresentação de proposta.
3. Realização de ação de Formação “ Encontro Saúde Mental e Família”	CPCJ	Outubro/ 2018 Outubro/2019 Outubro/2020	HFF ACES AMADORA ECMIJ	-3 ações -240 participantes	- Nº de ações realizadas - Nº de participantes



COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA AMADORA

Ação	Entidade responsável	Cronograma	Parceiros	Metas	Indicadores de avaliação
4. Dinamização de Grupo de Trabalho na área da Mutilação Genital Feminina.	CPCJ	2018/2020	CMA AJPAS HFF ACES PSP MP APF Associação a convidar	- Melhorar a referência e o acompanhamento de mulheres vítimas de MGF e suas filhas	- Nº de reuniões realizadas
5. Dinamização no Grupo de Trabalho na área da regularização de imigrantes.	CMA	2018/2020	SEF CLAIM CPCJ C S 6 Maio Assoc. Cult. Moinho da Juventude	- Estreitar a articulação entre as entidades	- Nº de reuniões realizadas

Viver Bem a Idade

**PLANO ESTRATÉGICO PARA O
ENVELHECIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMADORA
2016-2025**



AMADORA

FICHA TÉCNICA

Título:

VIVER BEM A IDADE

Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável da Amadora 2016-2025

Editor:

Câmara Municipal da Amadora

Elaboração do Plano Estratégico

Câmara Municipal da Amadora – Ana Moreno

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Fernando Serra (coordenação),
Ana Esgaio, Carla Pinto, Paula Pinto e António Leitão

Design e paginação

CMA/GIRP/GDG – Paulo Caldeira

Impressão e acabamentos

CMA/GIRP

OUTUBRO 2017



Num momento em que o nosso território, à semelhança do nosso país, enfrenta o fenómeno do envelhecimento da população, merecendo esta realidade o interesse e a preocupação dos diferentes intervenientes no terreno, nomeadamente dos gestores públicos locais ou nacionais, é razão mais do que suficiente para apresentar este instrumento.

Um dos principais méritos do Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável para o período 2016-2025, prende-se com a necessidade cada vez maior de uma atuação séria, responsável e eficaz, rumo a uma excelência com a qual todos ambicionam. E, ao manter a nossa matriz identitária de ação, apresentamos novas ideias e soluções, assumindo compromissos partilhados.

(...) Um dos principais méritos do Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável para o período 2016-2025, prende-se com a necessidade cada vez maior de uma atuação séria, responsável e eficaz (...)

Mas estamos conscientes que a ambição que o PEES apresenta só poderá ser alcançada com o empenho de todos, identificando e aproximando sinergias, explorando a possibilidade de se trabalhar mais e melhor como um todo e promovendo um espírito de verdadeira e real entreatajuda.

Devemos, igualmente, assinalar a forma como o Plano foi elaborado em múltiplas sessões e debates, com o envolvimento das diferentes estruturas que representam a comunidade onde, naturalmente se incluiu, o contributo da população sénior.

Ao construirmos uma cidade mais solidária e coesa descobrimos que há ainda muito a aprender, a admirar e a desmistificar no convívio e no apoio à nossa população sénior.

Viver Bem a Idade

PLANO ESTRATÉGICO PARA O ENVELHECIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMADORA 2016-2025

O território da Amadora tem vindo a ser marcado por um envelhecimento gradual da sua população, confirmando uma tendência demográfica mais vasta a nível nacional e europeu. Prevê-se neste contexto que, pelo menos até 2025, venha também a aumentar a população com idade igual ou superior a 75 anos. Este padrão evolutivo irá refletir-se num aumento acentuado das necessidades relativas a cuidados básicos, autonomia e saúde, designadamente as que mais diretamente se relacionam com quadros demenciais. Porém, as características sociodemográficas e sociológicas da população com mais de 65 anos irão alterar-se ao longo deste período: esperam-se pessoas mais escolarizadas; mais conscientes da necessidade de incorporar hábitos saudáveis nos seus estilos de vida; mais intervenientes nas estruturas de participação associativa e cívica; politicamente mais exigentes quanto à transparência e racionalidade das decisões relativas ao bem público. Esta evolução cria desafios não apenas para a agenda política nas diversas ações a desenvolver, como também para a alteração das conceções sobre a população sénior no quadro do processo de construção das políticas públicas: o idoso é um beneficiário de apoios e serviços sociais mas também um cidadão ativo, um recurso para a comunidade e um protagonista das políticas que lhe são dirigidas.

A decisão de se construir um *Plano Estratégico para o*

A decisão de se construir um Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável da Amadora decorreu da reflexão aprofundada sobre as políticas desenvolvidas neste concelho no domínio do envelhecimento por um conjunto diversificado de parceiros sociais, num total de 50 instituições da cidade

Envelhecimento Sustentável da Amadora decorreu da reflexão aprofundada sobre as políticas desenvolvidas neste concelho no domínio do envelhecimento por um conjunto diversificado de parceiros sociais, num total de 50 instituições da cidade. Estes mesmos parceiros foram participantes ativos desde o primeiro momento na definição dos objetivos do Plano, assim como das iniciativas estratégicas e metas que lhe darão resposta. Em abril de 2016 estas entidades assinaram o Pacto Local

para o Envelhecimento Sustentável, documento que sistematizou o compromisso conjunto de construir uma cidade mais coesa e promotora da integração social. A elaboração do *Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável da Amadora* passou ainda por um processo participativo da comunidade, que em meados de 2016 pôde responder à questão 'O que é preciso na Amadora para eu viver bem na Amadora?'. Os contributos recolhidos foram integrados no planeamento operacional do documento.

Já em 2017, estando o Plano concluído e em implementação, foram constituídos grupos de trabalho pelos parceiros para o acompanhamento e monitorização *de cada eixo de intervenção*. Estamos certos de que todos nós continuaremos comprometidos com este processo e empenhados na construção de uma Amadora *onde se vive bem a Idade*.

Viver Bem a Idade na Amadora

PRINCÍPIOS GERAIS

- O envelhecimento é um assunto de todos;
- A comunidade é o lugar central das políticas para o envelhecimento;
- As políticas para o envelhecimento devem promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas à medida que envelhecem;
- As políticas locais para o envelhecimento devem:
 - * reconhecer que as pessoas mais velhas representam um leque alargado de capacidades e recursos;
 - * ser sensíveis às especificidades e vivências de mulheres e homens;
 - * ser suportadas por medidas transversais às diferentes gerações;
 - * dedicar uma ação constante ao diagnóstico social;



COMPROMISSOS PARA A AÇÃO

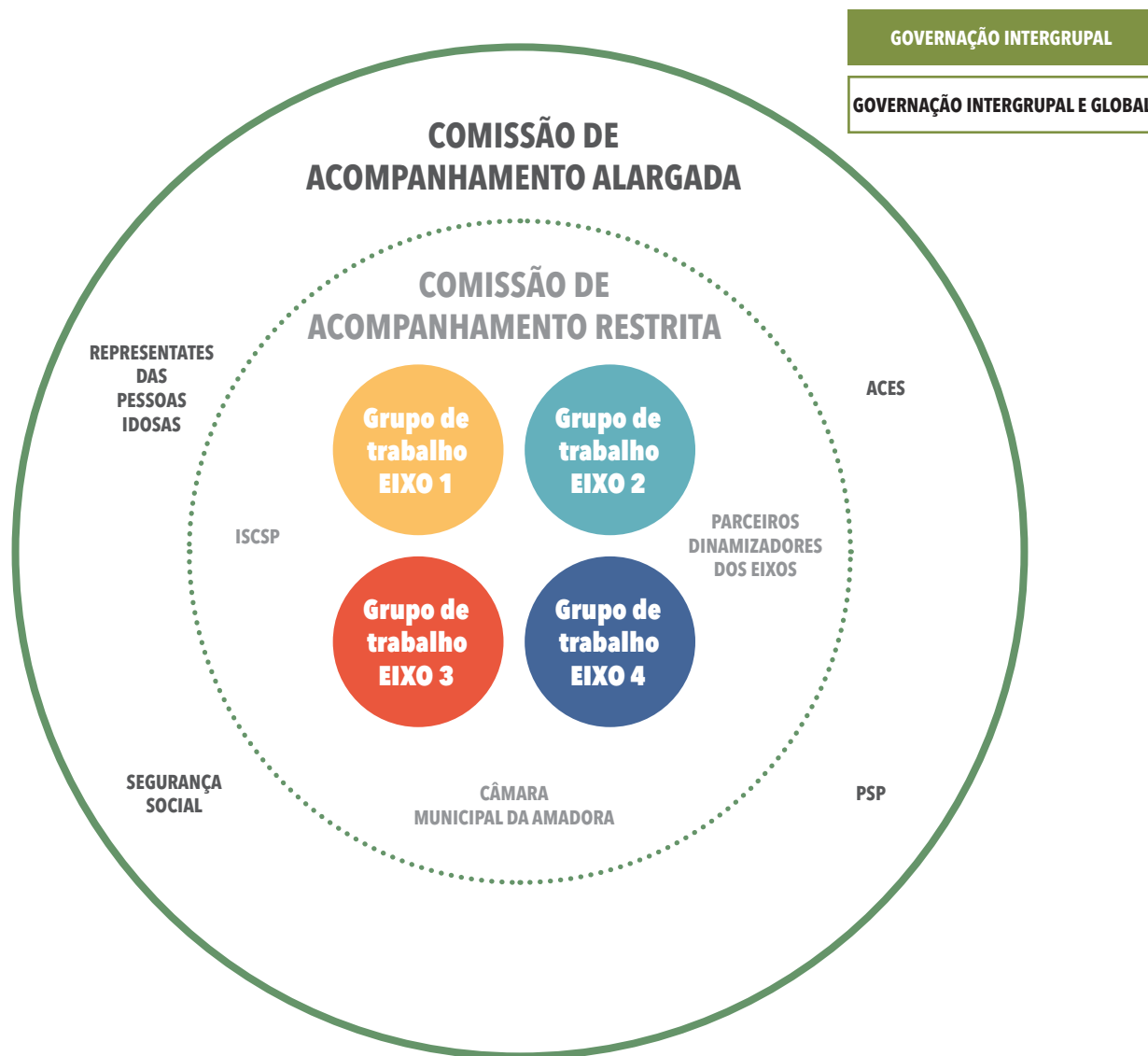
Para a concretização da visão e dos princípios acima definidos, os **Parceiros assinaram no dia 15 de abril de 2016 o Pacto Local para o Envelhecimento Sustentável da Amadora** comprometendo-se a:

- Colaborar na construção do Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável da Amadora, traduzindo essa colaboração numa representação ativa e empenhada nos momentos e atividades a realizar e nas decisões conjuntas a tomar;
- Participar na implementação das políticas para o envelhecimento do concelho da Amadora no quadro da missão, objetivos e atividades que lhes são próprios;
- Desenvolver todos os esforços para integrar nos respetivos instrumentos de gestão os contributos específicos assumidos no âmbito do Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável da Amadora;
- Promover a inovação e desenvolvimento das suas práticas, nomeadamente no desenho e implementação de novos serviços e programas, novas parcerias e novos modelos de funcionamento, com vista a assegurar a qualidade e sustentabilidade das respostas;
- Cooperar na sistematização e disseminação de boas práticas, designadamente através da participação em iniciativas de reflexão e divulgação;
- Participar em iniciativas que visem influenciar o desenvolvimento de novas políticas nacionais no âmbito do Envelhecimento.

MODELO DE GOVERNAÇÃO

Após a definição dos parceiros dinamizadores por eixo de intervenção, a equipa do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas em conjunto com os parceiros definiram o Modelo de Governação do Plano. Este modelo contempla a governação intragrupo e intergrupala e global, com um esquema de funcionamento simplificado e flexível, que garanta a eficácia e eficiência do processo. A governação intragrupo cabe à Comissão de Acompanhamento Restrita (CARE), que é composta pelos parceiros dinamizadores¹, a Câmara Municipal da Amadora e a equipa do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

A Governação intergrupos e global cabe à Comissão de Acompanhamento Alargado (CAAL), composta pelos elementos anteriormente identificados, a que se acrescentam representantes de estruturas com um papel relevante em matéria de políticas locais de envelhecimento: segurança social, saúde, segurança pública e representantes de organizações representativa dos seniores. Cabe a esta estrutura dar parecer sobre os relatórios de monitorização e avaliação, analisar os fatores facilitadores e inibidores colocados à implementação do Plano, contribuindo para a melhoria da qualidade das respostas.



¹ Entende-se por parceiro dinamizador a entidade que, de entre aquelas que colaboram no âmbito de cada um dos eixos do Plano, assumirá um papel promotor e facilitador das diversas ações/ou iniciativas previstas.

EIXO 1 - CUIDADOS BÁSICOS, SUBSISTÊNCIA E SUPORTE À VIDA (BASIC)

Diz respeito aos fatores que garantem as condições básicas de sobrevivência, segurança e integridade física, psicológica, social e económica a todas as pessoas idosas do município

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	METAS QUANTIFICADAS
OE 1. Promover a segurança e integridade física, psicológica, social e económica das pessoas idosas	1.1 Melhorar e reforçar a capacidade das respostas sociais em garantir a satisfação das necessidades básicas das pessoas idosas através da prestação de serviços personalizados	75% de resposta aos pedidos de SAD 7 dias por semana 50% das instituições que prestam SAD com horário alargado Criação de 120 vagas em ERPI em instituições públicas ou de economia social 25% de beneficiários do Cartão Amadora 65 + com acesso à apoios diversificados no domicílio (serviços de bem estar)
	1.2 Promover condições de habitabilidade e acessibilidade adequadas	Manutenção em 100% da resposta a pedidos de pequenas reparações no domicílio de pessoas idosas (Oficinas Multisserviços) Resposta em pelo menos 50% dos pedidos de intervenção para melhoria dos acessos à habitação por pessoas idosas M+A Reserva de 10 fogos adaptados no parque habitacional municipal para pessoas idosas com baixos recursos económicos
	1.3 Melhorar e reforçar os processos de prevenção, sinalização, intervenção e acompanhamento de pessoas idosas em risco ou em perigo	Criação de uma comissão de promoção e proteção dos direitos das pessoas idosas até 2025 Aumento em 25% de iniciativas de prevenção de violência contra idosos, no domicílio e em respostas sociais Aumento em 25% o número de iniciativas sobre a prevenção de riscos domésticos; Atingir em 35% a avaliação de risco dos idosos inscritos com médico de família no ACES (prevenção), sendo que 5% referente ao 1º ano de vigência do Plano; Referenciar à EPVA 100% das situações de risco identificadas dos idosos inscritos com médico de família no ACES (sinalização); Referenciar pelas EPVAS (ACES Amadora) 100% dos casos de risco comprovados às entidades competente (intervenção); Monitorização de 100% dos casos referenciados; Sinalizar ao EPVA do ACES Amadora e ao Ministério Público 100% das situações de violência contra idosos assistidos pela EPVA do HFF
OE 2. Melhorar e expandir as condições de promoção, manutenção ou recuperação da saúde, física e mental	2.1 Reforçar e melhorar o acesso das pessoas idosas aos serviços e recursos de saúde, física e mental , incluindo em situações de dependência	Assegurar consultas médicas ou visitas domiciliárias a 100% dos idosos em situação de dependência, sinalizados ou referenciados de acordo com a situação clínica Assegurar visitas domiciliárias de enfermagem a 100% dos idosos em situação de dependência, sinalizados ou referenciados de acordo com a situação clínica; Assegurar em 100% a atribuição de médico de família aos idosos sinalizados Garantir 100% do acesso a ajudas técnicas a todas as pessoas idosas em situação de dependência que solicitem apoio Criação de respostas de cuidados paliativos ao domicílio, para apoio a 160 idosos (20 idosos /ano)
	2.2 Aumentar a capacidade e qualidade das respostas existentes para acolher situações de demência das pessoas idosas	Criação de 30 vagas em Centro de Dia para pessoas com demência Elaborar o diagnóstico das situações de demência em pessoas idosas até 2020 Determinar patologias associadas aos idosos com demência inscritos com médico de família no ACES; Formação de equipa multidisciplinar na área da demência para apoio às instituições até 2025 Formar 100% dos colaboradores das instituições com ação direta para intervir em situações de demência nas pessoas idosas
OE 3. Melhorar e reforçar as condições de funcionalidade no desempenho das Atividades de Vida Diária (AVD), básicas e instrumentais, e o apoio à sua realização	3.1 Diminuir as situações de isolamento e solidão de pessoas idosas	Intervir em 100% dos casos sinalizados de pessoas idosas georreferenciadas em situação de isolamento e solidão Aumento em 100% do número de pessoas idosas sinalizadas em situação de isolamento e solidão que beneficiam de iniciativas de voluntariado de proximidade Dinamizar três campanhas de sensibilização para a sinalização de pessoas isoladas até 2025
	3.2 Intensificar o uso das TIC para alargar a abrangência e melhorar a qualidade das respostas sociais e de saúde para as pessoas idosas	Aumento em 50% do número de pessoas idosas abrangidas por serviços remotos de contacto e acompanhamento das condições de segurança e saúde
	3.3 Reforçar e melhorar o apoio aos cuidadores familiares e outros cuidadores informais na prestação de cuidados	Licenciamento e Funcionamento da Unidade de Apoio ao Cuidador até 2025 Criação de 9 vagas para descanso do cuidador informal Criação e implementação de um programa de formação informação e sensibilização para cuidadores informais de pessoas idosas dependentes até 2020 Criação e implementação de uma resposta pontual de voluntariado de proximidade para apoio ao cuidador informal até 2022

EIXO 2 - INCLUSÃO NA COMUNIDADE (ECO)

Diz respeito às condições necessárias para a participação social de todos os munícipes, independentemente da sua idade, condição social, económica ou de saúde, favorecendo o conhecimento e respeito mútuos e as relações intergeracionais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	METAS QUANTIFICADAS
OE 4 - Promover a mobilidade, transporte e acessibilidade em condições de conforto e segurança pessoais	4.1 Dar continuidade a iniciativas que promovam a acessibilidade na via pública nomeadamente através de: remoção de obstáculos, colocação de bancos e instalação de casas de banho públicas, alargamento dos tempos de semaforização, rebaixamento de passeios, utilização de pisos táteis, pistas de caminhada	Implementar a 100% um projeto-piloto integrado - Bairro amigo das pessoas idosas (na freguesia da Falagueira Venda Nova que está a ser alvo de um projeto de regeneração urbana) Identificar até 2020 os serviços públicos sem acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida Melhorar a acessibilidade de 100% dos serviços públicos identificados até 2025
	4.2 Melhorar a rede de transportes públicos no concelho visando assegurar a acessibilidade do transporte e a mobilidade dos cidadãos idosos, com especial atenção para os economicamente mais vulneráveis	Funcionamento em 6 freguesias de um serviço transporte porta a porta para cidadãos com mobilidade condicionada para deslocação a serviços públicos, centros de saúde e hospital 50% da frota de transportes públicos na Amadora com acessibilidade Elaborar diagnóstico de fluxos de circulação nos transportes públicos na Amadora até 2020 Sensibilizar as operadoras de transportes públicos para a necessidade de criação ou melhoria de circuitos internos no concelho até 2025
	4.3 Melhorar as condições de segurança das pessoas idosas no espaço público , promovendo um trabalho de parceria com as forças de segurança interna e outros atores da comunidade	Diminuição em 50% do número de crimes contra pessoas idosas cometidos no espaço público no concelho Criação e implementação de um projeto-piloto com pessoas idosas no âmbito da segurança (Vizinhança Amiga) até 2025 Garantir uma cobertura de 100% do projeto Academia Sénior (SMPC), junto das instituições que prestam respostas para seniores até 2025
OE 5. Promover a convivialidade familiar e comunitária favorecendo a intergeracionalidade e prevenindo o isolamento e a solidão	5.1 Prosseguir iniciativas já existentes e desenvolver novas respostas sociais que fomentem o convívio e a animação sociocultural das pessoas idosas, reforçando a componente de intergeracionalidade e interculturalidade	Criação de um modelo de funcionamento para projetos de mentoria intergeracionais Criação de 4 iniciativas intergeracionais de continuidade (duração superior 3 meses); Dinamização do Projeto Gerações Solidárias, abrangendo anualmente 5 idosos e 5 estudantes
	5.2 Reforçar as solidariedades de vizinhança através de redes de voluntariado de grande proximidade que integrem pessoas de todas as idades, incluindo pessoas idosas, e atuem na resolução de problemas da comunidade (por exemplo apoio a crianças em horário pós-escolar, sinalização e acompanhamento de pessoas dependentes isoladas e vulneráveis, etc.)	Aumento em 50% do número de voluntários, incluindo pessoas idosas, integrados em redes de voluntariado de proximidade Aumento em 100% de pessoas idosas que beneficiam de apoio através de redes de voluntariado de proximidade
OE 6 - Promover imagens sociais positivas e dignificadoras das pessoas idosas	6.1 Desenvolver iniciativas (campanhas, programas e projetos) que promovam a imagem das pessoas idosas como cidadãos ativos e recursos da comunidade	Desenvolvimento de 8 ações de sensibilização pública que promovam uma imagem positiva das pessoas idosas até 2022

EIXO 3. PARTICIPAÇÃO SOCIOECONÓMICA E CÍVICA, APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA E FRUIÇÃO CULTURAL

Diz respeito às condições necessárias para promover a participação socioeconómica e cívica, aprendizagem ao longo da vida e a fruição da cultura dos mais idosos para benefício de todos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	METAS QUANTIFICADAS
OE 7. Incentivar a ocupação de tempos livres em áreas artísticas, culturais e desportivas que preferencialmente conjuguem as dimensões familiar, comunitária e institucional	7.1 Aprofundar e diversificar a oferta de iniciativas de aprendizagem ao longo da vida , de natureza formal, não formal e informal, dedicadas à valorização das experiências adquiridas e ao desenvolvimento de competências-chave	Desenvolvimento de 50 iniciativas de educação não formal Implementação de 4 cursos de alfabetização
	7.2 Reforçar a dimensão de participação cívica das pessoas idosas através da dinamização de redes de voluntariado que integrem pessoas de todas as idades	Aumento em 25% do número de pessoas idosas integradas em programas e iniciativas de voluntariado de competências específicas Duplicar a participação masculina em programas e iniciativas de voluntariado de competências específicas até 2025
	7.3 Apoiar a continuidade e expansão das iniciativas já existentes, vocacionadas para o envelhecimento saudável e fruição cultural (ex. <i>AmaSénior / Viva +; Identidades - Teatro Sénior, Lazer, etc</i>)	Dar continuidade em 100% dos programas promotores do envelhecimento saudável existentes Manter até 2025 o nº de iniciativas de promoção do envelhecimento saudável e fruição cultural
OE 8. Promover o empreendedorismo e a criação de oportunidades de trabalho voluntário ou remunerado	8.1 Estimular a conceção e desenvolvimento de programas de preparação para a reforma ou para o abrandamento da atividade económica remunerada	Criação de 4 iniciativas de preparação para a reforma, com o envolvimento de empresas que atuam no concelho Criação e divulgação de um guia para a reforma até 2020
OE 9. Assegurar e promover a participação e a representação das pessoas idosas na comunidade	9.1 Apoiar a criação de um sistema de representação das pessoas com mais de 65 anos que garanta a defesa dos seus direitos junto das entidades promotoras de ação pública e do público em geral	Implementação do Fórum Municipal Sénior, garantindo a realização de 2 reuniões anuais e a apresentação de pelo menos 5 propostas em média por ano às autarquias e ao CIAS
	9.2 Incentivar a participação das pessoas com mais de 65 anos nos processos de divulgação de informação institucional	Criação nas Comissões Sociais de Freguesia de uma bolsa de agentes de divulgação de informação institucional de proximidade, que inclua pessoas com mais de 65, até 2020.
	9.3 Apoiar a colaboração de pessoas idosas na melhoria da imagem social do concelho e na promoção da sua herança histórica e identidade cultural	Conceção e implementação até 2025 de 1 programa de valorização da herança histórica e da identidade cultural da Amadora

EIXO 4. QUALIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Diz respeito às condições necessárias para promover a melhoria dos sistemas de gestão organizacional, o reforço do trabalho colaborativo, a coordenação e monitorização do PEES e a disseminação de boas práticas

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	METAS QUANTIFICADAS
OE 10. Promover a melhoria dos sistemas de gestão organizacional	10.1 Promover o desenvolvimento do capital humano , no sentido de melhorar a qualidade da intervenção na área do envelhecimento	Participação de 500 profissionais (elementos direção, coordenadores técnicos, técnicos e outros) em ações de formação na área da intervenção no domínio do envelhecimento e demências Realização de 32 ações de formação na área da intervenção no domínio do envelhecimento e demências (trimestral); Participação de elementos direção/ coordenadores técnicos/ técnicos e outros profissionais em 16 ações de formação na área dos sistemas de gestão (avaliação, diversificação das fontes de financiamento). Criação de um sistema de supervisão de técnicos, que apoie na prevenção das situações de burnout e em situações que envolvem dilemas éticos
	10.2 Promover a inovação das respostas sociais para as pessoas idosas, no sentido de personalizar os cuidados e serviços às suas necessidades	Criação de um sistema de gestão comum das listas de espera para as respostas sociais Desenvolvimento de 8 iniciativas de partilha de boas práticas a nível local, nacional e internacional (1 ação por ano) Criação de um prémio, apoiado por empresas, a projetos inovadores na área do envelhecimento
OE 11. Reforçar o trabalho colaborativo no Concelho	11.1 Promover a partilha de serviços e recursos das entidades locais, com vista à otimização dos mesmos e à eficiência da intervenção na área do envelhecimento	Criação de um Guia de Recursos para o envelhecimento, mapa de serviços e recursos das entidades locais (exs: equipamentos) – a executar em 2017 Aumento anual em 10% do nº de iniciativas de partilha de serviços e recursos, a partir do início de implementação do PEES.
	11.2 Estimular o envolvimento do tecido empresarial local na implementação e monitorização do PEES	Envolvimento de 20 empresas em iniciativas do PEES Participação de 500 colaboradores das empresas em iniciativas do PEES
	11.3 Melhorar a divulgação da informação institucional veiculada na comunidade junto das pessoas mais velhas garantindo critérios de acessibilidade, legibilidade e inteligibilidade	Criação de um suporte de comunicação adaptado aos seniores (ex: boletins com contactos relevantes e agenda mensal distribuídos porta a porta) Pelo menos 75% da população idosa satisfeita ou muito satisfeita com a divulgação da informação veiculada
OE 12. Promover a coordenação, implementação e monitorização do PEES e a disseminação de boas práticas	12.1 Criar um sistema de coordenação, implementação e monitorização do PEES, que consolide a estratégia para o envelhecimento a nível local e sua articulação com as estratégias organizacionais	Criação de um sistema de coordenação, implementação e monitorização
	12.2 Promover a disseminação da experiência do PEES, com vista a influenciar as políticas de envelhecimento a nível nacional e internacional	Apresentação do PEES em 8 conferências/ fóruns/ outras iniciativas a nível nacional e internacional Apresentação de 2 propostas de iniciativas legislativas a nível local e nacional

ENTIDADES ENVOLVIDAS

Câmara Municipal da Amadora
Junta de Freguesia das Águas Livres
Junta de Freguesia de Alfragide
Junta de Freguesia da Encosta do Sol
Junta de Freguesia da Falagueira – Venda Nova
Junta de Freguesia de Mina de Água
Junta de Freguesia da Venteira
Instituto da Segurança Social, IP – Centro Distrital de Lisboa
Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca, EPE
Agrup. de Centros de Saúde da Amadora
Equipa de Tratamento da Amadora
Polícia de Segurança Pública – Div. Amadora
Escola Superior de Teatro e Cinema
AJPAS – Ass. de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde
AMORAMA – Ass. de Pais e Amigos de Deficientes Profundos
APRE! – Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados
Ass. de Reformados, Pensionistas e Idosos da Buraca
Ass. Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Brandoa
Ass. Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Damaia
Associação Cultural de Surdos da Amadora
Associação de Socorros Médicos “O Vigilante”
Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura
Associação de Solidariedade SUBUD
Associação Portuguesa de Deficientes
ASSORPIM – Ass. Sol. Social de Reformados, Pensionistas e Idosos da Mina
Ass. Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Falagueira
Casal Popular da Damaia
CEBESA - Centro de Bem estar Social da Amadora
Centro Cultural Roque Gameiro
Centro Social Paroquial de Alfovelos
Centro Social Paroquial da Brandoa
Centro Social Paroquial de São Brás
Centro Social Paroquial N.ª Sra. Mãe de Deus da Buraca
CERCIAMA
CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social
Clube de Natação da Amadora
Cooperactiva - Cooperativa de Desenvolvimento Social, CRL
CUTLA - Clube Universitário Tempo Livre da Amadora
DDN
Dignuscare
Essência do Eixo
Feixe Luminoso
Fundação afid Diferença
NOKIA
Oculista do Bairro
Olhar com Saber
Santa Casa da Misericórdia da Amadora
SFRAA - Quinta de São Miguel
Travel Flavours
URPIA - União de Reformados, Pensionistas e Idosos da Amadora

